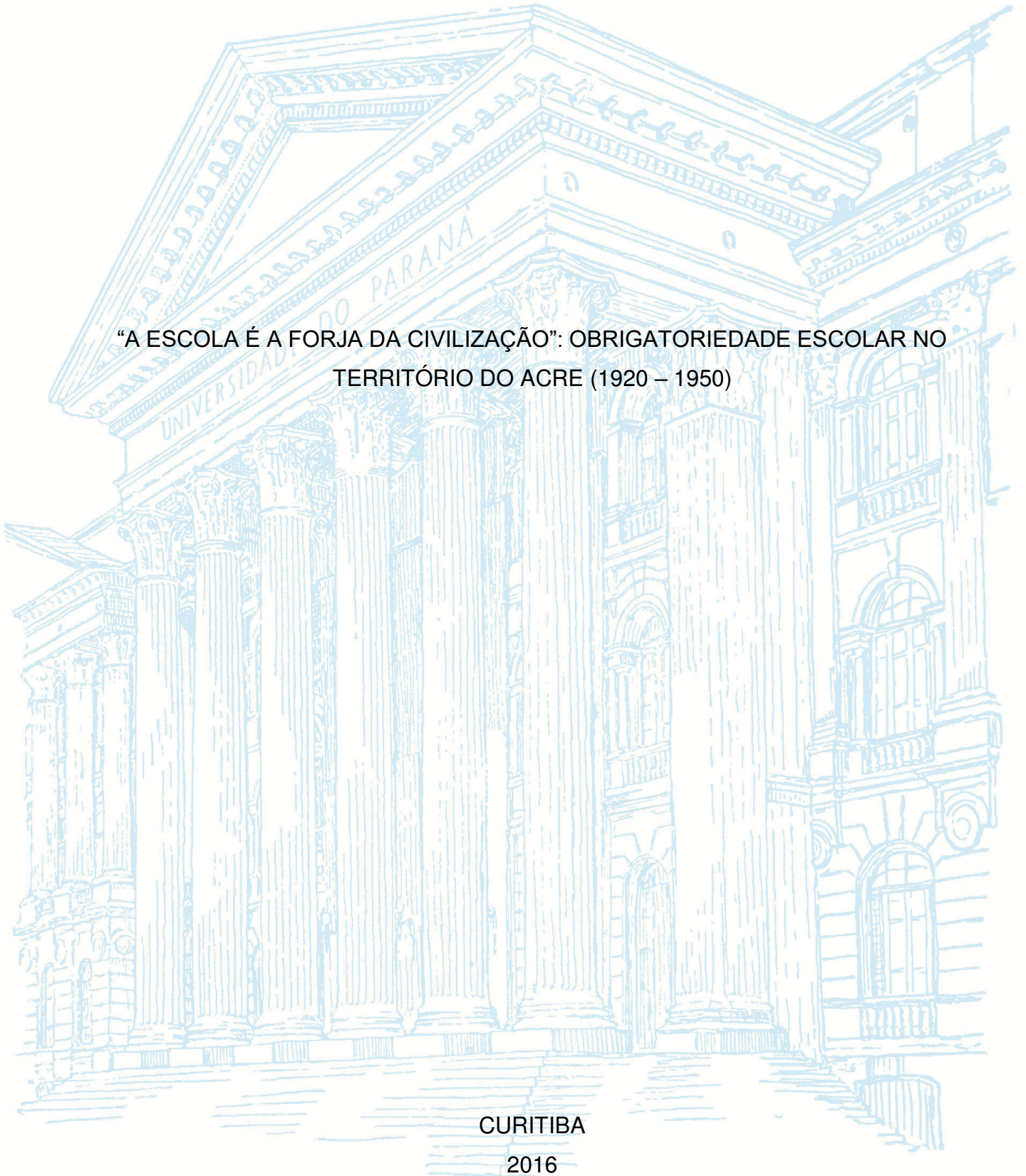


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA EVANILDE BARBOSA SOBRINHO

“A ESCOLA É A FORJA DA CIVILIZAÇÃO”: OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NO
TERRITÓRIO DO ACRE (1920 – 1950)



CURITIBA

2016

MARIA EVANILDE BARBOSA SOBRINHO

“A ESCOLA É A FORJA DA CIVILIZAÇÃO”: OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NO
TERRITÓRIO DO ACRE (1920- 1950)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza

CURITIBA
2016

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Barbosa Sobrinho, Maria Evanilde

“A Escola é a Forja da Civilização”: obrigatoriedade escolar no território do Acre (1920-1950). / Maria Evanilde Barbosa Sobrinho. – Curitiba, 2016.
171 f.

Orientadora: Profª Drª Gizele de Souza.

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação Primária – Infância. 2. Obrigatoriedade Escolar . 3. Educação – Acre. I.Título.

CDD 372.981



Ata (230) duzentos e trinta referente a sessão pública de Defesa de Tese de Doutorado em Educação. Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Educação, instalou-se a sessão pública da Defesa de Tese, intitulada "A ESCOLA É A FORJA DA CIVILIZAÇÃO": OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NO TERRITÓRIO DO ACRE", desenvolvida pela doutoranda Maria Evanilde Barbosa Sobrinho, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza, que presidiu a Banca. A Banca Examinadora foi composta também pelos Professores Doutores Vera Lucia Gaspar da Silva, Solange Aparecida de Oliveira Hoeller, Juarez José Tuchinski dos Anjos e Dulce Regina Baggio Osinski. A Presidente da Banca Examinadora declarou aberta a sessão e passou a palavra à doutoranda, que desenvolveu uma exposição oral de seu trabalho de Tese. Após a exposição, teve lugar o procedimento de arguição de cada membro da Banca, bem como a defesa, pela doutoranda, das questões arguidas. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se sigilosamente e exarou Parecer Final de que a doutoranda está Apta a receber o título de DOUTORA em Educação. A Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de DOUTORA em Educação, Área de Concentração Educação, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias a contar desta data, a versão final da Tese, versão esta devidamente aprovada pela professora orientadora. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Curitiba, vinte e nove de março de dois mil e dezesseis.

A banca considerou a tese aprovada condicionada a formulação de ajustes, quais sejam:

- recomenda-se uma criteriosa revisão da bibliografia utilizada e citada;
- revista da introdução e conclusões;
- adequação do texto às normas vigentes de redação e de formatação;
- atendimento aos pareceres dos arguidores da banca.

Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza

Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva

Prof.^a Dr.^a Solange Aparecida de Oliveira Hoeller

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

Prof.^a Dr.^a Dulce Regina Baggio Osinski

MARIA EVANILDE BARBOSA SOBRINHO



A todas as pessoas que, assim como eu, são apaixonadas pelo Acre e pela História da Educação acreana.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser amparo em momentos em que fraquejei e desacreditei de mim. Sua Palavra foi bálsamo.

Aos meus pais, que muito batalharam para que eu estivesse onde estou hoje.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, pela compreensão em muitos momentos de ausências necessárias à escrita desta tese.

A Rauney Casseb Braga e Raid Casseb, pelo apoio incondicional durante toda a minha trajetória de pesquisas e estudos. O meu mais sincero obrigada.

À Gizele de Souza, minha orientadora, pelos momentos de orientação e desvelamento de vendas que, muitas vezes, teimei em não querer tirar.

A Juarez, Ethienne, Francielle, Renata, Ana Júlia, Alessandra, Joseane, Márcia, Elisângela, Andréa – membros do Grupo de Pesquisa de História da Infância - pelos bons momentos de estudos que tivemos e pelos deliciosos lanches compartilhados em meio à leitura dos textos.

À Giane Grotti, membro do grupo, companheira de estudos e de profissão, parceira de longas esperas de aeroportos e confidente de muitas horas.

À Cleyde Castro, companheira de pesquisa e de profissão, pelas “aventuras arqueológicas” em busca de fontes em “terras perdidas”. Valeu pelos risos, pela divisão de lanchinhos e, principalmente, pela parceria na catalogação de documentos e peregrinação pelos municípios do interior do Acre.

À Andrea Dantas, por acreditar em mim em momentos em que nem eu mais acreditava. Valeram as conversas na cidade de “Retorno” e “Lombada”. Que venham muitas placas de aeroportos!

À minha amiga-irmã, Salete Peixoto, por suas palavras de calma em tempos em que precisava ficar longe de meus queridos; suas palavras foram bálsamos que acalentavam a saudade de meus queridos.

Aos meus colegas do DINTER, pela parceria, amizade, risos, trocas e cumplicidade nesse período de pesquisa, escrita e reflexões, em especial Pierre André Garcia Pires, por cuidar de mim em momentos nos quais mais me senti solitária.

A todas as ex-professoras, ex-diretoras e ex-alunas acreanas que gentilmente cederam seu tempo e seu material de trabalho para que eu pudesse

conhecer a trajetória da educação no Território do Acre na época em que elas atuaram. Não citarei nomes, sob pena de esquecer alguém, mas saibam que a parceria de vocês foi fundamental para que eu pudesse saber o caminho a trilhar.

A todos os funcionários dos arquivos consultados, pela assessoria e, em muitos casos, pela parceria em digitalizar e higienizar os documentos juntamente comigo.

Ao Inep, na pessoa do Sr. Leonardo Rosas, arquivista, por enviar para mim material sobre o Território do Acre de forma digitalizada, em momentos em que não pude ir pessoalmente realizar a consulta.

A todos os meus professores de doutorado, pelo acolhimento caloroso e cotejamento de conhecimentos tão preciosos para esta tese e para a vida profissional.

À Graça Camurça, pelos risos, lágrimas e letras que, embora vividos em poucos momentos, foram bálsamos em minha saudade de casa. A caixinha é mágica e sabemos o porquê.

Às funcionárias do PPGE, pelo sorriso solto e atendimento tão prestativo a cada necessidade.

Aos funcionários da Biblioteca da UFPR, pela paciência e presteza em ajudar na busca de literaturas.

À CAPES, pela oportunidade de fazer um doutorado, pois sem esse apoio não teria condições de fazê-lo. Meu sincero agradecimento.

Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias.

Eduardo Galeano

RESUMO

A pesquisa tem por objeto de estudo a obrigatoriedade escolar na instrução pública primária no Território Federal do Acre (1920-1950). Deste modo, esta tese busca identificar e analisar como a questão da instrução pública primária foi se constituindo no Território do Acre nas décadas de 1920 a 1950, tendo a questão da obrigatoriedade escolar como elemento basilar desse processo. Neste sentido, o que se intenta examinar é como a questão da obrigatoriedade escolar foi capaz de organizar e ordenar a instrução pública primária no Território do Acre. Para tanto, objetiva-se identificar quais estratégias foram utilizadas para que as famílias enviassem seus filhos à escola; qual a postura da família frente à questão da obrigatoriedade escolar; e, ainda, qual foi a participação dos professores acreanos nesse processo de instrução pública gratuita e obrigatória. Diante do exposto, buscam-se responder as seguintes questões: - Como a necessidade de escolarizar a infância era percebida, compreendida e explicada pelos agentes responsáveis pela educabilidade da infância (pais, governantes e professores) no Território do Acre? - Em que condições a questão da obrigatoriedade escolar do ensino primário foi instituída e quais argumentos foram utilizados para que a mesma se efetivasse ou não na região acreana? A hipótese que sustenta essa pesquisa é a de que a necessidade de escolarizar a infância acreana demandou uma exigência de reconfiguração da instrução pública primária, cujo intuito era o de produzir sujeitos capazes de se tornarem fator de progresso individual, que pudessem contribuir diretamente para o desenvolvimento da região acreana, bem como da Nação brasileira. Daí, a suposição de que a escolarização da infância acreana representou um elemento circundante desse processo de instauração e normatização da educação pública primária. Os conceitos que ancoram a tese são o de representações, práticas, apropriações (CHATIER, 2004) e o de teoria das práticas culturais de Certeau (1999). As fontes interrogadas estão separadas em fontes governamentais (documentos recebidos e enviados pelos governantes, a saber, minutas, memorandos, telegramas, ofícios, decretos, relatórios, regulamentos, portarias e VHS), imprensa periódica (Jornal O Acre), documentos pessoais (cartas recebidas e enviadas por governadores territoriais, professores, alunos e pais de alunos), documentação eclesiástica (livro de tomo da Igreja Católica), fotografias, documentos produzidos na/para a escola (ficha de frequência, relatório de professores, diretores de escola e do órgão responsável pela educação).

Palavras-chave: Educação primária. Infância. Obrigatoriedade escolar. Acre.

ABSTRACT

The research has the object of studying the obligatoriness education in primary public education in the Federal Territory of Acre (1920-1950). In this way, this thesis seeks to identify and analyze how the issue of primary public education was constituted in the Territory of Acre in the decades from 1920 to 1950 with the issue of obligatoriness education as the basic element of this process. In this sense, it intends to examine how the issue of obligatoriness school was able to organize and demand the primary public education in the Territory of Acre. Therefore, the objective is to identify which strategies were used for families to send their children to school; which family stance the question of obligatoriness education; and yet, what was the involvement of teachers in this Acre of obligatoriness public education process. Given the above, we seek to answer the following questions: - What was the need to educate the child was perceived, understood and explained by the agents responsible for childhood education (parents, governors and teachers) in the Territory of Acre? - Under what conditions the issue of school compulsory primary education was introduced and what arguments were used to be efficient or not in the Acre region? The hypothesis and supports of this research is the need to educate the acreana childhood demanded a requirement for reconfiguration of primary public education whose purpose was to produce individuals capable of becoming an individual progress factor that could directly contributory to the development of Acre region and the Brazilian nation. Hence, the supposedly that schooling of Acre childhood represented a surrounding element of the process of establishment and standardization of primary public education. The concepts that anchor the thesis are the representations, practices, appropriations (CHATIER, 2004) and the theory of cultural practices Certeau (1999) examined sources are separated into government sources (documents received and sent by the government, namely drafts, memos, telegrams, letters, decrees, reports, regulations, ordinances and VHS), periodical press (Acre's Journal), personal documents (letters received and sent by territorial governors, teachers, students and parents), ecclesiastical documentation (the book of the fall of the Catholic Church), photographs, documents produced in / to school (attendance sheet, teachers report, school principals and the body responsible for education). The thesis is divided into three chapters.

Keywords: Education. Childhood. Obligatoriness education. Acre.

RESUMEN

La pesquisa tiene por objeto de estudio la obligatoriedad escolar en la instrucción pública primaria en el Territorio Federal de Acre (1920-1950). De este modo, esta tesis busca identificar y analizar como la cuestión de la instrucción pública primaria se fue construyendo en el Territorio de Acre en las décadas de 1920 a 1950 teniendo la cuestión de la obligatoriedad escolar como elemento base de ese proceso. En este sentido lo que se intenta examinar es como la cuestión de la obligatoriedad escolar fue capaz de organizar y ordenar la instrucción pública primaria en el Territorio de Acre. Para tanto, se objetiva identificar cuales estrategias fueron utilizadas para que las familias enviaran sus hijos a la escuela; cual la postura de la familia frente a la cuestión de la obligatoriedad escolar; y todavía, cual fue la participación de los profesores acreanos en ese proceso de instrucción pública gratuita y obligatoria. Ante el expuesto, se busca contestar a las siguientes cuestiones: ¿Cómo la necesidad de escolarizar la infancia era percibida, comprendida y explicada por los agentes responsables por la educabilidad de la infancia (padres, gobernantes y profesores) en el Territorio de Acre? - ¿En qué condiciones la cuestión de la obligatoriedad escolar de la enseñanza primaria fue instituida y cuáles argumentos fueron utilizados para que la misma se realizara o no en la región acreana? La hipótesis y que sustenta esa pesquisa es la de que la necesidad de escolarizar la infancia acreana ha demandado una exigencia de reconfiguración de la instrucción pública primaria cuyo objetivo era el de producir sujetos capaces de volverse en factor de progreso individual que pudieran contribuir directamente para el desarrollo de la región acreana, como también de la Nación Brasileña. De esa forma la suposición de que la escolarización de la infancia acreana ha representado un elemento circundante de ese proceso de instauración y normalización de la educación pública primaria. Los conceptos que anclan la tesis son los de representaciones, prácticas, apropiaciones (CHATIER, 2004) y de la teoría de las prácticas culturales de Certeau (1999). Las fuentes investigadas están separadas en fuentes gubernamentales (documentos recibidos y enviados por los gobernantes, a saber, minutas, memorandos, telegramas, oficios, decretos, relatos, reglamentos, portarías y videos), prensa periódica (jornal O Acre), documentos personales (cartas recibidas y enviadas por gobernantes territoriales, profesores, alumnos y padres de alumnos), documentación eclesiástica (libro de registro de la Iglesia Católica), fotografías, documentos producidos en la/para la escuela (ficha de frecuencia, relato de profesores, directores de escuela y del órgano responsable por la educación). La tesis está dividida en tres capítulos.

Palabras llave: Educación. Infancia. Obligatoriedad escolar. Acre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1	-	HORÁRIO ESCOLAR DO ANO LETIVO DE 1931.....	36
IMAGEM 2	-	REGISTRO DE BENÇÃO RECEBIDO POR GRUPO ESCOLAR.....	37
IMAGEM 3	-	PROGRAMA DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DO INSTITUTO DIVINA PROVIDÊNCIA – ANO DE 1946.....	37
IMAGEM 4	-	CARTA DO DIRETOR DO DEC JOSÉ LOPES DE AGUIAR...	38
IMAGEM 5	-	LISTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR. ANO 1946.....	76
IMAGEM 6	-	CAMPANHA DE CONVENCIMENTO AOS PAIS PUBLICADO NO JORNAL O ACRE. ANO DE 1949.....	79
IMAGEM 7	-	INFORMAÇÕES SOBRE A MATRÍCULA. JORNAL O ACRE. ANO 1949.....	79
IMAGEM 8	-	CARTA ENVIADA A MAJOR GUIOMARD DOS SANTOS SOLICITANDO EMPREGO DE PROFESSOR (1959).....	92
IMAGEM 9	-	PORTARIA DE SERVIÇO N. 46 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1933.....	133
IMAGEM 10	-	BOLETIM INFORMATIVO ACERCA DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR.....	136

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1	- ESCOLA PRIMÁRIA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA. ANO 1933.....	55
FOTOGRAFIA 2	- ALUNOS EM MOMENTO DE RECREIO. ANO 1935.....	56
FOTOGRAFIA 3	- CRIANÇAS TRABALHANDO NA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA. S.D.....	82
FOTOGRAFIA 4	- CRIANÇA TRABALHANDO NA PRODUÇÃO DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO. S.D.....	82
FOTOGRAFIA 5	- IRMÃ ESCOLÁSTICA FRUÇALSO COM ALUNAS ÓRFÃS INTERNAS DO COLÉGIO SANTA JULIANA. ANO DE 19XXX.....	84
FOTOGRAFIA 6	- ESCOLA RURAL ALBERTO LEÃO MARTINS LOCALIZADA NA FRONTEIRA BRASIL/PERU/BOLÍVIA. ANO DE 1948.....	88
FOTOGRAFIA 7	- ESCOLA RURAL PIMENTEL GOMES. ANO DE 1946....	88
FOTOGRAFIA 8	- PRIMEIRA ESCOLA EM ALVENARIA CONSTRUÍDA NO TERRITÓRIO DO ACRE. ANO DE 1946	89
FOTOGRAFIA 9	- FOTOGRAFIA DE ALUNAS DA ESCOLA GETÚLIO VARGAS ENVIADA AO MAJOR GUIOMARD DOS SANTOS E À SUA ESPOSA LIDIA HAMMES. ANO DE 1956.....	93
FOTOGRAFIA 10	- GABINETE DENTÁRIO DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE DUTRA.....	96
FOTOGRAFIA 11	- GABINETE DENTÁRIO DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE DUTRA.....	96
FOTOGRAFIA 12	- ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR 24 DE JANEIRO NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO. ANO DE 1948.....	110
FOTOGRAFIA 13	- DESFILE 7 DE SETEMBRO. ALUNOS COM ROUPAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E BANDEIRAS DOS CLUBES ESPORTIVOS LOCAIS. ANO DE 1946.....	123
FOTOGRAFIA 14	- DESFILE 7 DE SETEMBRO. ANO DE 1949.....	123
FOTOGRAFIA 15	- DESFILE 7 DE SETEMBRO. ANO DE 1949.....	124
FOTOGRAFIA 16	- ALUNAS DO GRUPO ESCOLAR 24 DE JANEIRO. DATA 1949.....	124
FOTOGRAFIA 17	- NORMALISTAS ACREANAS. DÉCADA DE 1940.....	126

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	DEMONSTRATIVO DE ESCOLAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO DO ACRE DO ANO DE 1923. ANO DE 1923.....	86
QUADRO 2 -	DEMONSTRATIVO DE ESCOLAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO DO ACRE DO ANO DE 1932. ANO DE 1932.....	87

LISTA DE SIGLAS

AGV	- Arquivo Geral do Governo
CDIH/UFAC	- Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre
DEC	- Departamento de Educação e Cultura
INEP	- Instituto de Estudos Pedagógicos
MÊS	- Ministério da Educação e Saúde
OGIP	- Órgão Geral da Instrução Pública
SEMTA	- Secretaria de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA INSTRUÇÃO NO TERRITÓRIO DO ACRE E OS DEBATES ACERCA DA EDUCABILIDADE DA INFÂNCIA	33
2.1	A FORMAÇÃO DO ACRE: BREVE HISTÓRICO	33
2.2	OBRIGATORIEDADE ESCOLAR: DISPOSITIVOS LEGAIS.....	50
3	“PAIS, FAZEI COM QUE SEU FILHO TOME GOSTO PELAS LETRAS”: O POSICIONAMENTO DAS FAMÍLIAS FRENTE À QUESTÃO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR.....	81
3.1	INFÂNCIA ACREANA.....	81
3.2	“SENHORES PAIS: DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DEPENDEM OS RESULTADOS DOS ESTUDOS DE SEUS FILHOS. ANTES DE SAÍREM PARA O TRABALHO, MANDEM SEUS FILHOS À ESCOLA E ESTARÃO CUMPRINDO UM DEVER SAGRADO”.....	102
3.3	FESTIVIDADES ESCOLARES: ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DE UM ‘MODELO’ DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E OBRIGATÓRIA.....	119
4	“O PROFESSOR QUANDO PROFESSORA JÁ NÃO É UM HOMEM, A SUA INDIVIDUALIDADE ANULA-SE; ELE É A PÁTRIA”: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA, GRATUITA E OBRIGATÓRIA.....	126
5	CONCLUSÃO.....	142
	REFERÊNCIAS.....	150
	APÊNDICE 1 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E TERRITORIAL.....	155
	APÊNDICE 2 - RELATÓRIOS OFICIAIS.....	157
	APÊNDICE 3 - CORRESPONDÊNCIAS.....	158
	APÊNDICE 4 - JORNAIS	159

1 INTRODUÇÃO

Educação vale mais que as leis, é o modo desta época.

A persuasão substituindo a imposição.

(Paula Souza)

Do ponto de vista histórico, a educação dos mais jovens esteve sob responsabilidade da família durante séculos, pois era no decorrer do convívio com os mais velhos que as tradições, normas e regras eram aprendidas e apreendidas pelas crianças, por meio da observação e do fazer juntos. A família é entendida como a instituição educadora responsável pela educação das crianças e, conseqüentemente, o alicerce para a formação de hábitos, costumes e valores morais e religiosos, pois “[...] as formações familiares são profundamente influenciadas por velhos costumes e, portanto, hábitos dos séculos passados deixam traços nas atuais famílias pós-modernas” (SIQUEIRA, 2010, p. 67).¹

Até o final do século XVII, quando se teria iniciado uma mudança considerável no olhar do adulto acerca da criança, o sentimento relacionado à infância era algo antagônico ao que temos na contemporaneidade. Tem-se nesse momento histórico uma separação da vida do adulto da vida da criança, ou seja, a criança passa a viver uma fase na qual o aprendizado e ingresso à vida adulta passam a se atrelar à escola e não mais somente à vida familiar (KUHLMANN JR, 1998, p. 18)².

No decorrer do século XIX, vários discursos foram produzidos destituindo a família do seu papel de agente educativo, defendendo a ideia de que a escola seria o local mais adequado para a educação dos mais jovens, principalmente, das crianças. (ANJOS, 2015). Mudanças de ordem econômica, social, cultural e religiosa, dentre outras, colaboraram para a ideia de um ensinar diferenciado daquele outrora recebido pela criança no seio familiar. E, num primeiro momento, os colégios religiosos ganham local privilegiado na concepção de que os filhos deveriam ser educados fora do núcleo familiar.

¹ Cf. SIQUEIRA, Alessandro Marques de. Conceito de família ao longo da história e a obrigação alimentar. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2664, 17 de out 2010. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/17628>. Acesso em 26 jan. 2016.

² KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Segundo Boto (2003, p. 379), “[...] por um lado educar significa rememorar e, por outro, invariavelmente, projetar utopias.” Segundo a autora, desde o século XVII, o modelo educacional apresentado nos colégios religiosos foi constituído com o propósito de atuar como “referência civilizatória”.

Nesse contexto, Julia (2010) destaca que os primeiros colégios religiosos seriam “[...] não somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamento e de *habitus*”. E nesse ambiente de conhecimento, [...] A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências (JULIA, 2001, p. 11).

No século XIX, vários debates contribuíram para a “busca do ordenamento legal pelos investimentos financeiros no campo educativo, mobilizando dirigentes imperiais e providenciais.” (INÁCIO *et al.*, p. 39). Essa preocupação por parte dos governantes no tocante ao ordenamento legal e investimentos financeiros no campo educativo, só ocorreu a partir dos anos de 1930. Anteriormente a esse período, a preocupação estava pautada numa ordenação de caráter urbanístico e moralista³. Ecoa nos jornais acreanos publicados nas décadas de 1940 a 1950 a ideia de modernidade atrelada à frequência escolar. As expressões Modernidade e Moderno são termos usados constantemente pelos agentes responsáveis pela educação acreana, como sendo condição *sine qua non* daqueles que frequentam a escola.

Os termos modernidade e moderno aparecem nos artigos jornalísticos publicados entre os dias 01 de junho de 1930 a 15 de maio de 1950. Contudo, é na década de 1940 que esses termos aparecem com maior frequência, sempre requerendo mudanças nos aspectos urbanísticos da cidade, educação e cultura, como apontam as edições do jornal O Acre n. 950 do dia 27/11/1949 e edição n. 969 do dia 09/04/1950. Os termos modernidade, moderno e modernização em contexto acreano estão voltados para a concepção de mudanças na organização dos espaços e tempos da sociedade acreana.

Esta tese foca a modernidade segundo a concepção de Touraine (1994). Para o autor, o termo modernidade não implica na mais pura mudança e sucessão de acontecimentos, porquanto:

³ O Acre passa a pertencer ao Brasil em 1904. E somente em 1921 será nomeado Território Federal, e no ano de 1930 há maiores preocupações quanto às questões educacionais. Fato esse que pode ser observado tanto nos artigos jornalísticos publicados no jornal O Acre quanto nos documentos governamentais enviados e recebidos.

[...] ela é difusão de produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa. Por isso, ela implica a crescente diferenciação dos diversos setores da vida social: política, economia, vida familiar, religião, arte em particular, porque a racionalidade instrumental se exerce no interior de uma atividade e exclui que qualquer um deles seja organizado no exterior, isto é, em função da sua integração em uma visão geral, da sua contribuição para a realização de um projeto societal (TOURAINÉ, 1994, p. 17).

Desta forma, a modernidade está associada à ideia de racionalização. Para Touraine (1994, p. 12), “[...] a modernidade rompeu o mundo sagrado que era ao mesmo tempo natural e divino, transparente à razão e criado”. Logo, a sociedade como um todo é organizada com base no uso da razão, considerando as atividades científicas, técnicas, de governo dos homens e administração das coisas.

É possível compreender, ainda, a modernidade na obra “O discurso filosófico da modernidade”, proposta por Jürgen Habermas (2000). Nessa perspectiva, o autor associa a ideia de modernidade ao racionalismo ocidental. Esta racionalidade referida pelo autor propicia ao homem moderno a possibilidade de pensar para depois agir. Todavia, ao contrário do homem apegado às tradições místicas e religiosas, o homem moderno é capaz de potencializar os seus conhecimentos pautados na razão, como método e princípio a ser utilizado no cotidiano de sua vida. Segundo o mesmo autor,

[...] a ideia de modernidade foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, [...] tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelos interesses, mas também pela vontade de se libertar de todas as opressões (HABERMAS, 2000, p. 9).

Nas palavras de Le Goff:

O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar-lhe equivalentes noutras civilizações e noutras historiografias. Durante o período pré-industrial do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que no fim da Idade Média, e durante as Luzes, irrompeu na ribalta intelectual. O meio do século XIX transformou-se, com o aparecimento do conceito de modernidade, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo, que é introduzido noutros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de modernização, nascido do contato com o Ocidente (1984, p. 370).

É de Le Goff, ainda, a seguinte afirmação:

[...] a revolução industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno na segunda metade do século XIX e no século XX. Aparecem três novos pólos de evolução e conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamaram-se ou são rotulados de modernismo termo que marca o endurecimento, pela passagem à doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa ocidental e dos Estados Unidos os problemas da modernização, que se radicalizam com a descolonização posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a modernidade (1984, p. 378).

No contexto acreano, as expressões “Moderno”, “Modernidade” e “Modernismo” aparecem associadas à ideia de algo novo, diferente. Quer seja um novo modo de organizar o ensino público, uma nova construção arquitetônica ou, até mesmo, uma forma diferente de tratar as crianças. Todas as expressões são associadas à ideia do novo, do diferente.

Considerando tais reflexões, esse estudo emerge das inquietações despertadas e não respondidas, ainda no período de realização do mestrado, relativa à forma de como a instrução pública primária acreana foi se desenhando e ganhando espaço nos debates educacionais. Todavia, essa e outras questões ganharam relevância e novos contornos na formulação da tese, como a constituição histórica da obrigatoriedade escolar no projeto de educação pública, laica e gratuita no Território do Acre.

Deste modo, **esta tese busca identificar e analisar como a questão da instrução pública primária foi se constituindo no Território do Acre nas décadas de 1920 a 1950, tendo a questão da obrigatoriedade escolar como elemento basilar desse processo. Neste sentido, o que se intenta examinar é como a questão da obrigatoriedade escolar foi capaz de organizar e ordenar a instrução pública primária no Território do Acre. Para tanto, buscam-se identificar, especificamente, as estratégias utilizadas para que as famílias enviassem seus filhos à escola; a postura da família frente à questão da obrigatoriedade escolar; e, ainda, a participação dos professores acreanos nesse processo de instrução pública gratuita e obrigatória.**

Diante do exposto, buscam-se responder as seguintes questões:

- **Como a necessidade de escolarizar a infância era percebida, compreendida e explicada pelos agentes responsáveis pela educabilidade da infância (pais, governantes e professores) no Território do Acre?**

- **Em que condições a questão da obrigatoriedade escolar do ensino primário foi instituída e quais argumentos foram utilizados para que a mesma se efetivasse ou não na região acreana?**

A **hipótese** que sustenta essa pesquisa é a de que a necessidade de escolarizar a infância acreana demandou uma exigência de reconfiguração da instrução pública primária, com o intuito de produzir sujeitos capazes de se tornarem fator de progresso individual, que pudessem contribuir diretamente para o desenvolvimento da região acreana, bem como da Nação brasileira. Daí, a suposição de que a escolarização da infância acreana representou um elemento circundante desse processo de instauração e normatização da educação pública primária.

No que se refere ao direito à educação e obrigatoriedade escolar, Horta (1998) argumenta que tal qual aos demais direitos sociais, o direito à educação está estreitamente relacionado à obrigatoriedade escolar. Nas palavras do autor:

O direito à educação não se reveste exatamente da mesma dimensão que, por exemplo, direito à assistência médica gratuita, à alimentação mínima, à habitação decente ou ao socorro em caso de catástrofe natural. Estes serviços que a sociedade proporciona àqueles que os solicitam. Em geral, os cidadãos podem escolher entre utilizá-los ou prescindir deles e inclusive, adaptá-los, via de regra, obrigatória, e as crianças não se encontram em condições de negociar as formas segundo as quais a receberão. Paradoxalmente, encontramos-nos assim diante de um direito que é, ao mesmo tempo, uma obrigação. O direito a ser dispensado da educação, se esta fosse a preferência de uma criança ou de seus pais, não existe. Assim, ao direito de educar por parte do Estado corresponde a obrigatoriedade escolar para determinada camada da população infanto-juvenil (1998, p. 10).

O que se intenta compreender é como o fenômeno da obrigatoriedade escolar foi incorporado, no Território do Acre, como algo necessário ao desenvolvimento da região e como se consolidou em toda a região acreana. Não apenas como elemento civilizador, mas também como “[...] representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação, a partir dos quais estes classificam, julgam e agem (CHARTIER, 1994, p. 104).

Deste modo, é relevante identificar e analisar as estratégias dos sujeitos envolvidos no projeto da instrução pública primária acreana, com destaque para a forma de apropriação da ideia de educação pública, gratuita, laica e obrigatória.

Nas palavras de Certeau:

[...] Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização 'estratégica' procura em primeiro lugar distinguir de um 'ambiente' um próprio', isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar (2005, p. 99-100).

Embora tenha havido no Território do Acre uma forte campanha em prol do envio das crianças à escola, as famílias não aderiram prontamente essa ideia. O oferecimento de uma educação formal gratuita, pautada em normativas e ritos não foi suficiente para o convencimento da família acerca da importância do envio dos filhos à escola acreana. Tampouco, as garantias de sucesso pautadas na frequência e permanência da criança na escola foram suficientes para conseguir a adesão dos pais ao ideário de infância escolar. O ensino compulsório acabou se tornando uma estratégia de governo utilizada para a garantia da presença das crianças na escola e, conseqüentemente, para a possibilidade de incorporação do projeto de sujeito civilizado no início da vida, a saber: na infância. As famílias, por sua vez, utilizaram-se de diferentes táticas para conseguir conviver com as imposições do ensino obrigatório.

Certeau considera que essas táticas

são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo, as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização dos espaços, às relações entre momentos sucessivos de um 'golpe', aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos, etc [...] (2005, p. 101).

No Território do Acre, especificamente, a busca por um projeto civilizatório via educação também é bastante perceptível, pois em muitos artigos jornalísticos e

documentos oficiais governamentais é possível encontrar a seguinte mensagem: “A escola é a forja da civilização. É o berço da Pátria. É o crisol do sentimento cívico. É o cadinho que se fundem todos os novos elementos advindos à nossa população”.⁴

Nessa perspectiva, compete aos órgãos públicos responsáveis pela educação pública acreana “o compromisso com a educação das crianças, pois é nelas que reside o futuro, o amanhã promissor e desenvolvimentista da região acreana.”⁵ Aos professores, cabe a missão de “fazer de seus alunos cidadãos esclarecidos, conscientes de seus deveres cívicos e humanos, amigos do trabalho e amantes do progresso.”⁶ E à família, “como primeiro grupo da sociedade, cuidar, em princípio do preparo físico, intelectual e moral dos filhos.”⁷

O projeto de “reorganização” da instrução pública primária nas décadas de 1920 a 1950 calçou suas estratégias no propósito de divulgar a perspectiva da escola como espaço educativo da criança e, ainda, de que a parceria dos pais e dos professores, no envio e na permanência das crianças na escola, levaria a sociedade acreana ao progresso social, cultural e econômico. Estratégias aqui entendidas como “um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser base de onde se podem gerir relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.” (CERTEAU, 2005, p. 100).

O **recorte temporal** da tese, utilizado na análise da temática relativa à obrigatoriedade escolar, compreende os anos de 1920 a 1950⁸. Para além da farta documentação encontrada a respeito da temática analisada, tanto no Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre – CDIH/UFAC, como nos demais órgãos governamentais localizados na capital de Rio Branco, o período de recorte de análise justifica-se por se constituir em um período da história acreana com várias mudanças de cunho econômico, social e cultural, bem como urbanístico. Muitos que vivenciaram esse período o entendem como: “Os tempos mais modernos que o Acre viveu.”⁹ A opção pelo marco inicial, década de

⁴ Cf. Jornal O Acre, edição 914 de 13 de março de 1949.

⁵ Relatório da diretora do Departamento de Educação e Cultura – DEC – ao governador do Território do Acre Major Guiomard dos Santos. Documento arquivado no Centro de Documentação e Informações Históricas da Universidade Federal do Acre, caixa box nº 67.

⁶ Cf. Jornal O Acre, edição 908 de 30 de janeiro de 1949.

⁷ Cf. O Acre, edição 712 de 04 de setembro de 1948.

⁸ Em muitos momentos da tese, retrocede-se e avançam-se décadas no propósito de trazer à tona elementos que possam ajudar a compreender melhor os acontecimentos das décadas recortadas para essa análise.

⁹ Cf. Jornal O Acre, edição 919 do dia 25 de abril de 1949, p. 9.

1920, justificasse por ser o período na história acreana que nos permite identificar os momentos iniciais da instituição da obrigatoriedade escolar no Acre. Já o marco final do recorte temporal, por se configurar como a última década na qual a questão da obrigatoriedade surge atrelada às campanhas destinadas às famílias. Também, por se constituir em um período da educação acreana em que se consolida uma lei de obrigatoriedade atrelada diretamente a um projeto de reorganização da educação acreana aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC¹⁰.

No jornal *O Acre*, edição 819, de 25 de abril de 1949, é possível encontrar um apanhado geral das mudanças ocorridas no Território, desde a década de 1930. Essa edição, especificamente, é composta por 16 páginas cujas informações impressas estão grafadas em letras verdes, ilustradas com muitas fotografias de obras arquitetônicas. O termo “tempos mais modernos” é uma expressão utilizada por acreanos que fazem referência ao período de 1946 a 1950, mais especificamente. Tal denominação justifica-se pelo fato de, neste período, o território do Acre ter recebido alguns benefícios, como carros particulares, construções em alvenaria, sistema de telegrafia, transporte aéreo, motor de energia elétrica, cerâmica e oficina mecânica, gado bovino, investimentos em materiais pedagógicos, conclusão e construção de obras públicas como escolas, hospitais, delegacias e demais setores governamentais, dentre outros. A ideia do moderno, nesse contexto, estava associada diretamente à mudanças na estrutura física da cidade.

Nessa edição, é possível encontrar fotografias e memorial das obras construídas e finalizadas no período de 1946 a 1949, inclusive, é o único jornal com 16 páginas de publicação, sendo que, da primeira até a última, apresenta um levantamento das realizações governamentais. O referido jornal tem enfoque comemorativo, trazendo como manchete de primeira página o título *Três anos de trabalho produtivo e constante prosperidade*, acompanhado da foto do Major Guiomard dos Santos, governador territorial de 1946 a 1950, num tamanho que ocupa mais de 50% da página.

Agregam-se a isso os acervos pessoais de sujeitos que estiveram diretamente ligados às questões educacionais da época analisada e os acervos de entidades religiosas. E, ainda, justifica-se por ter sido nesse período da década de

¹⁰ Projeto de regulamentação da Instrução Pública datada de 31 de maio de 1950. Primeiro documento enviado no ano de 1949 ao MEC, referente à instrução pública acreana e cujo parecer favorável foi datado do dia 31 de maio de 1950. Antes desse documento, não foi possível localizar nenhum outro que tivesse carimbos ou vistos dados pelo MEC.

1940 da história acreana que o Inep passa a enviar orientações educacionais ao governo territorial. Tem-se, nesse período da história da educação acreana, a presença constante do Ministério da Educação e Saúde e do INEP, tanto no que diz respeito à construção de escolas públicas, como nas orientações educacionais. O período ainda é marcado por mudanças na organização da educação acreana, as quais muitos documentos governamentais denominam de período de “reorganização educacional” e, ainda, por uma tímida organização da atividade docente, enquanto atividade profissional pautada em normativas e sindicalização.

Após a intensa busca em arquivos de vários municípios acreanos e até fora do estado, foi possível reunir um vasto corpus documental, considerado como produtor de memórias que servem tanto para lembrar como para esquecer (BURKE, 2005). Tal como aponta Chartier:

As percepções do social que ao se trabalhar com os discursos presentes nas fontes documentais, esses não são neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros e a legitimar um projeto reformador ou da justificar, para os próprios indivíduos, as escolhas, as condutas (1990, p. 17).

Todo o *corpus* documental coletado no Estado do Acre e utilizado para compor esta tese pode ser localizado no Museu da Borracha; no Museu dos Autonomistas; no Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre- CDHI/UFAC, no Arquivo Geral do Governo – AGG, no Fórum, no Parque Capitão Ciríaco; na Catedral Nossa Senhora de Nazaré; e no acervo particular do senhor José Arnaldo Pereira Nunes, todos em Rio Branco; no Colégio Santa Terezinha, em Cruzeiro do Sul; no Colégio Santa Juliana e no acervo pessoal de Padre Paulino, na cidade de Sena Madureira;. Alguns foram coletados em outros locais fora do Estado do Acre, a saber, Museu Maria Angélica de Castro (Santo Antônio do Monte - MG) e Inep (Brasília-DF).¹¹

¹¹ Trata-se de documentos oficiais enviados e recebidos pelos governadores territoriais no período de 1930 a 1949, a saber, memorandos, minutas, ofícios, decretos, portarias, telegramas, relatórios, projetos e textos jornalísticos produzidos por agentes ligados diretamente ao setor responsável pela educação no Território do Acre. E, ainda, textos jornalísticos produzidos por membros da sociedade acreana, livros didáticos utilizados pelos professores, fotografias de cenas escolares, cartas e diários pessoais do governador Major Guiomard dos Santos e de sua esposa Ligia Hammes. Muitos desses documentos já estão sem condições de manuseio, mas, em sua maioria, podem ser encontrados na íntegra nas páginas do jornal O Acre. No tocante à Biblioteca Nacional e à Hemeroteca de Portugal, é possível encontrar livros com orientações aos professores, bem como alguns jornais e relatórios de governo acerca da situação econômica, social, cultural, educacional e política da região acreana. Todos os acervos particulares consultados para esta tese pertencem a sujeitos que colecionam

Já os decretos, portarias, minutas, memorandos e ofícios podem ser encontrados no Arquivo Geral do Governo, bem como no Museu da Borracha, e tratam, especificamente, de contratação, exoneração, transferência e aposentadoria de funcionários do Território do Acre. E, ainda, de convocação aos professores para participação em cursos de férias, criação e fechamento de escolas, normativa de funcionamento de escolas e demais órgãos governamentais, normativa acerca da frequência escolar e postura docente frente à educação acreana. Todos os projetos¹² aqui analisados são voltados para a organização da educação primária e também podem ser encontrados na íntegra, tanto no Inep, quanto no Arquivo Geral do governo.

O uso da fotografia nesta tese ajuda a apresentar boa parte da história da educação acreana contada por meio da iconografia que, em sua maioria, encontra-se em acervos particulares daqueles que viveram o período Acre Território. Muitas das informações narradas podem ser encontradas em formato de fotografias, principalmente, aquelas que tratam da construção de prédios escolares e da cultura da escola. Tudo o que está relacionado ao homem pode ser usado como fonte de história (LE GOFF, 1990).

Aqui, a fotografia é tratada como um documento que foi retocado, alterado e intencionalmente produzido para induzir a uma ideia, um congelamento de um real propositalmente elaborado. Da mesma forma que se faz a análise das fontes escritas, a fotografia também precisa ser analisada criticamente por aquele que se dispõe a utilizá-la (BURKE, 2001).

A utilização de documentos governamentais, nesta tese, não tem pretensão de apenas contar a história daqueles que estiveram à frente da organização e administração da instrução pública no Território do Acre. Por isso, são reconhecidos como documentos cheios de intencionalidades presentes em sua produção. Assim, são utilizados, nesta tese, como uma fonte cuja análise leva em consideração o contexto social, político, econômico e cultural de produção, bem como o local social de onde os seus agentes produtores falaram. Considerando que a prática

jornais antigos que tratam da história do Acre. Algumas como o Padre Paulino e Maria Angélica de Castro viveram o período de 1930 a 1949 voltados para as questões religiosas e educacionais, respectivamente. A presença do Inep nesta tese dá-se pelo fato de ter arquivado boa parte dos documentos oficiais citados logo acima. Boa parte dessa documentação pode ser acessada *on line* por meio de senha eletrônica que o Inep libera para arquivamento e consulta.

¹² Projeto de regulamentação da Instrução Pública datado de 31 de maio de 1950; Anteprojeto de regularização de Instrução Pública datado de 1949.

historiográfica não se reduz ao exercício de práticas e de técnicas, mas sim à capacidade de interpretar as fontes selecionadas (CERTEAU, 1982). Nesse sentido, “[...] se retirar e mergulhar no silêncio para tentar, mal informado, perdido entre pistas embrulhadas, embaciadas, discordantes, compreender o que passou há séculos.” (DUBY, 1989, p. 111).

Para além dos documentos supracitados, optou-se por analisar artigos jornalísticos produzidos entre o período de 1940 a 1950. Considerando que a história é pautada naquilo que os historiadores escrevem e que competem aos mesmos a escolha e a seleção das informações que lhes parecem significativas, simbolizando com isso a rejeição de outras¹³, optou-se, então, por utilizar o jornal *O Acre* como um lugar de memória¹⁴.

Nora entende que:

Os lugares de memória nascem e vivem dos sentimentos que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, por que estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memórias. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (1993, p.15).

¹³ Cf. LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Origens da Educação Pública**: instrução na revolução burguesa do século XVIII. São Paulo: Loyola, 1981.

¹⁴ O jornal *O Acre* está organizado em cinco colunas e, em poucas edições, aparece com seis. Exceto a edição 919, do dia 25 de abril de 1949, que tem 16 páginas, os demais exemplares possuem seis páginas. Não há uma periodização na organização dos elementos presentes no corpo do jornal. Em todos eles aparecem os nomes do diretor, do redator e o endereço para solicitação de exemplares, bem como o valor de compra individual e de assinatura mensal. O nome do jornal fica centralizado no alto da página e, logo mais abaixo, há a expressão **ORGÃO DO GOVERNO** escrita em letras maiúsculas, tal qual o nome do jornal, porém num tamanho menor. Logo abaixo, separados por uma linha fina, podem-se ler informações referentes ao ano, número de publicação e data. Em alguns dos jornais, o número da publicação não aparece e isso acaba por ocasionar uma falta de sequência na numeração. No corpo do jornal, é possível encontrar seções que tratam especificamente sobre questões educacionais, tais como a seção *Fatos Escolares*. Publicações sobre atos governamentais acompanhados de fotografias passam a ser elemento comum em todos os jornais das décadas de 1930, de 1940 e de 1950. Nas edições anteriores e posteriores a essas décadas, o uso de imagens atreladas aos informativos governamentais é menos frequente. Alguns acontecimentos educacionais são publicados frequentemente. A título de exemplo, podem-se citar as avaliações, porém, não há lugar específico para publicação de notas de avaliação de fim de ano. Assim, a exposição de notas de aprovação e reprovação escolar pode ser encontrada em diferentes páginas do jornal, da mesma forma que os documentos governamentais. Ainda é possível deparar-se com artigos educacionais em diferentes páginas do jornal, com e sem autoria. Para além dos artigos voltados para as questões educacionais, ainda é possível deparar-se com artigos voltados para questões econômicas, religiosas, culturais e sociais acreanas.

Admite-se, ainda, que aquilo que é dado a ler em um jornal está crivado por representações sociais, porquanto:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

A justificativa para a seleção do jornal *O Acre* considera o fato de o mesmo encontrar-se em perfeitas condições de manuseio e por ter sido acatado como uma via de comunicação do governo territorial, impresso que tinha a função de publicar todos os atos governamentais. E, ainda, por conter, na íntegra, as publicações de documentos governamentais, que já não podem ser consultados em seu original, em razão da má conservação ao longo do tempo.

Dentre os diversos jornais publicados entre as décadas de 1940 e 1950, o jornal *O Acre* é objeto de coleção de muitos cidadãos acreanos.¹⁵ Uma espécie de impresso guardado como um depósito de lembranças que transcende a sua condição puramente material e ocupa uma simbologia na vida daqueles que o arquivam, pois, em muitas edições, é possível identificar eventos nos quais aparece o nome da família ou de amigos daquele que arquivava. Nas palavras de Nora (1993):

Mesmo em lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar [...] (NORA, 1993, p. 21-22).

Partindo das indagações que conduzem esta tese, fez-se necessário examinar a legislação educacional promulgada no Território no período recortado

¹⁵ É possível encontrar cidadãos acreanos que têm várias edições do jornal *O Acre* arquivadas como peça de museu, que guardam para recontar acontecimentos da própria vida e, em sua maioria, com um valor afetivo de algum acontecimento social no qual a sua imagem ou nome aparece nas páginas do jornal, a saber: nota de falecimento de ente querido, proclames de casamentos, fotos escolares, notas escolares, decretos de exoneração e/ou contratação, dentre outros. Importa salientar que, embora o jornal *O Acre* se constituísse como um órgão oficial do governo territorial, o impresso não tinha distribuição gratuita.

para análise. Compreende-se que nem sempre as mudanças propostas na lei acontecem na exatidão de seus textos, uma vez que os constantes diálogos com as práticas ordinárias ora estão afinadas ora estão discordantes. E, ainda, que em meio a isso tudo, os sujeitos não são consumidores passivos de sentidos e bens produzidos (CERTEAU, 1994).

Nessa direção, faz-se necessário buscar compreender como a família lidou com a questão da obrigatoriedade escolar, uma vez que se vivia numa região onde o trabalho da criança era visto como algo necessário ao sustento familiar e não como exploradora de mão de obra infantil. Há, nesse momento, uma “luta de representações” na qual os sujeitos envolvidos, cada um a seu modo, impõem e utilizam os “produtos impostos por um lugar de poder.” (CERTEAU, 1995, p. 214). Ora num confronto mais forte, ora num confronto mais fraco.

Tomando como base a leitura e análise desses documentos, busca-se responder **como o tema da obrigatoriedade do ensino público primário no Território do Acre foi discutido e pensado pelo ente governamental e pelos agentes envolvidos no processo educacional da criança acreana, a saber, professores, famílias, sociedade e governantes. A proposta é compreender como as questões da instrução pública primária no Território do Acre ganharam espaço nas ações governamentais e quais estratégias foram utilizadas pela população, a fim de enviar os seus filhos para os bancos escolares.**

Partindo dessas indagações, fez-se necessário examinar a legislação educacional promulgada no Território no período recortado para a análise. E, ainda, compreender como a família lidou com a questão da obrigatoriedade escolar, uma vez que se vivia numa região onde o trabalho da criança era visto como algo necessário para o sustento familiar e não como exploração da mão de obra infantil. Os discursos referidos nas cartas a seguir evidenciam a questão:

Padrinho, venho por meio dessa humilde carta pedir ao senhor que libere meu filho da obrigação de ir para a escola, porque preciso dele trabalhando comigo nos serviços de lavoura (Carta recebida por Major Guiomard dos Santos no ano de 1947).

Ilustre Ligia Hammes, venho pedir a senhora que peça a seu marido para ele liberar minha menina da obrigação de ir para a escola. É minha filha caçula e só tenho ela em casa. Já sou de idade e já não consigo fazer os afazeres de casa como antes. Ela é a única que me ajuda nisso. Não posso deixar ela ir estudar porque preciso dela (Carta recebida por Ligia Hammes,

esposa do governador Territorial José Guiomard dos Santos no ano de 1949).

Cartas como as supracitadas podem ser encontradas no acervo pessoal do Major Guiomard dos Santos, governador territorial no período de 1946 a 1950. O teor de muitas dessas cartas nos induz a pensar que a questão da obrigatoriedade escolar no Território do Acre pode ter modificado a forma como as famílias acreanas lidavam com a presença da criança no âmbito familiar¹⁶.

Esta tese considera o jornal como uma fonte propícia ao entendimento de práticas e comportamentos de uma dada sociedade. Não como um documento que traz em seu teor uma cópia fiel de um acontecimento, mas, sim, como um “lugar de memória”.¹⁷ Assim, as memórias nas páginas dos periódicos permitem ao historiador um alargamento do campo de pesquisa, por reunir em seu corpo editorial uma variedade de representação social. Contudo, no caso do jornal *O Acre*, ele representava a “voz do Estado”. Para isso, o historiador deve estabelecer, frente ao documento jornalístico, uma postura crítica de forma a lê-lo como algo produzido numa inserção histórica, e cuja linguagem e peculiaridades representam uma forma de agir e pensar de um determinado grupo social e não de um todo social¹⁸. Uma fonte permeada de intencionalidades e previamente elaborada para produzir memórias não espontâneas.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir daí de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p. 87).¹⁹

¹⁶ A forma como a família lidou com a questão da obrigatoriedade escolar é algo que será melhor detalhado no capítulo 2 desta tese.

¹⁷ Cf. NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

¹⁸ Segundo Tânia Regina de Luca, os jornais e revistas eram pouco usados como fonte de pesquisa, principalmente na década de 1970, pois havia toda uma preocupação em “escrever a história da imprensa, mas relutava-se em escrever uma história por meio da imprensa”. Para autora isso evidenciava o receio de alguns historiadores em não confiar no que era divulgado nos meios jornalísticos. Cf. LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁹ BARBOSA, Marialva. *Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa**: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

Da mesma forma, a leitura de cartas enviadas aos governantes, bem como os relatórios de diretores e professores serviram como suporte para nortear a visão da família, no tocante à necessidade de envio dos filhos aos bancos escolares. Tais cartas e relatórios possibilitam realizar uma análise comparativa entre a legislação acreana e a postura da família e de professores frente à obrigatoriedade escolar.

No que tange à considerar e utilizar o impresso como uma fonte histórica, esta ideia foi se expandindo a partir do século XX, sobretudo, com a Escola de Analles, ganhando força entre os pesquisadores de tal forma que, atualmente, é possível reconhecer a imprensa, principalmente, a impressa, como objeto de pesquisa e testemunho da história. E por que não dizer um agente cuja participação ativa contribuiu para a produção de uma dada história, de uma dada memória local e/ou nacional, cheia de intencionalidades por parte daqueles que produzem e decidem quais as notícias que devem ou não ser publicadas? Isso porque:

[...] no cotidiano jornalístico, o termo imparcialidade é utilizado como propaganda por todos os veículos de comunicação que desejam passar a ideia de credibilidade aos seus consumidores. Entretanto, a imprensa é constituída por pessoas que, como bem disse um dos entrevistados, são seres pulsantes, tem paixões e desejos, portanto, parciais (CIRINO, 2003, p. 26).

Vale ressaltar que a imprensa tem um caráter subjetivo, único, diretivo, seletivo e a subjetividade dos interesses do jornalista ou do financiador do jornal não deve ser menosprezada, pois não há neutralidade na organização e seleção das notícias a serem postas em circulação. Nesse sentido, compete ao historiador identificar os interesses econômicos, políticos e culturais presentes nas entrelinhas das notícias, para que o jornal se torne uma fonte possível de ser lida.

Um...jornal...não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso, é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestadas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele. A imprensa ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representações do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1994, p. 24-25).²⁰

²⁰ Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

A partir de então, e na tentativa de compreender como os discursos proferidos nas páginas dos jornais que envolviam a questão da obrigatoriedade escolar vinham sendo debatidos e postos em prática nas terras acreanas, fez-se necessária uma análise de leis, relatórios e demais documentos que, em certo sentido, enunciassem o sentido dado à necessidade de educar as crianças em ambiente escolar e não mais no ambiente familiar.

A presença de documentos sobre Hugo Carneiro e Major José Guimard dos Santos, governantes dos períodos de 1930 a 1940, respectivamente, fez-se relevante, uma vez que ambos foram os agentes de governo que promoveram intervenções significativas na reforma da educação pública primária acreana. Dada a rotatividade na administração do Território do Acre, ambos estiveram por mais tempo na governança da região, o que lhes permitiu um maior tempo frente às questões administrativas.

Na bibliografia nacional que trata da questão da obrigatoriedade, em sua maioria, a temática aparece atrelada a outras questões educacionais, tais como a legislação educacional, educabilidade da infância escolar e institucionalização da escola, dentre outros. Dentre os trabalhos utilizados nesta tese, destacamos a obra de Horta (1993, 1998), aquela organizada por Vidal, Sá e Silva (2013), Faria Filho; Gondra; Fávero (2005), dentre outros.

A educação, enquanto projeto de reforma republicana, surge como um veículo capaz de promover os hábitos e costumes necessários à formação do sujeito moderno, dentro de um preceito higienista e civilizatório. Na obra de Cynthia Greive Veiga, denominada *História da Educação*²¹, a autora evidencia como a educação foi se tornando um projeto civilizador das sociedades ocidentais, desde o século XI até a atualidade. A autora correlaciona as alterações ocorridas no âmbito escolar às mudanças no âmbito político, social e econômico de cada contexto.

Por sua vez, Souza (1998) destaca, em sua obra *Templos de Civilização*, como a escola primária criada no estado de São Paulo por meio do projeto republicano foi constituindo esse tipo de educação, como fonte capaz de moralizar e civilizar as pessoas. A partir das fontes analisadas, a autora evidencia o entusiasmo

²¹ Cf. VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. 1ed. São Paulo: Ática, 2007.

provocado por essas inovações educacionais, considerando a escola como um sinônimo de prosperidade da nação.

José Baía Horta, em seu livro *Direito à educação e obrigatoriedade escolar*, traça um panorama sobre a questão da obrigatoriedade escolar em tempos e espaços diferentes. Segundo o autor:

[...] durante muito tempo, no Brasil, ao direito de educar por parte do Estado correspondeu à obrigatoriedade escolar como imposição ao indivíduo. Só muito recentemente, ao direito à educação, por parte do indivíduo, corresponde à obrigatoriedade de oferecer educação, por parte do Estado (1998, p. 10-11).

O autor analisa a relação entre a obrigatoriedade escolar e o direito à educação enquanto direito social, bem como as formas pelas quais tais conceitos foram sendo interpretados ao longo da história da educação brasileira. A leitura da obra possibilita compreender como a questão do direito à educação foi sendo tratada em concomitância com a obrigatoriedade escolar, ao considerar que “[...] não há possibilidade de instrução pública sem a sanção da coercitiva legal (RUI BARBOSA, 1883, *apud* HORTA, 1998, p. 14).

A obra *Obrigatoriedade escolar no Brasil*, cuja organização foi realizada pelas autoras Diana Gonçalves Vidal, Elisabeth Figueiredo de Sá e Vera Lúcia Gaspar da Silva, aponta um cenário a despeito da forma pela qual a questão da obrigatoriedade escolar foi tratada ao longo do século XIX e XX no Brasil. A obra ilustra como o aspecto da obrigatoriedade escolar foi tratado em Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Grão Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Agrupa textos escritos por pesquisadores de diferentes partes do Brasil e traça um panorama relativo à questão da obrigatoriedade escolar e do entendimento sobre o assunto ao longo dos séculos XIX e XX.

Nessa obra, vários autores apresentam e analisam como estava estabelecida, em alguns estados brasileiros, a questão da obrigatoriedade escolar no Brasil. Tal como no Território do Acre, alguns estados brasileiros citados na obra trazem acontecimentos similares aos que aconteceram em terras acreanas. A título de exemplos, pode-se citar o Estado de Alagoas que também contou com “[...] pouco interesse dos pais em deixar seus filhos prosseguirem nos estudos [...]

(MADEIRA; AMORIM, 2013, p. 23). Entretanto, diferentemente do governo alagoano, esse argumento de pouco interesse dos pais não serviu como justificativa para a não consolidação da educação obrigatória no Território do Acre. Da mesma forma, a fragilidade orçamentária, a problemática da extensão geográfica entre a escola e a casa dos alunos como elemento basilar da efetivação da obrigatoriedade escolar, a legislação e o assistencialismo às crianças pobres, dentre outros elementos citados nos textos da obra, são elementos que também podem ser vistos na história da obrigatoriedade acreana.

Especificamente no Estado do Acre, não há nenhuma publicação relativa a essa questão²² da obrigatoriedade escolar. Os trabalhos acerca da história da educação no Acre estão, em sua maioria, voltados para a presença da Escola Nova²³, para a questão da institucionalização da educação pública, enquanto instrumento de modernidade²⁴ e, ainda, para a questão da arquitetura dos prédios escolares²⁵.

Um dos primeiros documentos localizados que tratam da questão da obrigatoriedade escolar é da época em que o Acre era dividido em departamentos²⁶. Não houve, até o ano de 1920, uma lei educacional que regesse a questão da obrigatoriedade escolar com validade para todo o território acreano.

Será criada somente no ano de 1921 a primeira lei educacional que tratará da questão da obrigatoriedade escolar. Tem-se, também, nesse momento, o início das discussões acerca da educação da infância nos espaços que tratam da instrução pública acreana.

²² Tanto a essa obra quanto a qualquer outra obra relativa a essa questão.

²³ Tese de doutorado da professora Cleyde Oliveira de Castro denominada Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das idéias sobre a Escola nova no território federal do Acre (1946/1951). Disponível no banco de tese da UFMG. Em sua tese, Castro apresenta como os ideários escolanovista foram sendo incorporados às práticas educacionais no Território do Acre no período entre 1946 e 1951.

²⁴ Cf. SOBRINHO BARBOSA, Maria Evanilde. **Creio no Acre e nos acreanos**: o discurso da modernidade presente no governo Major Guiomard dos Santos (1946-1950). Disponível no banco de dissertação da Universidade Federal do Acre - <http://posletrasufac.com/banco-de-dissertacoes/>

²⁵ Cf. DAMAZIO, Márcia da. **Arquitetura dos Grupos Escolares e a Configuração de Práticas Corporais nas Primeiras Décadas do Século XX** – Estado Do Acre. Disponível em <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/217.pdf>

²⁶ O Acre foi incorporado ao território brasileiro no ano de 1906 através do decreto Presidencial n.5.188. Esteve administrativamente ligado a uma delegacia executiva em Manaus. Foi primeiramente dividido em 3 departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Por meio do Decreto n.9.831, o Alto-Juruá foi desmembrado em Alto-Juruá e Departamento de Tarauacá. O Acre foi Território Federal de 1920 a 1962, quando, nesta última data, torna-se Estado. (Cf. Museu da Borracha, O Acre de 12/02/1939)

Especificamente nesta tese, será tratada apenas a questão da obrigatoriedade escolar e do direito à educação, tendo como figura de fundo a presença dos professores, da família e da criança acreana, considerando-os como agentes históricos que colaboram direta e indiretamente na produção da ideia de obrigatoriedade escolar. Como forma de melhor compreender como se deu o processo de implantação da instrução pública primária no Território do Acre e de como essa questão da obrigatoriedade escolar e direito à educação repercutiu e foi dada a ler em terras acreanas, a tese se organiza em três capítulos, assim constituídos:

O primeiro capítulo trata dos aspectos legais da obrigatoriedade escolar e do direito à educação no Território do Acre²⁷, com destaque para os agentes responsáveis pela educação acreana e diferentes estratégias utilizadas para que circulasse no imaginário social a importância de enviar as crianças às escolas públicas. Aspectos sobre as mudanças estruturais e pedagógicas que foram acontecendo na cultura escolar e na cultura da escola, planejamentos pedagógicos verticais elaborados pelos representantes do governo e enviados às escolas públicas primárias, dentre outros aspectos, e que serviram como estratégia de adesão da população acreana sobre a importância do envio das crianças à escola também são tratados.

O segundo capítulo apresenta aspectos relevantes sobre a postura da família quanto à questão da obrigatoriedade escolar, com ênfase nas diferentes estratégias utilizadas pela família para lidar com a normativa do envio dos filhos à escola pública primária. E, ainda, o papel social da criança antes e depois da lei da obrigatoriedade escolar de 1949.

O terceiro capítulo tece considerações acerca do papel dos professores nesse projeto de obrigatoriedade escolar. Diferentes estratégias utilizadas para lidar com as normativas governamentais durante o processo de “reorganização do sistema educacional acreano”, bem como as diversas estratégias governamentais pensadas para conscientizar e delegar responsabilidades ao professor no tocante à obrigatoriedade escola mereceram destaque.

²⁷ Embora tenha havido no Território do Acre toda uma movimentação em prol da instalação de uma instrução pública primária que envolvesse desde a educação pré-primária (atual Educação Infantil) até o secundário (atual Ensino Médio), esta tese se debruça apenas sobre a educação pública primária acreana.

2 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA INSTRUÇÃO NO TERRITÓRIO DO ACRE E OS DEBATES ACERCA DA EDUCABILIDADE DA INFÂNCIA

A questão da instrução pública em épocas de integração da região acreana (1904) ao Brasil é algo que acabou sendo colocado em terceiro plano, uma vez que a região encontrava-se em processo de colonização por uma população, em sua maioria, nordestina e analfabeta, em busca do ouro branco²⁸.

O que se segue é um breve histórico acerca da situação econômica, política e social na qual a região acreana se encontrava. A intenção é apresentar um panorama que colabore na compreensão de como a instrução pública foi sendo tratada no Território do Acre e como a questão da obrigatoriedade escolar, direito à educação e a educabilidade da infância foi dada a ler.

2.1 A FORMAÇÃO DO ACRE: BREVE HISTÓRICO

A formação do Território acreano, segundo o tratado apresentado por Areal Souto (1928), intitulado *História da formação do Território do Acre em geral, e dos municípios de Rio Branco, Xapuri e Purus em particular*²⁹, teve início no ano de 1852, quando alguns exploradores passaram a percorrer o Rio Purus em busca de possíveis riquezas na região. A partir daí, surgiu a ideia de que a região era próspera, incentivando vários imigrantes do Ceará e Rio Grande do Norte a ocuparem a extensão de matas em busca de uma melhoria de vida. Até esse momento, as terras acreanas pertenciam à Bolívia. Somente em 1904, após inúmeras lutas armadas, a região acreana passou a fazer parte do Território brasileiro.

²⁸ Com base nas fichas de alistamento do SEMTA, é possível perceber que a maioria dos trabalhadores eram homens, jovens e analfabetos. Dada a condição de analfabetismo em que a maioria deles se encontrava, as instruções de como manufaturar o látex eram dadas em forma de desenho.

²⁹ Esse tratado pode ser encontrado na íntegra na parte anexa da obra de Ginelli (2008), bem como alguns trechos no corpo de sua obra. Embora a obra de Ginelli seja um referencial no tocante à História da Educação acreana, a parte do anexo de sua obra foi a mais utilizada para esta escrita, pois alguns dos documentos utilizados pela autora não mais podem ser localizados. Uns porque desapareceram do local onde foram arquivados, e outros porque, dadas as condições de arquivamento, deterioraram-se com o tempo. Dessa forma, a proposta desta escrita também tem pretensão de anexar todos os documentos analisados na finalização da tese.

O tratado aponta que desde as primeiras imigrações³⁰ ocorridas em 1895, a terra do Acre dependia da província do Amazonas. Assim, todos os impostos arrecadados em terras acreanas eram enviados à província do Amazonas que, por sua vez, era responsável pelas benfeitorias na região. Nos anos de 1879 a 1912 e 1942 a 1945, um grande número de imigrantes chegou ao Território do Acre. As promessas de enriquecimento fácil, mediante a exploração do látex, à época, denominado de ouro branco, atraiu muitos nordestinos para a região acreana³¹.

A população que iniciava o povoamento da região acreana estava voltada para a extração do látex e as preocupações com as questões educacionais da geração mais jovem não estavam em voga naquele contexto. Subentende-se, portanto, que a educação das crianças ficava a cargo da família.³²

A primeira escola primária, criada pelo então prefeito Departamental Rafael A. da Cunha Mattos, foi fundada somente em 28 de agosto de 1904. Entretanto, no livro de Efeméride³³ é possível encontrar uma contradição quanto à data, pois o livro registra a criação da primeira escola primária datada de novembro de 1904, na mesma administração.

Nessa época, e até 1921, competia ao governo departamental legislar sobre todos os aspectos educacionais, desde a criação e/ou extinção de escolas, até a seleção de normas e programas didáticos a serem utilizados nas escolas primárias acreanas. Assim, cada prefeito organizava a educação em seu município, segundo a sua compreensão acerca do tipo de ensino que deveria ser ofertado. Não havia no Território do Acre, embora com um número mínimo de escolas, uma padronização dos aspectos educacionais e nem tampouco leis de obrigatoriedade escolar (GINELLI, 2008).

³⁰ Após um período de lutas armadas com a Bolívia para a posse definitiva da região, o Território do Acre passa a ser incorporado ao território brasileiro a partir do Decreto Legislativo nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. Segundo Ginelli (2008), os primeiros pequenos povoados foram os de Empresa, hoje Rio Branco, em 1882; de Xapuri, em 1894; e o de Puerto Alonso, hoje Porto Acre, em 1898.

³¹ A expressão OURO BRANCO era bastante utilizada para referir-se ao líquido branco extraído da seringueira. Seu valor comercial era altíssimo, por isso a expressão ouro branco.

³² Por não ser este o foco desta pesquisa, não houve análise do como acontecia a educação das crianças em contexto familiar, e nem tampouco se buscou investigar os modos pelos quais as famílias estavam estruturadas.

³³ O livro de Efeméride está arquivado no Centro de Documentação e Informações Históricas da Universidade Federal do Acre – CDIH/UFAC. O livro encontra-se com um aspecto bem conservado, embora com página amareladas. Está com seu conteúdo datilografado e contem riscos de canetas em algumas páginas nas quais datas são corrigidas. O livro traz informações de 1857 a 1968 e traz na capa a data de publicação, janeiro de 1969. Em seu bojo, é possível identificar acontecimentos datados com dia, mês e ano e, também, acontecimentos datados apenas com anos.

No ano de 1931 foi publicada a Resolução n.13, que faculta o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal. Na Resolução, fica determinado que “da assistência as aulas de religião haverá dispensa para os alumnos cujos paes ou tutores, no acto da matrícula, a requererem” e, ainda, que o ensino religioso seja ministrado nos “estabelecimentos officiaes de ensino.” Com turmas de, no mínimo, vinte alumnos.³⁴

No tocante ao horário de aulas, fica regulamentado que “a instrução religiosa deverá ser ministrada de modo a não prejudicar o horário das aulas demais matérias do curso” e nenhum professor poderá “impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo orientar os direitos de consciência dos alumnos que lhe são confiados”. Ficando, portanto, a vigilância do ensino religioso a cargo do Estado e às autoridades religiosas a doutrina e a moral das professoras. (RESOLUÇÃO N. 13. O ACRE, 18/11/1931, p. 3).

Neste mesmo ano, o governador territorial publicou o quadro de horário escolar o qual todas as escolas deveriam seguir. Tem-se, pela primeira vez em todo o Território, um horário escolar único válido para todos os estabelecimentos de ensino. Vale ressaltar que, no quadro de horário abaixo, não consta um tempo específico para o ensino religioso, mas olhando minuciosamente as disciplinas e respectivos horários, é possível verificar que há um horário vago no sábado. Não foi possível localizar nenhum documento que demonstrasse como eram dadas as aulas de religião nas escolas primárias, mas por dedução, acredita-se que aconteciam aos sábados.

³⁴ As palavras destacadas entre aspas foram escritas tal qual constam no documento original.

IMAGEM 1- HORÁRIO ESCOLAR DO ANO LETIVO DE 1931

O ACRE												
3												
Para as escolas primarias do Territorio												
HORARIO												
DIAS	7 1/2 às 7,40	7,40 às 8	8 às 8,05	8,05 às 8,35	8,35 às 9	9 às 9,30	9,30 às 9,55	9,55 às 10	10 às 10,30	10,30 às 11	11 às 11,20	11,20 às 11,30
Segunda	Entrada e canticos	Educação physica	Descanso em classe	Lingua-gem escripta	Arithme-tica	Lingua-gem oral	Recreio	Descanso em classe	Geometria e Desenho	Historia	Prelecções sobre Hygiene ou Educação Moral e Cívica	Canto e sa-lida
Terça	«	«	«	«	«	«	«	«	Geographia	Sciencias phy-sicas e naturaes	«	«
Quarta	«	«	«	«	«	«	«	«	Geometria e Desenho	Historia	«	«
Quinta	«	«	«	«	«	«	«	«	Geographia	Sciencias phy-sicas e naturaes	«	«
Sexta	«	«	«	«	«	«	«	«	Geometria e Desenho	Historia	«	«
Sabbado	«	«	«	«	«	«	«	«	Trabalhos manuaes			«

FONTE: O Acre

Na contramão dessa determinação, o Frei Prospero Gustavo Bernardi, bispo titular de Palto e prelado ordinário do Alto Acre e Alto Purus, baixou um regulamento asseverando sobre o ensino religioso em sua jurisdição. Segundo o documento, “sem a religião, porém é impossível ministrar ao homem uma educação completa, tendo ele de alcançar simultaneamente destinos temporais e eternos.” Por isso, o Frei orienta aos Reverendos, vigários e cleros que o regulamento seja lido e explicado aos fiéis de modo que seja “lembrado aos pais e tutores o direito e o dever que eles têm de requerer o ensino religioso para seus filhos e tutelados.”³⁵

Embora o ensino religioso tenha sido posto como facultativo nas escolas primárias acreanas, a leitura dos livros de Tombo da igreja católica permite verificar que a instituição religiosa esteve presente em vários momentos da escola. A título de exemplo, podem-se citar as aulas de catecismo que aconteciam no interior das escolas e eram ministradas pelo padre católico; e cerimônia de benção das escolas recém-inauguradas. E, ainda, era possível encontrar a participação da igreja nas festividades de encerramento do ano letivo.

³⁵ Cf. O Acre, 17/12/1931, p. 3.

IMAGEM 2 - REGISTRO DE BENÇÃO RECEBIDA POR GRUPO ESCOLAR – ANO DE 1948

26 abril A benção do vosso grupo escolar
 A comissão do Sr. Prefeito, Minervino Bastos, às 9h da ma-
 nhã foi benzer o vosso grupo escolar em a presença
 dos alunos deste e do Instituto Divina Providência

FONTE: Livro de tomo da Igreja Católica, 1948, p. 118

IMAGEM 3 - PROGRAMAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE ANO LETIVO DO INSTITUTO DIVINA PROVIDÊNCIA, 1946

Instituto Divina Providência

Dia dos Escolares e das Missões

Festejando o encerramento do ano letivo de 1946, o «INSTITUTO» realizará, hoje e amanhã, às 20 horas, no seu salão principal, o seguinte

Programa

DIA 14 — SABADO

- 1º — Hino Nacional, cantado pelos alunos.
- 2º — Entrega dos CERTIFICADOS aos alunos que concluíram o Curso Primário.
- 3º — Distribuição de prêmios.
- 4º — Palavras de despedida pela aluna Neide Ramalho.
- 5º — Sagração do Paratiáfo, Anibal Cesar dos Reis.

(TEATRO) 1º — Oração pela aluna Valdomira Soares, do Curso Normal Regional.

- 2º — Uma escolinha a Nhô Totico, por um grupo de crianças.
- 3º — Um Sonho de Boneca, por Maria Luiza Kalume e Teresinha Sabino, Raimunda Ferreira, Irene Franco, Espedito Silva e Romélia Martins.
- 4º — SANTA AQUILINA, Sofia Hassem, Aquilia, (mãe de Aquilina) Georgette Elian, — EMERENCIA, (criada), Alba Tomaz — TECUSA, (menina pagã), Ila Alves, — ANJO DA GUARDA, Valdomira Soares, — MEXENCIA e EUZEBIA, (companheiras de Aquilina), Lucimar Lopes e Antonieta Soares, — OFICIAL DE POLICIA, Lorena Tomaz, — ESCRAVA, Valdomira Soares.
- 5º — A MISSA DO GALO, Cleide Costa.
- 6º — AS RIQUEZAS DO BRASIL, por um grupo de alunas.
- 7º — Em casa do compadre, por Belmar Morte, Roberto Kalume.

Dia 15, domingo (Teatro) com este programa:

- 1- A ronda da semana, por Ila Alves, Déa Fonseca, Marié Ce-
 nina Araujo, Mariete Morte, Laize de Vasconcelos, Maria
 Luiza Kalume e Raimunda Alves.
- 1- A PROFESSORA, por Desy Salim, Zubeida Rachid, Rai-
 munda Alves e Lorena Tomaz.
- 3- A RAMALHETEIRA, por Risoleta Ribeiro.
- 4- SANTA AQUILINA MARTIR, drama em tres atos.
- 5- O DESAFIO, por Neide Ramalho e Aurea Ferreira.
- 6- As duas colegiais, por Neide Ramalho e Zubeida Rachid.
- 7- A DONA DE CASA, comédia em um ato.

Preços: — Cadeira Crs. \$ 10,00. Geral \$ 5,00

NOTA — O produto da venda das entradas destina-se a Obra das Missões. Povo de Xapuri, ajudai as Missões Catolicas, dando um pouco de vós, para mitigar o sofrimento daqueles que sofrem em longes terras.

A sessão do encerramento do ano letivo, será presidida pelo Sr. Delegado do Ensino. — O ato será abrilhantado pela Banda de Musica, cedida, gentilmente pelo Sr. Prefeito Minervino Bastos e a sua prolongar-se-á até a meia noite.

Xapuri, 14 de Dezembro de 1946.

FONTE: Acervo pessoal Major Guiomard dos Santos/ CDIH/UFAC

IMAGEM 4 - CARTA AO DIRETOR DO DEC JOSÉ LOPES DE AGUIAR. DATA 1931.

Pro memoria ..

Para a historia da auctorizacao concedida pelo Excmo. Sr. Dr. Hugo Carneiro Governador do Acre acerca do ensino do catechismo nas escolas publicas merece ter assento o despacho seguinte:

em Rio Branco, 22 de dezembro de 1927.
Excmo. Sr. Dr. Presidente de Inspeccao e Propaganda do Ensino do Municipio de Xapuri.

Embora o vigario desta cidade solicitado ao Excmo. Sr. Dr. Governador permisso para ministrar nas escolas publicas deste Municipio lições de catechismo, levo ao conhecimento de V. Excia, para os devidos fins, que a Excia o sr. Governador resolveu attender aquella solicitacao de sorte que as referidas lições sejam dadas ás criancas, sem o caracter de obrigatoriedade da frequencia por parte das mesmas criancas.

(a) José Lopes de Aguiar Director

Por copia conforme ao original conservado no arquivo de Probatin. Xapuri. 16-9-1931.
Sr. M. Bernardi. O. S. M.

FONTE: Livro de Tombo da Catedral Nossa Senhora de Nazaré, 1931, p. 78.

Tais documentos, bem como as demais anotações presentes no Livro de Tombo, evidenciam que a igreja católica esteve presente no interior das escolas acreanas de forma significativa, pois as primeiras datas remontam ao ano de 1922 e se encerram, aproximadamente, na década de 1980.³⁶ De igual modo, a igreja

³⁶ Não foi possível ter acesso a todos os Livros de Tombos, pois alguns não tiveram consultas autorizadas.

esteve presente nas discussões acerca da reforma da instrução pública primária acreana.

Com base nas leituras de jornais realizadas no decorrer desta pesquisa, é possível afirmar que a proposta de reformar a instrução pública surge pela primeira vez no ano de 1918, mais precisamente, no dia 04 de junho. Em um artigo sem autoria, denominado “Reforma da Instrução”, o autor faz uma crítica ao Sr. Percira Braga, prefeito do Departamento do Alto Purus, pela falta de compromisso com o processo de reforma da instrução pública acreana no Alto Purus. Segundo o artigo, o prefeito comenta que:

[...] nada resolveu sobre a organização do mesmo, nem quanto as escolas escolhidas para compor o dito Grupo, assim como também a criação da Escola Profissional Feminina, para o ensino de costuras, muzicas e prendas [sic] (JORNAL O PURUS, 04/06/1918).

O Território do Acre teve o seu primeiro governador somente em 1921, ficando reconhecido apenas como região de exploração de seringa por nordestinos que buscavam por um enriquecimento rápido com o “ouro branco”³⁷, e cujo impostos eram arrecadados pelo Amazonas. Enquanto estava sob a administração do Amazonas, não houve construção de escolas no Território.

Antes da separação do Território do Acre, nunca se abriu a mais rudimentar aula de primeiras letras. O Amazonas, que arrecadava os escorchadores impostos deste povo, jamais se lembrou de lhe conceder a menor das compensações [sic] (THAUMATURGO, *apud* GINELLI, 2008, p. 26).

O sistema de indicação de interventores federais perdurou no Território acreano de 1921 a 1960, sendo este último o ano em que o Acre deixa de ser Território Federal, passando a ser denominado Estado da Federação brasileira. Até o ano de 1921, cada cidade era responsável pelo arquivamento de seus documentos escolares e que funcionava segundo a orientação do prefeito local. Desta forma, muitos dos documentos foram deteriorados com a ação do tempo e da natureza.³⁸

³⁷ Expressão bastante utilizada na época para referir-se ao látex produzido pela seringueira, considerado como ouro branco por ter seu valor comercial tão alto quanto o ouro. A esta época muitos denominam de “o apogeu da borracha”, ocasionado pela alta utilização do látex, transformado em pneus utilizados pelos carros na Segunda Guerra Mundial.

³⁸ A referência é ao período de alagação, nos quais muitos dos documentos acabavam sendo levados pelas enxurradas e, em outros casos, arquivados em caixas de papelão em sótãos escuros e úmidos. Atualmente, há uma escola localizada no município de Sena Madureira na qual há várias caixas de

Nessa época, não havia Inspectores de Ensino, mas as escolas existentes eram fiscalizadas através de comissões denominadas “Juntas de Instrução e Propaganda de Ensino”,³⁹ instaladas em cada município. A junta era composta por um intendente municipal, por um delegado auxiliar de polícia e por um delegado de higiene e saúde.

Entretanto, segundo relatório do Sr. José Lopes de Aguiar, diretor da Instrução Pública, tais juntas eram compostas por pessoas que não tinham conhecimentos necessários para fiscalizar a educação no Território do Acre.

Muitos desses membros são pessoas completamente alheias às questões pedagógicas, didáticas. É certo que a inspecção não se restringe ao papel material de verificação de frequência aos estabelecimentos escolares e do proveito do expediente; exige, pelo contrário, função mais importante, como a verificar se os métodos didáticos aconselhados estão sendo aplicados pelos professores; se os professores demonstram aptidão intelectual para o exercício do magistério, além da incumbência de emitir sobre a adoção de livros didáticos [sic] (AGUIAR, 1923, p. 8).

Outro agravante apontado pelo diretor diz respeito à questão da fiscalização nas escolas localizadas na zona rural, pois a função exercida pelos membros das Juntas os impedia de se deslocarem para o interior dos municípios, deixando as escolas rurais completamente privadas de fiscalização. Agrega-se a isto, o fato de os membros dessas juntas, não receberem remuneração para exercer tal fiscalização nas escolas acreanas.

A proposta da criação das comissões era fiscalizar se os métodos didáticos propostos pelo governo estavam sendo aplicados nas escolas pelos professores. Tais comissões eram instaladas em todos os municípios acreanos, mas muitas críticas ao seu funcionamento podem ser identificadas em diferentes relatórios de diretores de instrução.

No mesmo relatório, José Lopes de Aguiar sugere que os Inspectores sejam devidamente remunerados para a função e com capacitação profissional para exercer o papel fiscalizador dos assuntos educacionais no Território do Acre. Segundo ele, “[...] a fiscalização seria mais eficiente por intermédio de inspectores

papelão com documentos antigos em estado de conservação precário, mas que por pertencerem à escola não podem ser retirados do espaço.

³⁹ As comissões foram constituídas pelo decreto nº 14.383 de 1º de outubro de 1921. O Decreto em sua íntegra pode ser encontrado no Centro de Documentação e Informação Histórica da UFAC.

compensadoramente remunerados e devidamente apercebidos para a execução efectiva e permanente do serviço” [sic] (AGUIAR, 1923, p. 9).

Somente no ano de 1928, mais precisamente por meio da Resolução nº 6, de 23 de março, que tal função ganhou *status* de cargo público remunerado. Assim, o cargo de Inspector de Ensino passa a existir em cada município com vencimentos equivalente a seiscentos mil cruzeiros (600\$000). Competia a estes Inspetores,

[...] organizar didacticamente o ensino e promover conferencias pedagógicas, crear e animar círculos de Paes e Professores, bem como fazer cursos de férias para o magistério primário [sic] (JORNAL O ACRE, 8/11/1936, p. 6, COL. 3).

Em virtude da contingência de atribuições da Diretoria do Interior e Instrução Pública, no ano de 1930, esta passou a ser intitulada como “Diretoria da Educação, Estatística e Biblioteca”. E, no ano de 1939, ganhou a denominação de “Departamento de Educação e Cultura” – DEC. A mudança ocorrida não foi apenas de nomenclatura, mas também de ampliação das funções, pois, além de dar conta dos aspectos educacionais, também teria a função de:

[...] superintender todas as modalidades teatrais, organizar recreios públicos, cursos, conferencias, sessões comemorativas de datas nacionais, estimular a educação física popular e promover anualmente as festas comemorativas de duas datas acreanas, 6 de agosto e 24 de janeiro, e outros (JORNAL O ACRE, 12/02/1939, p. 1, COL.1).

O DEC propôs uma nova mudança nas orientações pedagógicas do ensino público acreano, bem como mudanças na formação dos professores.

A orientação pedagógica do Território precisa mudar O que se pensa fazer traduz a nova orientação para os que ensinam, porque os programas oficiais, as fórmulas e conselhos dos métodos nada valem sem que o mestre esteja informado dos princípios de uma escola. É necessário que ele tenha a emoção da verdade pedagógica. Da verdade que vai difundir convencer, ensinar (JORNAL O ACRE, 12/2/1939, p. 1, COL.1).

Inicia-se, assim, um dos primeiros movimentos de reforma do ensino acreano, e a preparação do professor seria elemento fundamental.⁴⁰

⁴⁰ A participação do professor nesse processo de implementação da instrução pública será melhor abordada no capítulo 2 desta tese.

Pelo noticiário, amplo e real, que temos publicado, é fácil concluir que o plano de políticas educacionais traçados pelo Governo do Acre, nesta nova fase do Departamento de Educação começa a ser avaliado positivamente. Iniciativas salutares são levadas a efeito quase que diariamente, no sentido da elevação do nível de ensino neste território, e, a par de tudo, nota-se uma eficiente colaboração de todos os elementos dedicados à causa da instrução acreana, assinalando-se assim uma época de maior interesse pelos nossos grandes problemas educacional (Jornal O Acre, 25/02/1940, p. 1, COL. 2).

Pensar em uma referência que simbolize o início de uma reforma da instrução pública primária acreana, segundo relatórios e artigos jornalísticos, implica pensar a década de 1930.

[...] os sujeitos responsáveis pela institucionalização da escola e pelo desenvolvimento de processos de escolarização nas sociedades ocidentais, não apenas produziram discursos e instituições, mas sobretudo acabaram por produzir a própria infância como fenômeno social. Decorre desta constatação que uma das faces do estudo da história da infância é o estudo da história dos discursos e das instituições que dela se ocupam, particularmente a escola (FARIA FILHO, 2002, p. 35).

Carvalho (1998) destaca que, com a Revolução de 1930, o Brasil buscava por consenso em torno do programa de “organização através da organização da cultural” em nível nacional. Segundo a autora, a participação do Ministério da Educação e Saúde, nesse contexto, inaugura um período configurado pelo controle técnico e doutrinário do aparelho escolar.

Na década de 1930, o Sr. Océlio de Medeiros foi enviado ao território do Acre para assumir a diretoria do DEC. A chegada desse novo diretor trouxe consigo algumas mudanças no tocante à instrução pública acreana, pois durante a sua administração, a característica mais marcante consistiu na ampliação do número de escolas primárias acreanas.

Além disso, criou o Conselho Técnico de Educação, as Delegacias Regionais de Ensino, Assistência Médica às Escolas, a Biblioteca Central do Professorado, o Boletim Bimestral de Educação, merenda escolar gratuita, curso de extensão ao Magistério primário, Turismo escolar, Clubes Agrícolas, formação de Museus para Escolas Regionais, padronização de fichas para todos os estabelecimentos de ensino do Território, Ensino doméstico e contratação de

professores para o magistério secundário dos mais importantes centros do país (Cf. JORNAL O ACRE, 25/05/1940, p. 6, Col. 4).⁴¹

Nesse mesmo artigo, o diretor faz referência à necessidade de fiscalização de todas as escolas dos municípios e zona rural, pois estava havendo pouca constância na aplicação dos novos métodos por parte dos professores. Essa preocupação em intensificar a fiscalização remete à ideia de que, mesmo havendo orientações normativas para a utilização das orientações do DEC, alguns professores conseguiam burlar o sistema e outros não seguiam as orientações enviadas.

Em muitos dos relatórios elaborados pelos prefeitos no período de 1918 a 1920 é possível identificar pautas comuns no tocante à questão da inspeção da instrução pública primária. Dentre estas, destaca-se o acúmulo de funções do Delegado de Ensino. Devido a isso, o mesmo tinha uma incapacidade de exercer o papel para o qual fora designado, a saber: fiscalizar e fazer acompanhamento pedagógico nas escolas do Território.

Visando, ainda, a uma reforma da instrução pública acreana, nas primeiras décadas de sua criação, o DEC intensificou as visitas às escolas no intuito de verificar se o professorado local estava seguindo à risca as normativas elaboradas pelo Departamento⁴².

A leitura dos relatórios dos diretores do DEC em suas primeiras quatro décadas de criação permite destacar que a reforma da instrução pública acreana configurou-se numa tentativa de padronizar um “currículo oficial”, bem como as atividades a serem desenvolvidas pelos professores em sala de aula. Nesse sentido, o professor e a criança passam a ser elementos de suma importância para a concretização da reforma educacional acreana. O primeiro, por ser o agente diretamente envolvido no processo educacional e, ainda, por ser um transmissor dos ideais educacionais do Estado; e o segundo, por ser considerado por aqueles responsáveis pela instrução pública como um ser em processo de desenvolvimento social, intelectual, cultural e moral.

Nesse contexto da década de 1930, a criança é posta como um sujeito em processo de desenvolvimento que não pode ser abandonado ao desenvolvimento

⁴¹ A Biblioteca Central do Professor, O Museu para escolas regionais e o Conselho Técnico de Educação foram instalados apenas na capital Rio Branco.

⁴² A temática da fiscalização das escolas será tratada no Capítulo 3 desta tese.

espontâneo de todos os seus instintos hostis e rebeldes à lei de sua educação. Seria, portanto, a educação um elemento que “não só distingue o homem dos outros seres da criação, mas, extremando o homem educado do não educado, marca, no grande todo da humanidade”, “a mais pura expressão do homem”. Logo, “educar uma vida humana não é só saturá-la de saber, mais que tudo, consiste em promover o progresso do homem. O progresso é a educação da humanidade, como a educação é o progresso do homem.”⁴³

Outro elemento que ajuda a reforçar a ideia de padronização da instrução pública primária pode ser observado nos decretos que tratam dos conteúdos e atividades a serem desenvolvidas nas escolas acreanas. Os decretos das décadas de 1940 e 1950 são ainda mais explícitos, pois trazem, inclusive, perguntas que os professores devem fazer durante as aulas e atividades que devem escrever nas lousas.⁴⁴

Da mesma forma que esse, vários outros decretos trazem em seu bojo modelos prontos de atividades que deveriam ser utilizadas por todos os professores do Território do Acre. O papel dos inspetores era considerado fundamental, enquanto agentes de fiscalização do trabalho docente a serviço do governo territorial, pois, a partir de seus relatórios, muitas escolas tinham as suas aulas suspensas por falta de frequência escolar, por exemplo⁴⁵:

PALÁCIO DO GOVERNO
PORTARIA DE Nº 2

O Interventor Federal do Território do Acre, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a falta de frequência de alunos apontada nos relatórios de inspeção da escola noturna Siqueira Campos da cidade de Sena Madureira, no município do Purus, resolve suspender até ulterior deliberação o funcionamento da referida escola. Palácio do Governo do Território do Acre, em Rio Branco, em 6 de abril de 1934, 113º da Intendência e 46º da República. (aa) Francisco de Assis de Paulo Vasconcelos, Interventor Federal. Francisco d'Oliveira Conde, secretário geral. Conforme: Sebastião Heitz, 3º oficial (PORTARIA Nº 2 DE 06/04/1934).

⁴³ Cf. O Acre, 02/10/1949, p.4. (Artigo jornalístico assinado pelo professor J. R. Soares).

⁴⁴ Em muitos decretos arquivados no Arquivo Geral do Governo é possível encontrar sugestões de atividades de aulas transcritas na íntegra no corpo dos documentos e, ainda, sugestões de textos e arguições que os professores deveriam usar durante as aulas. Uma espécie de manual de instrução transcrito com textos, sugestões de atividades e arguições sobre o texto sugerido. Na matemática, ainda é possível encontrar modelos de contas e problemas matemáticos a serem utilizados.

⁴⁵ Diante dessa postura de suspender aulas em escolas cuja frequência era baixa, surge o seguinte questionamento: para onde iam os funcionários lotados nas escolas? Eram demitidos? Transferidos para outras escolas? Ou simplesmente ficavam à disposição do governo? As respostas a estas indagações serão apresentadas no segundo capítulo desta tese.

Embora houvesse uma preocupação em padronizar as atividades a serem trabalhadas nas escolas, não houve nas primeiras décadas do Acre Território a mesma atenção ao espaço escolar. Em outras palavras, as escolas não tinham sede própria e funcionavam na residência das professoras.⁴⁶

Todas essas escolas não tinham sede própria e, muitas vezes, era o próprio professor que devia procurar um lugar para dar suas aulas, como atestam alguns documentos encontrados nas miscelândias daquele tempo. Por exemplo, Adelaide Salles Barbosa, professora da Escola “Gabino Besouro”, fez a instalação da escola em sua residência por falta de uma casa apropriada e Anthero S. Bezerra pede aumento de seus vencimentos de cem mil réis, por ser “sujeito às despesas de luz, expediente e aluguel da casa” (GINELLI, 2008, p. 53).

Nota-se, portanto, que competia ao próprio professor o papel de diretor, mantenedor, fiscalizador e organizador das atividades educacionais da sua escola, sob a orientação dos prefeitos departamentais que, por sua vez, administravam a educação segundo a realidade local.

Villela (2000), em seu texto *O mestre-escola e a professora*, descreve que depois da vinda da família real para o Brasil, algumas medidas foram tomadas em relação ao espaço do ensinar. Segundo a autora, a escola era uma extensão da casa do professor e muitas ainda funcionavam em paróquias, salas abafadas, com pouca iluminação, ventilação, dentre outros, gerando, assim, uma multiplicidade de lugares de ensinar e aprender, uma vez que, durante muito tempo, o ensino esteve atrelado à esfera privada.

Não muito diferente do que aconteceu no restante do país, no Território do Acre havia uma multiplicidade de formas e locais de ensinar a ler, escrever e contar. Assim como os mestres-escolas apresentados por Villela (2000), o professor acreano utilizava a própria casa como escola, na qual lecionava aos alunos. Em algumas situações, competia a ele encontrar, alugar e pagar o aluguel do espaço a ser utilizado como sala de aula.⁴⁷ Mesmo em consideração aos espaços e tempos distintos do aqui tratado, essa realidade narrada perdurou até meados da década de 1930, quando, em parceria com o INEP, o Território Federal do Acre passou a

⁴⁶ Esta questão acerca da estrutura física da escola, bem como a indefinição quanto a um local para funcionamento das escolas primárias será tratada com maior detalhamento no Capítulo 3 desta tese.

⁴⁷ Essa questão acerca dos espaços e tempos escolares utilizados pelos professores acreanos será melhor explicitada no capítulo 3 desta tese, no qual empreendem-se maiores esforços para apresentar as condições de trabalho do professorado acreano, bem como os mecanismos de vigilância e profissionalização desse sujeito dentro do projeto de modernização da educação.

construir um maior número de instituições escolares e a pagar os aluguéis dos prédios escolares provisórios⁴⁸.

Após essa data, ainda havia escolas em espaços improvisados, mas, a partir de 1930, surgem movimentos no sentido de construir espaços específicos para a educação escolar, com uma dinâmica mais proeminente para a permanência das crianças nas escolas públicas primárias. Contudo, até final da década de 1940, isso ainda era um problema educacional.

Levando em consideração que: no início do povoamento da região acreana, o trabalho braçal era bem evidente, dada a extração de látex; que o trabalho era realizado por todos os membros da família; que a maioria das pessoas que veio para a região era analfabeta; que os mais jovens aprenderam desde cedo a retirar o sustento da natureza por meio do trabalho braçal, é possível presumir que o envio de seus filhos à escola não poderia ser algo considerado necessário à sobrevivência familiar.

Filhos de pais que foram criados desde a mais tenra idade trabalhando para o sustento da família não poderiam considerar que ficar na escola fosse um trabalho rentável. Tem-se, nessa realidade de trabalho infantil, um dos grandes empecilhos para que alguns pais enviassem os seus filhos para a escola. A questão da escolarização compulsória da infância nos anos de 1920 a 1930, no Território do Acre, foi quase inexistente.

Apesar de ser o ensino por lei obrigatório, a abertura das aulas com 43 alunos não correspondia ao crescimento do número de crianças que desocupadas perambulavam e ainda hoje, perambulam pela rua da cidade, devido a criminoso indiferença com que seus pais, tutores e encarregados – com poucos e honrosas exceções – cuidam de sua educação, muito principalmente escolar; e pedindo, que, para obrigá-las do cumprimento da lei e aos deveres que lhes assiste para com elas mandasse, em obediência ao art.113 de nº 1 do referido Regº, proceder uma visita domiciliar nesta cidade, e nessa ocasião, organizar um cadastro das crianças nas condições do art.159 a alínea A e B do mesmo, único meio possível de conseguir-se esse desideratum [sic] (BEZERRA, 1923, p. 4).

A resistência da família quanto ao envio dos filhos à escola também pode ser percebida em cartas pessoais enviadas ao governador Major Guimard dos

⁴⁸ Somente a partir de 1930 passam a circular no jornal O Acre notícias sobre construção de escolas em parceria com INEP. Todas as informações sobre esse assunto aparecem numa seção denominada Fatos Escolares, em pequenas notas sempre alinhadas à direita do jornal. Textos curtos e sem ilustração. Na década de 1940, precisamente no ano de 1946, as notícias passam a ganhar maiores destaques no jornal e passam a ser publicadas na seção Atos Governamentais. Nesse contexto, há utilização de fotografias das escolas construídas e/ou projetos a serem executados.

Santos, nas quais muitos pedem permissão ao governador territorial para não enviarem os filhos aos bancos escolares.⁴⁹

Numa visão panorâmica, é possível destacar, conforme já dito anteriormente, que a educação acreana funcionava de forma diferenciada em cada localidade da região e, somente a partir de 1921, passou-se a buscar uma ideia de “modelo único” de educação que fosse estendido a todas as escolas do Território do Acre. Várias reformas foram realizadas em busca da unificação de um modelo educacional que servisse como “modelo de educação” que se pretendia “moderna”. Para esse projeto de reforma, até o ano de 1945, a criança deixa de ser vista somente como uma mão de obra familiar, passando a ser incorporada como sujeito e a ser preparada para colaborar com o “progresso individual, familiar e da Nação”.

Neste contexto, a escola passa a ser o local ideal para a educação da criança, e não mais o âmbito familiar.⁵⁰ Não que a resguardasse das atividades domésticas, mas sim numa atividade educativa que estivesse *pari passu* a sua função social no âmbito familiar.

No terreno da instrução publica busquei ouvir a palavra competente de Frota Pessôa, grande autoridade na maneira, actual Secretario da Instrução Publica do Districto Federal e cuja orientação tinha muitos pontos de identidade com o meu modo de pensar sobre tão delicado assumpto. Ensaiei no Acre a pratica de ensino primário aliado ao profissional. Ao lado da cartilha, a machadinha ou a faca do seringueiro; parelhas com a taboada, a enxada e o anzol; na mão direita o lápis, na esquerda a ferramenta, de modo que a creança aprenda com “a-b-c” a manejar com inteligência pratica os utensílios de trabalhos dos logares onde mora e à custa das quaes vivem seus pais e é sustentada a sua casa. É nesse rumo que pretendo traçar à instrução no Acre, melhorando o que é nosso, tendo a instrução por fim ensinar sempre para se viver melhor e não somente para se fazerem exames preparatórios para os gymnasios e academia. Imprimirei à instrução um cunho eminentemente práctico: pugnarei pelo ensino de utilidade immediata, adaptado ao critério regional, de modo que a creança acreana possa, mais facilmente, ver as cousas mais importantes da natureza e saiba utilizar-se das que forem mais propicias a melhorar-lhe a vida (CF. RELATÓRIO DE GOVERNO DE DR. HUGO RIBEIRO CARNEIRO⁵¹ PARA O MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS

⁴⁹ No Capítulo 2 desta tese apresento algumas cartas nas quais é possível ver uma tentativa dos pais em tentar burlar a lei da obrigatoriedade escolar.

⁵⁰ Em algumas edições do jornal O Acre, datadas da década de 1940, é possível encontrar orientações do DEC quanto à educação que a família deveria dar aos filhos. Num artigo denominado *COMO EDUCAR AS CRIANÇAS ANTES DO USO DA RAZÃO*, o DEC sugere às mães castigos que as mesmas podem utilizar com as crianças antes que elas atingissem a idade de 7 anos. A título de exemplo, há sugestões de deixar chorar até que se acalme e suprimir refeições.

⁵¹ O governador Hugo Ribeiro Carneiro ficou na administração do Território do Acre no período de 1927 a 1930.

INTERIORES RELATIVO AO PERÍODO DE JANEIRO DE 1928 A OUTUBRO DE 1929, 1930, p. 59-60).⁵²

A partir de 1920, como já dito anteriormente, o Território do Acre passa a contar com um setor responsável pelas questões educacionais de toda a região, a *Directoria Geral do Interior e da Instrução Pública*. Esse episódio é considerado, na história da educação acreana, como sendo o marco inicial do “projeto de modernização”⁵³ do Território do Acre em todos os seus aspectos, pois na medida em que essa região passa a ser Território Federal brasileiro, o mesmo também passa a ter controle sobre a aplicação de seus recursos financeiros, deixando, portanto, de ter o Estado do Amazonas como responsável pelo recolhimento e aplicabilidade dos impostos na região.

Outro fator que passa a compor o cenário educacional das escolas acreanas como local privilegiado do “conhecimento” e “da moral e bons costumes” foi a questão do “civismo”⁵⁴. A partir do ano de 1926, o culto aos símbolos nacionais e datas cívicas passa a ser exaltado com mais veemência, aparecendo com mais frequência nas páginas dos jornais e festividades escolares.

FESTA CÍVICO-ESCOLARES⁵⁵

Não se pode ocultar, sob pena de cometer uma injustiça aos homens do passado, que à nossa instrução popular falta aquelle traço do civismo que foi uma das maiores preocupações dos que dirigiam o ensino primário pré-reforma (JORNAL ORGAM INTENDENTE, S. D.).

Abrir escolas e multiplicando-as, afeiçoando-as ao ambiente é a melhor política porque assenta na cultura da inteligência e da vontade. Além mais é a mais consentânea com o dever cívico que os governantes juram

⁵² O relatório governamental está arquivado no Arquivo Geral do Governo do Acre. É um documento de 72 páginas nas quais o governador territorial Hugo Ribeiro Carneiro apresenta a situação econômica, política, educacional, social e cultural do Território do Acre para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Augusto de Vianna do Castello. Está encadernado com capa dura e está no formato de brochura. Embora tenha sido produzida com base nos dados de 1928-1929, sua publicação data de 1930 e tem Rio de Janeiro como local de publicação. No meio do relatório, o governador apresenta tabelas com nomes e quantidades de escolas presentes em toda a região acreana e, ainda, os honorários que gasta com os setores administrativos e salários de funcionários. No final do relatório, precisamente após a página 62, na parte de anexos constam somente fotografias de situações escolares. O relatório já está com páginas amareladas e ainda não foi digitalizado.

⁵³ Os termos modernização, modernidade e moderno estão muito presentes a partir dos anos de 1940 e 1950 em quase todos os documentos lidos para esta escrita. Em todos os artigos jornalísticos as expressões sempre aparecem associadas à construções de escolas, oferecimento de cursos para professores, saneamento básico, aparelhamento das escolas com material didático, compra de meios de transportes e ampliações de prédios governamentais.

⁵⁴ A questão do civismo será melhor detalhada no capítulo 3.

⁵⁵ Este artigo está assinado por A. da Silva e, no decorrer desta pesquisa, não foi possível identificar quem era essa pessoa no cenário político acreano.

respeitar e o senso prático ambiciona realizar (JORNAL O REBATE, 02 DE DEZEMBRO DE 1928, ANO VII, Nº 212).
 Srs pais, enviar seus filhos à escola é um dever cívico perante a sua Pátria. Escolarizai vossos filhos, futuros do amanhã. Tornai-os patriotas amantes da Pátria (O JURUÁ, 09/04/1927).⁵⁶

No ano de 1922, o Território Federal do Acre passa a contar com a primeira resolução acerca da instrução pública que passa a nortear, desde então, as questões educacionais em toda a região. Denominada de Resolução nº 27, ela tem em seu bojo determinações quanto aos aspectos da organização e distribuição de deveres de todos os agentes envolvidos no processo educacional. O documento está transcrito no jornal Governo do Território do Acre: Administração do Exmº. Sr. Dr. Epaminondas Jácome, em uma página inteira. Não há nada na normativa que trate da questão da obrigatoriedade escolar.

Vale lembrar que esse movimento de instrução pública à população como elemento de “modernidade” da sociedade não é algo peculiar apenas ao Território Federal do Acre, mas abarca um movimento que acontecia também nas demais regiões brasileiras. Veiga (2008) destaca que os procedimentos e regulamentações da instrução pública no século XIX foram associados à organização do Estado. Da mesma forma, a ideia de nação e gratuidade escolar a todos esteve presente na Constituição, como garantia dos direitos civis e políticos dos cidadãos.

O discurso apontado nas páginas do jornal O Acre, bem como nos relatórios governamentais de 1930 a 1960, traz uma forte indicação de que a educação era uma necessidade básica do sujeito, possibilitando a “[...] entrada do país no mundo da modernidade, presente desde o final do século 19.” (MATE, 2001, p. 34). Logo, instruir a criança acreana passa a ser algo latente nessa nova configuração de sociedade que se apresenta, pois ela é capaz “não só de distingue o homem dos outros seres da criação, mas extremando o homem educado do não educado”. Logo, “marca de civilização” (O ACRE, 02/10/1949, p. 4).

Esse ideal é bastante presente na década de 1930, com o governo de Hugo Carneiro, ganhando maior visibilidade na década de 1940 com o governo do Major Guimard dos Santos. O primeiro considera a educação como atividade associada diretamente à educação profissional⁵⁷; enquanto que para o segundo, a educação

⁵⁶ Mensagem posta no jornal na página em que ficavam as propagandas comerciais em letras maiúsculas e negritadas.

⁵⁷ Cf. Relatório de governo de Dr. Hugo Ribeiro Carneiro⁵⁷ para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, relativo ao período de janeiro de 1928 a outubro de 1929, 1930, p. 59-60.

deveria promover no indivíduo muito mais que somente prepará-lo para o mercado de trabalho, propiciando-lhe “a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas”, bem como noções de conhecimento prático geral para ingresso no curso normal ou secundário.”⁵⁸

O termo obrigatoriedade escolar surge nos documentos oficiais⁵⁹ de forma sutil e sem o teor de dever do governo e direito do cidadão. Durante algum tempo, foi tratado como algo obrigatório dentro do possível da condição geográfica do local e como possibilidade de oferecimento por parte do governo territorial. De forma a abranger a evolução do termo, retrocedem-se alguns períodos para avançar na compreensão.

2.2 OBRIGATORIEDADE ESCOLAR: DISPOSITIVOS LEGAIS

Obrigatoriedade escolar e direito à educação, embora não tenham surgido concomitantemente, estão correlacionados (HORTA, 1998). Os paradigmas de “progresso”, “civilização” e “modernidade” despontam no ideário republicano como sinônimos de “necessidade de instrução escolar”. A seleção desses documentos justifica-se por serem aqueles que nortearam a questão da obrigatoriedade escolar e o direito à educação, e serviram como suporte à legislação educacional brasileira. Ter direito à educação é “um desses espaços que não perderam e não perderão sua atualidade.” (CURY, 2002, p. 246), tal qual acontece com a questão da obrigatoriedade escolar e a função social da educação.

A esta última é decerto que “função social da educação assume igualdade como pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo, nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de maior igualdade” quer seja

⁵⁸ Cf. Regulamento Geral do ensino no Território do Acre. Publicado na íntegra no jornal O Acre, edição 253, p. 03. O jornal traz o regulamento em sua totalidade no qual é possível ler as normativas para o ensino pré-primário, ensino primário, ensino secundário, ensino normal, ensino técnico profissional; tipos de estabelecimentos de ensino e suas características, bem como as normativas para matrícula, frequência, atividades docentes, ano letivo, avaliações, merenda escolar, dentre outros. O documento possui 12 capítulos e 132 artigos e está assinado por Francisco de Paula de Assis Vasconcelos, interventor federal e por José Bezerra da Silva, inspetor escolar. O regulamento não está publicado somente numa edição, mas em seis, isto é, inicia-se na edição 253 e termina na edição 258. Todas as publicações de cada uma dessas edições estão postas na terceira página do jornal.

⁵⁹ Nesta tese trata-se como documento oficial todo e qualquer documento produzido por órgãos ligados diretamente ao governo territorial.

entre as classes sociais, como entre os indivíduos que delas fazem parte (CURY, 2008, p. 301). O autor aponta que:

É certo que as dificuldades para a realização de um ideal igualitário e universalista, propugnado pelo Estado de Bem-Estar Social, ensejaram o surgimento efetivo de lacunas, dando margem à separação da defesa do direito à diferença de sua base fundante no direito à igualdade. Sem este último, o direito à diferença corre o risco de políticas erráticas e flutuantes ao sabor de cada diferença. Por isso, a educação básica deve ser objeto de uma política educacional de igualdade concreta e que faça jus à educação como primeiro dos direitos sociais inscritos na CF, como direito inalienável dos direitos humanos e como direito político da cidadania (2005, p. 301).⁶⁰

Bobbio complementa afirmando que:

[...] a existência de um direito, seja no sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por “existência” deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação (1992, p. 79-80).

A obra de José Gonçalves Gondra e Alessandra Schuler, denominada *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*, pelo viés da historiografia destaca os acontecimentos sociais e políticos que marcaram a edificação do molde educacional brasileiro do século XIX. O sentimento de nacionalidade e a necessidade de qualificação do quadro dirigente do governo estavam ligados diretamente ao processo de escolarização dos indivíduos. A leitura da obra permite compreender que a educação nesse momento é tida como uma condição essencial para que o Império atingisse a condição de estado civilizado e moderno. Os autores destacam, ainda, que, nesse processo de projetar uma instrução pública brasileira, a igreja, a sociedade e o governo, ora se apresentam como força aliada, ora como força divergente.

Esse mesmo sentimento de nacionalidade associada à ideia de que a “[...] educação ingressara definitivamente na agenda das preocupações sociais, sendo objeto de soluções variadas para atender a uma população heterogênea que precisava ser minimamente educado e disciplinado” (GONDRA; SCHULER, 2008, p. 11) é algo possível de ser verificado em diferentes documentos publicados na década de 1930 e 1940 no Território do Acre, bem como em relatórios de inspetores escolares.

⁶⁰ CURY, C. R. J. **Os Fora de série na escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

A FÉ NA CRIANÇA

[...] Daí, serdes vós, mães brasileiras, as principais, as mais eficientes colaboradoras na tarefa grandiosa do preparo físico e moral dos homens de amanhã, livrando-os com solicitude do vosso afeto, dos entraves inumerosos que se opõem à vida dos pequeninos seres, fruto do vosso amor, nessa primeira fase de evolução vital. [...] Crianças hoje, homens amanhã. Ensinai aos pequenos o amor a Pátria ainda no colo. Pensai-vos neles como patriota que têm a missão de amar a Pátria. [...] (DISCURSO DE ANSELMO DE SÁ, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, PROFERIDO NA SEMANA DA CRIANÇA. O ACRE, 22/10/39, p. 6).

ENSINO PRIMÁRIO E EDUCAÇÃO SOCIAL

A escola primária não mais se destina á missão estreita de ensinar a ler, escrever e contar. [...] O próprio critério pedagógico e tendências do ensino moderno aconselham seguir no setor de educação primária orientação que vise a prática de atividades que despertem nos alunos amor pela cooperação a fim de desenvolver neles o sentimento de solidariedade e simpatia e integrá-los nos objetivos do grupo com um lastro comum, geral, básico, completado por uma iniciação ao trabalho profissional. Só assim a escola primária adquirirá o necessário ambiente cheio de interesse e nela a criança encontrará condições que propiciem estímulos constantes ao raciocínio e boa vontade, com as quais se tomará elemento ativo por excelência, útil a si e a sociedade, deixando se der carga inútil, outras tantas dificuldades sociais a pesar nos orçamentos vultuosos dos hospitais e das prisões. Só assim a criança de hoje, homem do futuro, terá o máximo de valor pessoal e o máximo de eficiência social (O ACRE, 22/08/1948, P. 1).

ANTEPROJETO DE REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

[...]

Capítulo I

Das finalidades do ensino primário e pré-primário

Art. 1º - O ensino primário tem as seguintes finalidades

Proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de fraternidade humana.

[...]

(ANTEPROJETO DE REORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E PRÉ-PRIMÁRIA, 1949, p. 1).

No ano de 1922, o governador territorial Epaminondas Jácome publica a Resolução nº 27, regulando a instrução pública em todo o Território do Acre. Segundo este documento, a instrução pública estava dividida em ensino primário, ensino secundário e ensino profissional, o primeiro a ser subdividido em ensino elementar e ensino complementar, com duração de quatro anos. No documento não consta nada referente à obrigatoriedade escolar, mas se refere a um ensino “facultativo, sem cunho official, e não será ministrado aos alunos cujos paes ou responsáveis a elle se oppuzerem” (ART. 5º, p. 1).

No ano de 1926, o termo obrigatoriedade escolar aparece pela primeira vez no Decreto nº 58, publicado no dia 30 de junho daquele ano. Pela primeira vez, já no então Território Federal, haverá uma normativa que regulamente a obrigatoriedade das crianças nas escolas. Segundo esse Decreto “são obrigadas à matrícula e frequência escolar, as crianças de oito a quinze anos de idade”⁶¹[sic]. O documento ainda expressa que,

[...] ficam isentas:

- a) As crianças que residem além de 3 kilometros a contar da escola mais próxima;
- b) As que residem a menos de 3 kilometros da escola, si nesta não houver vaga;
- c) As que soffrerem de **incapacidade física ou mental**, ou de **moléstia contagiosa ou repugnantes**;
- d) As **indigentes**, enquanto não lhes for fornecido o vestuário indispensável á decência e á hygiene;
- e) As que recebem **instrução primária em casa** ou em escola particular, ou já tiverem instrução correspondente á fornecida pelas escolas primárias (DECRETO Nº 58, ART. 6º, 1926) [sic] (grifos nossos).

De todos os documentos analisados nesta pesquisa, esse Decreto foi o primeiro a apontar vestígios de que houve no Território do Acre “instrução em casa”. Para além dele, não foi possível localizar outro documento escrito que desse conta de substanciar esse acontecimento na região, mas na memória de muitas pessoas que viveram à época analisada, é possível localizar tal evento em suas falas.⁶²

Outro elemento que surge como novo trata da questão de crianças que sofrem de “incapacidade física ou mental ou de moléstia contagiosa ou repugnante”; se não há nesse momento da década de 1920 um espaço nas escolas para essas crianças, logo se pode afirmar que essa instrução pública primária foi pensada para a criança sadia, com padrões mentais e físicos normais, pois não há em nenhuma parte do documento uma possibilidade de que essas crianças com deficiência pudessem frequentar as escolas públicas acreanas⁶³.

⁶¹ Cf. Decreto nº 58, p. 1, 1926.

⁶² Tratar de instrução em casa trouxe várias inquietações e curiosidades que a escrita desta tese não dará conta de responder, mas, em outro momento, essa questão será melhor investigada e explorada.

⁶³ Em referência à questão da assistência à criança especial, Freitas (2003) declara que as primeiras instituições criadas para o atendimento de crianças deficientes surgem em meados do século XVIII, em Paris, mas o atendimento oferecido era somente para crianças cegas e surdas. O atendimento às crianças portadoras de alguma deficiência física ou mental é algo que ainda requer muitos cuidados e discussões (Cf. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003. 334p.

Outro fator inovador presente no Decreto nº 58 é a questão da exigência aos pais quanto à presença dos alunos na escola. No Artigo 8º fica normatizada multa de 20\$000 a 100\$000 aos pais que não matriculem seus filhos em escolas públicas primárias e não oferecerem a educação em casa. Segundo o Decreto, “dentro do prazo de oito dias, a contar da data da notificação” os pais deverão comparecer ao Departamento de Instrução Pública para apresentar justificativa. Caso não compareçam dentro do prazo estipulado, pagarão multa. O pagamento da multa não resguardará aos pais o direito de não matricular os filhos e, caso o problema persista, serão acionados judicialmente (p. 5, 6, 7).

Percebe-se que o Decreto nº 58 retira a obrigatoriedade da arena do convencimento ideológico e ganha espaços na judicialização da vida escolar. Imprime à escola um caráter de elemento essencial e obrigatório ao desenvolvimento da nação brasileira. Este decreto foi utilizado no Território do Acre até o início de 1930, pois no dia 30 de maio deste ano, o governador Hugo Carneiro publica a Resolução nº 5,⁶⁴ que revoga a Resolução nº 27, de 25 de março de 1922, e passa a orientar a educação primária.

Hugo Carneiro, governador territorial de 1927 a 1930 elaborou um relatório, apontando que até o ano de 1929 havia no Território um total de 105 estabelecimentos de ensino localizados nos municípios de Rio Branco, Xapuri, Purus, Tarauacá e Juruá. Sendo esses estabelecimentos separados em grupos escolares, escolas primárias urbanas e rurais e escolas profissionais.

Em comum com o relatório citado anteriormente, Hugo Carneiro também faz referência à precariedade de funcionamento das escolas. É taxativo quanto ao péssimo mobiliário escolar utilizado pelas crianças para o estudo, principalmente, os bancos-carteiras, compartilhados por mais de uma criança, assim como a falta destes, que obrigavam as crianças a utilizar caixotes como assento durante as aulas. Segundo ele,

⁶⁴ A Resolução nº 5 está dividida em 9 títulos, 12 capítulos e 188 artigos que tratam da idade escolar, matrícula e horário; da direção e dos estabelecimentos de ensino primário; da inspeção escolar; do ano letivo, das aulas, das promoções dos alunos e das férias; da finalidade, da orientação e dos métodos e dos processos de ensino; do material escolar e da sua distribuição; da escrituração escolar; dos deveres dos inspetores escolares, dos professores e dos demais funcionários de ensino; da disciplina dos funcionários; do ensino municipal e das nomeações de inspetores e dos membros do estágio. Nesta Resolução ainda aparecem, em anexo, os Estatutos de Funcionamento da Caixa Escolar, do Círculo de Pais e Mestres, da Federação Escolar dos Escoteiros, dos Museus e Bibliotecas Escolares e do intercâmbio escolar. Além disso, ainda apresenta os conteúdos a serem trabalhados nos quatros anos que compõem o Ensino primário e seus respectivos objetivos.

O mobiliário escolar tinha aspecto desagradável e ia de contra as normas adoptadas em todos os estabelecimentos de ensino, onde a criança deve encontrar um conforto igual ou maior que o de sua casa, apresentava a maioria ou mesmo todas da escola do Território. Os poucos bancos-carteiras existentes era anti-hygienicos e anti-pedagogicos. Davam para quatro ou cinco alumnos que ali se viciavam em posições incommodas, dando em resultado deformação do esqueleto. Estas poucas carteiras talvez não chegasse para a terça parte dos alumnos e, assim sendo, os outros se espalhavam por sobre caixões onde não tinham onde escrever. (RELATÓRIO DE HUGO CARNEIRO, 1930, p. 247-248) [sic].

Essa realidade de falta de mobiliário adequado aos alunos, segundo o relatório de Hugo Carneiro, também atingia aos professores que “não escapavam às consequências deste estado de cousas e sentavam também em caixões.” (idem, p. 249).

Segundo o relatório de governadores municipais, algumas escolas ainda funcionavam em condições deploráveis, tal como pode ser observado na fotografia abaixo.

FOTOGRAFIA 1. ESCOLA PRIMÁRIA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA. ANO DE 1933



FONTE: Acervo pessoal sr. Zezinho de Sena Madureira.⁶⁵

⁶⁵ Esta fotografia faz parte do acervo pessoal do Sr. Zezinho, morador antigo do Município de Sena Madureira. Na parte de trás da fotografia não consta o nome da escola e há somente o ano de 1933 escrito a mão. Está arquivado na sua parte de acervo denominado ESCOLAS DE 1930.

Em muitas das escolas não havia pátio cobertos e as crianças brincavam no “chão de terra batida e isso deixava o uniforme escolar sempre muito sujo depois desse momento em que elas não estão fazendo nada”⁶⁶. Sem falar que “em dias de chuva, o chão da escola ficava pior que o chão batido e as crianças já chegavam sujas para as aulas”⁶⁷. A necessidade de novos lugares para aulas era algo que “os governantes deveriam resolver urgente e isso era mais importante que carteiras novas e lousas grandes”⁶⁸

FOTOGRAFIA 2 – ALUNOS EM MOMENTOS DE RECREIO. DATA: 1935



FONTE: Acervo fotográfico do Museu da Borracha

Durante o governo Hugo Carneiro muitas mudanças no campo educacional foram promovidas, com o intuito de favorecer não somente a matrícula das crianças nas escolas, como também a permanência delas em situações de aprendizagem. A preocupação em convencer os pais a enviarem seus filhos à escola começa a ganhar proporções tímidas, porém contínuas.

As arquiteturas escolares nesse projeto de “reorganização” da instrução pública acreana na década de 1930, “[...] não estavam adequadas à modernidade

⁶⁶ Cf. Relatório do professor J. R. Soares, 1935, p. 1.

⁶⁷ Cf. Relatório do inspetor de Ensino José Alves Maia, 1935, p. 4.

⁶⁸ Cf. Relatório do inspetor de Ensino Pedro Mattias, 1938, p. 2

que o governo Hugo Carneiro muito declara em seus discursos. Paredes de paxiúba e paredes de pau a pique é a realidade da maioria das escolas.”⁶⁹

A análise dos relatórios de matrículas ocorridas nos anos de 1927 a 1930 apontam que, à medida que algumas escolas foram ganhando mobiliários novos e mais confortáveis, bem como se transformando num espaço de aprendizagem mais atraente, o número de matrículas de crianças também foi aumentando na exata medida das mudanças. Entretanto, o relatório deixa claro que, embora o mobiliário tenha sido modificado, “nem todas as escolas do Território do Acre estão funcionando em prédios próprios, construído de acordo com os princípios higienicos e pedagógicos.” Até os prédios alugados para funcionamento “não são verdadeiramente própria para escolas. São prédios adaptados e que ficam muito a desejar”. E grande parte desses prédios, Hugo Carneiro relata que está “conmdenado pela pedagogia” com espaços escolares inadequados⁷⁰.

Faria Filho (2000), em seu artigo intitulado *O espaço escolar como objeto da história da educação*, afirma que a imponência com a qual os grupos escolares foram sendo construídos nos primeiros decênios republicanos significou,

No seu conjunto, o espaço escolar, materializado no prédio do grupo, bem como nas suas divisões e subdivisões internas, no seu afastamento da casa e na separação da rua, produziu tanto quanto foi produto, de uma nova forma e cultura escolar que, em seu movimento de constituição, foi o palco e a cena de apropriações diversas, produzindo e incorporando múltiplos significados para um mesmo lugar projetado pela arquitetura escolar (FARIA FILHO, 2000, p. 157).

Até a década de 1930, a educação primária passa por várias reformas ocorridas de forma isolada e promovidas por governos municipais, porém, a Resolução nº 05, de 31 de maio de 1930, traz uma regulamentação da instrução pública no Território do Acre, com ênfase na educação primária, secundária e profissional. A instrução pública mantida pelos governos territoriais e municipais deveria compreender o ensino primário, ensino normal, ensino técnico-profissional e ensino secundário. A normativa declara que:

O ensino no Território do Acre terá como objetivo a transformação da criança em ente útil ao país e, em particular, a região, conhecendo a sua própria personalidade e o meio ambiente ficando apta, desta forma, a

⁶⁹ Cf. Relatório do Inspetor José Bezerra Duarte, 1936, p. 21.

⁷⁰ Cf. Relatório DE Hugo Carneiro, 1930, p. 255 – 259.

colaborar conscientemente, para a grandeza de ambos e para o bem da humanidade (RESOLUÇÃO N.5, 1930, p. 1).

A Resolução nº 05 traz mudanças quanto à idade da obrigatoriedade escolar, que passa a ser de 7 a 13 anos. Diferentemente do Decreto nº 58, que estabelece a necessidade de ensino leigo, gratuito e obrigatório como possibilidade de punições aos pais que não enviassem os filhos às escolas públicas primárias (Art. 5º ao 11º), e da Resolução nº 27, que estabelece o ensino facultativo e ministrado somente às crianças cujos pais não se opuserem (Art. 5º), a Resolução nº 05 não faz referência à obrigatoriedade escolar e nem a punições aos pais que não matriculassem os seus filhos nas escolas públicas primárias. Contudo, estabelece que “os alunos que faltarem durante 40 dias serão eliminados no fim do mês em que completar esse número de faltas, salvo motivo de moléstia devidamente comprovada” (Art. 120).

E, ainda, não estabelece o tipo de criança que deveria frequentar a escola primária. No documento fica evidente que a educação primária,

[...] terá como objetivo a transformação da criança em um ente útil ao país e, em particular, à região, conhecendo a sua própria personalidade e o meio ambiente, ficando apta, desta forma, a colaborar conscientemente para grandeza de ambos e para o bem da humanidade [sic] (RESOLUÇÃO 5, p. 1, 1930).

Segundo a Resolução n. 5, o objetivo central da educação das crianças a ser pensada no Território do Acre deveria ser aquela que pode “contribuir à atividade consciente da criança” por meio de “um ensino cuja finalidade será tornar o indivíduo mais apto para os empreendimentos da vida, desenvolvendo a sua inteligência, aperfeiçoando qualidades físicas, morais e cívicas” (1930, CAPÍTULO I, ART. 9, p. 2; CAPÍTULO VI, ART. 6, p.5).

Tem-se, pela primeira vez, no Território, uma normativa que determina que o uso obrigatório de uniforme escolar “indicado pela Diretoria de Instrução Pública e aprovado pelo governador.” Quanto à questão do uniforme escolar, Lonza (2005) aponta que o aumento gradativo de escolas no Brasil, provocou a necessidade de que cada instituição escolar criasse um uniforme que a caracterizasse e a distinguisse das demais. Segundo o autor, a utilização de uniformes escolares deveria indicar “a tradição, o método e as características pedagógicas, o grau de

disciplina, o nível de ensino, a postura perante a sociedade e outras escolas.” (2000, p. 21).

Além disso, o uniforme constitui uma característica peculiar àquele que frequentasse a escola e fácil de ser reconhecido em outros ambientes que não o escolar. Dos documentos analisados, anteriores à data de 1930, este é o primeiro que faz referência ao uso de uniforme escolar nas escolas acreanas.

O ensino primário no Território do Acre, a partir de 1930, ficou dividido em 4 séries. No 1º ano eram ofertadas a “alfabetização e as noções dos primeiros conhecimentos gerais”, e nas demais séries eram ofertados os “primeiros conhecimentos gerais em marcha progressiva”. A expressão “noções de conhecimentos gerais” não estava bem explícita na Resolução n. 5, isto é, não fica claro do que se trata especificamente. Somente na Resolução n. 6 aparecem detalhes minuciosos acerca do que se tratava.

Com base na leitura da Resolução nº 05, que trata do programa de ensino para a escola primária acreana, é possível afirmar que “noções de conhecimentos gerais” são definidas como “conhecimentos pautados num ensino prático, intuitivo e objetivo por meio do método intuitivo”. O programa ainda faz referência a um ensino voltado para o “civismo”, “a aquisição de hábitos de higiene e a apreensão de boas normas de moral”.

Nota-se, em seu discurso, que a maior preocupação quanto à educação das crianças, estava voltada para formação do trabalhador produtivo para o progresso da nação. Como um projeto tipicamente humanista, a concepção da instrução pública primária gratuita, laica e obrigatória toma ares de um investimento necessário à formação de uma noção de nação produtiva.

A forma de organização da educação primária também revela essa intenção. No capítulo VI que trata das finalidades, da orientação, dos métodos e dos processos de ensino fica explícito que o objetivo da educação primária no Território do Acre consistia inicialmente em:

[...] tornar o indivíduo mais apto para os empreendimentos da vida, desenvolvendo a sua inteligência, aperfeiçoando suas qualidades físicas, morais e cívicas, indicando-lhe a necessidade da constituição da família e, habilitando-o, enfim, a desempenhar das funções que o meio e a sua condição social exigirem (RESOLUÇÃO Nº 05, CAPÍTULO VI, ARTIGO 61, p. 5, 1930).

Segundo a Resolução nº 05, as escolas primárias foram organizadas em escolas ambulantes, urbanas, rurais, escolas noturnas e grupos escolares. Tem-se, nessa nova forma de organização da instrução pública, a obrigatoriedade escolar de crianças com faixa etária de 7 a 12 anos e 13 anos, sendo essa última idade posta em lista de espera por vagas. Em outras palavras, se a criança estivesse com idade de 13 anos deveria esperar que todas as crianças em idade regular fossem matriculadas e, somente se houvesse vagas, poderia matricular-se.

O documento regula que, após a idade de 13 anos, se tivesse cursado ao menos o 1º ano do ensino primário, a criança poderia ser matriculada nos cursos técnico-profissionais ou ainda ser matriculada nos cursos noturnos para cursar o ensino primário (RESOLUÇÃO Nº 05, CAPÍTULO VI, ARTIGO 63, p. 5, 1930).

A leitura da Constituição de 1934 permite concordar com Ferreira (2008) quanto à ideia de que esse documento foi um dos mais completos que trataram da questão educacional no Brasil, abrangendo, inclusive, a proposta de elaboração de um Plano Nacional de uma educação gratuita e de frequência obrigatória. Embora esse documento tenha avançado no sentido de promover uma gratuidade no ensino e acrescentado uma obrigatoriedade na frequência escolar, não houve uma incorporação da educação como direito subjetivo. No Território do Acre não houve avanços quanto ao aumento de matrículas nas escolas públicas primárias.

Fica explícito na Constituição de 1934 que:

Art. 125. A educação integral da prole é primeiro dever e direito natural dos pais. O Estado não está estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular (BRASIL - CONSTITUIÇÃO DE 1937).

Nota-se que a expressão “primeiro dever e direito natural dos pais” favorece o entendimento de que a responsabilidade maior é dos pais e não do Estado. Isso corrobora para que a ideia de responsabilidade familiar acerca da educação das crianças se sobrepusesse à do Estado provedor da educação gratuita a todos.

No tocante à questão da obrigatoriedade escolar, a expressão gratuita ganha um ar de não tão gratuito, como determina a etimologia da palavra, pois a lei determinava uma “contribuição voluntária” à Caixa Escolar como forma de colaborar com os recursos de manutenção da escola.

Art. 130. O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não inclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados, assim, por ocasião da matrícula, será exigido ao que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a Caixa escolar (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DE 1937).

O termo “exigido” contrapõe-se à ideia de gratuidade, pois a contribuição não era voluntária, mas, sim, compulsória. No ano de 1940, tem-se a primeira lei penal brasileira nesse contexto, ao instituir pena de 15 dias a um mês ou multa aos pais que não matriculassem seus filhos no ensino obrigatório. Tal postura dos pais era caracterizada como crime de abandono intelectual.⁷¹

A Resolução nº 05 perdurou até o ano de 1947, quando o então governador territorial Major José Guiomard dos Santos publica, no dia 14 de novembro daquele ano, o Decreto nº 42. Diferentemente dos documentos anteriores que regulam a educação primária, esse decreto foi publicado em caráter provisório, pois somente no ano de 1949, após aprovação do Instituto de Estudos Pedagógicos – INEP, passa a ter um caráter definitivo. Entretanto, embora provisório, foi utilizado durante dois anos.

Segundo a Resolução, a instrução pública deveria ter como objetivo:

[...] transformar a criança em um ente útil ao país e, em particular, à região, conhecendo a sua própria personalidade e ao meio ambiente, ficando apta para, desta forma, colaborar conscientemente para a grandeza de ambos e para o bem da humanidade (RESOLUÇÃO Nº 05, CAPÍTULO I, ARTIGO I).

Nota-se, portanto, uma preocupação em preparar, na escola, o trabalhador do futuro. A escola, nesse contexto, é um dispositivo do governo capaz de funcionar “como a mais acertada saída para sanar a ignorância do povo, promover o sentimento de nacionalismo e para alcançar os ideais de modernidade, progresso e civilização” (LEÃO, 2008, p. 73).

A mesma Resolução não faz distinção entre a instrução pública e a particular no Território do Acre, ou seja, passa a ser normativa tanto para o ensino público quanto para o ensino particular, sendo o primeiro custeado e mantido pelo governo municipal e territorial; e, o segundo, mantido por entidades não governamentais.

⁷¹ Cf. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

Entretanto, ambos passam a ser fiscalizados pela Diretoria de Instrução Pública da Secretaria Geral do Governo Territorial.

Na década de 1940, a educação primária passa a ter a finalidade de:

[...] proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrenagem dentro do elevado espírito de fraternidade humana; oferecer de modo especial, às crianças de 7 a 12 anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade; elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à oneração no trabalho [sic] (DECRETO Nº 42, DE 14/11/47, p. 1).

A questão da idade escolar é algo que novamente passa por modificações, pois em 1922 essa questão não aparece normatizada; no ano de 1926 temos a idade escolar obrigatória dos 8 aos 15 anos; no ano de 1930, essa obrigação passa a ser dos 8 aos 13 anos e, no ano de 1947, passa a ser dos 7 aos 12 anos.

No ano de 1947, a questão da obrigatoriedade escolar volta a fazer parte das normativas que regulam a educação primária acreana. E o anteprojeto de regulamento do ensino primário e pré-primário volta a determinar multas aos pais que não matriculem seus filhos nas escolas públicas primárias.

ANTEPROJETO DE REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO E PRÉ-PRIMÁRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Título I – Das bases de organização do ensino primário e pré-primário

Capítulo 1 – Das finalidades do ensino primário e pré-primário

Art.1º - o ensino primário tem as seguintes finalidades:

proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de fraternidade;
oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho.

Art. 2º - A educação pré-primária tem por finalidade básica criar condições favoráveis à integração social das crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, propiciando ao mesmo tempo seu desenvolvimento físico, intelectual e moral.

Tem-se, pela primeira vez na história da instrução pública primária no Acre, um regulamento voltado para a educação pré-primária. No dia 05 de outubro de 1947, Maria Angélica de Castro, diretora do Departamento da Educação e Cultura do Território do Acre, publica um artigo denominado “Ambiente escolar”, afirmando que:

[...] não basta, entretanto, os esforços da alta administração, territorial e federal, para resolverem as dificuldades impostas pelo meio, no setor da educação. Faz-se mister que os professores, os dirigentes de ensino e do município, a sociedade, enfim, cooperem mutuamente, no sentido de fazer de cada escola da localidade uma casa risonha, propícia ao desenvolvimento de um trabalho proveitoso e à formação de personalidade de caráter digno (O ACRE, ED. 840, p. 1, 05/10/1947).

A década de 1940 fica marcada pela propagação de ideais,⁷² nos quais a educação primária deveria ser a “salvadora de todos os males sociais”. Para isso, as bibliotecas infantis, os clubes, os cinemas educativos e excursões estudantis passam a ser incentivados como estratégias para manter as crianças o maior tempo possível no interior das escolas. Observa-se, nesse momento, uma busca por uma instauração de um novo modo de vida escolar voltado para a ordem e o progresso da sociedade acreana.

Instruir e Educar

[...] O trabalho da escola deve ser tanto de formação intelectual, como moral e social. [...] As bibliotecas, infantil e juvenil, estão funcionando normalmente e em boas condições. O jornal já faz parte das cogitações dos alunos do curso secundário. Os clubes, visando à educação sanitária e o instinto gregário das crianças, acabam de ser organizados. Agora o cinema educativo, instalado no auditório do Instituto Getúlio Vargas, funcionará como estimulante do interesse pela escola (pois só poderão frequentá-lo os alunos assíduos às aulas), contribuindo para tornar atraente e claro o ensino, mesmo de assuntos áridos, e para formação de hábitos e costumes (O ACRE, ED. 843, p. 8, 06/10/1947).

Também, na década de 1940, surgem várias iniciativas governamentais voltadas para a criança e para a maternidade. Dentre elas, destacam-se a criação do jardim de infância (1941), a construção do Posto de Pediatria e Higiene Infantil (1941) a construção do Educandário Santa Margarida (1943), a inauguração do Parque Infantil Coronel Lima Figueiredo (1944) e a construção do Posto de Puericultura (1947)⁷³. Obras voltadas para assistência à infância acreana e para o cuidado da gestante.

Os conceitos de civilidade e modernidade, na década de 1940, passam a estar relacionados à ideia de:

⁷² De todos os jornais O Acre catalogados para essa pesquisa, as edições da década de 1940 foram as que mais apresentaram notícias sobre assuntos educacionais e fotografias que representassem situações escolares. Além disso, ainda apresentam uma vasta campanha em prol do convencimento da família quanto à importância da frequência escolar.

⁷³ Cf. Livro de efemérides 1931 – 1951. O livro encontra-se arquivado no Museu da Borracha do Acre. Há registros de 1884 a 1970. Informações datilografadas dos principais acontecimentos da região acreana. São 5 livros ao todo.

[...] interiorizar nos indivíduos normas e padrões de conduta, polidez e docilidade de costumes. Logo, civilizar a juventude e a infância passa a ser sinônimo de interiorizar nelas as regras de conduta social, de inculcar valores voltados para o respeito ao outro, a si mesmas e à sociedade como um todo. Ser moderno passa a ser sinônimo de saber ler e escrever, dominar técnicas de trabalhos manuais que possam torná-lo um futuro trabalhador que colabora com o progresso da nação, um ser para a sociedade (BARBOSA SOBRINHO, 2010, p. 17).

Pensar uma educação formal para crianças acreas é pensar estratégias de adesão das famílias, algo a ser tratado com maior detalhamento no capítulo 2 desta tese, onde se busca analisar a postura da família frente a essa exigência legal que obriga os pais a deixarem na escola uma mão de obra que ajuda no sustento familiar: a criança.

Nota-se que a questão da obrigatoriedade escolar encontrava-se desassociada da ideia do direito à educação, pois embora houvesse normativa que impusesse ao governador territorial a obrigação de oferecer educação à população em idade escolar, não havia, na contramão, a procura maciça por matrícula por parte da família⁷⁴.

As mudanças ocorridas ao longo dos anos tiveram alguns avanços e retrocessos ora garantindo o direito à educação, ora resguardando o Estado do direito de ficar isento da responsabilidade de oferta de educação gratuita para toda a população brasileira. O notório nesses retrocessos e avanços referentes à questão da obrigatoriedade escolar é que, ao tempo em que era utilizada como mecanismo de imposição para assegurar a gratuidade escolar, não se constituiu como dispositivo suficiente para assegurar a permanência e a frequência das crianças na escola (GONDRA, 2010).

A questão da obrigatoriedade escolar aparece associada à ideia de idade escolar apenas nas Constituições de 1967 e 1969. Tem-se, pela primeira vez, a concepção de que a criança precisava ter uma idade certa para ocupar os bancos escolares. Acerca da questão da obrigatoriedade. Faria Filho e Gonçalves (2004) apontam que:

[...] a questão da obrigatoriedade da educação escolar mobiliza ao longo da história do processo de escolarização no mundo ocidental um conjunto

⁷⁴ A questão da presença da família nesse processo de obrigatoriedade escolar e do direito à educação será abordado com maior profundidade no capítulo 2 desta tese.

muito significativo de sujeitos e aparece como uma das principais vias para o estudo de facetas as mais significativas da escola, tais como a relação com o Estado, com a família e com o mundo do trabalho; a institucionalização da escola e a constituição de sistemas educativos, as formas de estabelecimento e financiamento da formação das novas gerações, dentre outras (2004, p. 159).

Dentre as diversas tentativas governamentais de normatizar a questão da educação pública, mais especificamente, sobre obrigatoriedade escolar e do direito à educação, a Constituição de 1988 abarca em seu teor a concepção de que a educação é um dever do Estado e um direito da família. Ou seja, compete ao Estado universalizar a educação em todos os lugares do Brasil e à família o direito à educação gratuita aos filhos em idade escolar determinada por lei. Tem-se, neste momento, uma obrigatoriedade escolar não mais voltada a uma etapa específica do ensino, mas sim a uma idade biológica da criança.

Além da dificuldade em manter uma constância de frequência por parte dos alunos, outro elemento que aparece em muitos dos documentos analisados é a questão geográfica. Muitas famílias encontravam-se residindo em regiões distantes de onde as escolas estavam sendo fundadas.

[...] notei que no lugar Santa Roza, à margem direita e esquerda do Rio Yaco, mais ou menos à distancia de 5 quilômetros daquela cidade há um núcleo de população infantil bastante carecedor de instrução e pela distância em que se acha das demais escolas, impossibilitado de frequentá-las [sic] (NOGUEIRA, 1921, p. 5).⁷⁵

Além dos fatores financeiros que comprometiam a qualidade da educação pública primária, a cultura local, com relação ao trato com a infância e as condições geográficas da região, também foi um fator que comprometeu a presença maciça das crianças na escola nas duas primeiras décadas do Acre território. Para as famílias acreanas, a criança representava uma “mão de obra” a mais no sustento da família, e enviá-las para a escola, consistiria em um desfalque no orçamento familiar e um gasto a mais.

À medida que o Território ia sendo povoado e crescendo, houve a necessidade da oferta de escola pública gratuita à população mais pobre, pois as escolas existentes não eram suficientes para atender a demanda de crianças que havia fora da escola. A realidade econômica começava a mudar de região

⁷⁵ Cf. Relatório apresentado ao governador Epaminondas Jácome pelo chefe da seção de Instrução Pública, o Sr. Francisco Aprígio Riquet Nogueira no ano de 1921.

extrativista do látex para atividade econômica pautada na agricultura, pecuária e empregos em setores governamentais.

A unificação do Acre em Território Federal contribuiu para o aumento do número de escolas primárias, pois a quantidade delas na região era irrisória.

Verifiquei que existiam instaladas seis escolas primárias para ambos os sexos: duas nesta cidade, uma na cidade de Brasília, outra no seringal Fronteira, a quinta no seringal São Francisco de Iracema e a sexta no seringal Porvir. O método de ensino, o regime de ensino, o regime escolar, como as demais práticas peculiares do funcionamento de uma escola, corria à feição da capacidade profissional de cada preceptor. [...] A estatística escolar acusa, para as escolas públicas, uma matrícula de 185 alunos com uma frequência de 156, sendo 109 de sexo masculino e 76 de sexo feminino; 180 nacionais e 5 estrangeiros [sic] (MISCELÂNDIA DO MUNICÍPIO DE XAPURI, MUSEU DA BORRACHA, RIO BRANCO, PASTA 17).

Segundo Ginelli (2008), essa oscilação de escolas e matrículas se deu por inúmeros fatores, tais como mudanças constantes de administradores⁷⁶, inconstâncias de moradores, epidemias, falta de professores disponíveis para determinadas localidades, matrículas e frequências insuficientes, falecimento de professores, dentre outros. Tais ocorrências também são encontradas em algumas manchetes de jornal da época.

Tendo ocorrido o falecimento no dia 17 de fevereiro deste ano, de D. Joanna Maria do Nascimento, professora da escola de 2ª categoria, localizada no seringal Itu, criada pela Lei 101, de 7 de novembro de 1913 (art 21), e tendo verificado que a matrícula e frequência de alunos não correspondem às expectativas, resolvi transferir, provisoriamente a sua sede para o 1º distrito, o que fiz baixando a Resolução nº 6 do corrente mez (RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, EM SUA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1925, PELO INTENDENTE CORONEL ANTONIO FERREIRA BRASIL, PUBLICADO NO JORNAL OFFICIAL, ANNO I, Nº 1, DATADO DO DIA 14 DE JUNHO DE 1915).

Outro elemento que merece destaque no processo de padronização das condutas oferecidas em escolas públicas e particulares era a questão da disciplina escolar. Premiações e emulações eram metodologias constantes no interior das escolas. Veiga (2003) destaca que essa discussão relativa à disciplina escolar no século XIX “foi de fundamental importância na medida em que as crianças teriam

⁷⁶ O tempo médio de permanência de administrador no Território do Acre no período de 1920 a 1940 era de no máximo um ano. Somente na década de 1940 esse espaço de tempo amplia-se para quatro anos.

acesso a determinados dispositivos e técnicas disciplinares que não aquelas definidas pelas famílias ou outros responsáveis (tutores e educadores) pelo seu cuidado (p.503). Essa discussão avança no século XX com o deslocamento do campo da materialidade (palmatórias, varas de cerol, etc) para o campo da imaterialidade (advertências orais, premiações, suspensão, etc), mas não perde a representação de ser considerada castigo escolar. Práticas consideradas educativas que mesmo tendo mudanças no modo de fazer não deixam de ser uma cultura escolar.

No Território do Acre, os castigos corporais aparecem como comportamento abominável por parte dos professores no regime de regulamentação da instrução do Purus, publicado no dia 26 de abril de 1914, no jornal Alto Purus.

CAPÍTULO V DA DISCIPLINA ESCOLAR

Art. 16º - Os alunos de cada escola devem se achar dentro do recinto de sua sala à hora marcada para o início dos trabalhos, só podendo d'alli se retirar com permissão do professor, cujas ordens devem procurar sempre acatar.

Art. 17º - Sendo inadmissível a adopção de castigos phisicos, serão aplicados unicamente as seguintes penas para a manutenção da disciplina escolar, proporcionada sempre à gravidade das faltas commetidas pelos alunos:

Notas más nas lições;
Cópia de lições ou de um trecho qualquer;
Advertência particular;
Advertência em classe;
Exclusão da escola de 3 a 10 dias;
Exclusão definitiva. (REGULAMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PURUS, 1914).

A proposta da não utilização de castigos corporais é algo que logo nas primeiras décadas do Acre território passa a ser abolido nas práticas educativas e a ideia que segue é aquela que o castigo ajuda a criança no avanço da aprendizagem, pois “podem-se dividir as creanças em creanças ‘sérias’ e creanças ‘travessas’, como se divide os pássaros em cantadores e inúteis. Um pássaro que não canta é inútil, uma creança que não cansa é inútil”⁷⁷

A proposta de reorganização da instrução pública acreana é algo presente em todos os documentos analisados nesta pesquisa. Para isso, a infância foi o foco

⁷⁷ Cf. Folha do Acre, 19/04/1923. O Artigo intitulado *As crianças* faz referência à criança enquanto sujeito responsável pelo desenvolvimento da Nação brasileira. Está assinado por Luís Guimaraes Junior e ocupa um quarto da página do jornal. Não há identificação do papel e do lugar social do autor. Dentre as postarias de nomeação, exoneração e de advertência não foi possível localizar de quem se tratava.

de diversas manifestações de ordem moral e higiênica que foram sendo disseminadas no Território do Acre. Os professores, familiares e alunos, agentes partícipes desse processo de reorganização educacional, foram focos de iniciativas governamentais cujo propósito perpassava pela ideia de que deveria haver uma tríplice aliança (família, escola e governo) nesse processo de educar e cuidar da criança.

Nesse “projeto de reorganização” da educação acreana, a infância esteve pautada como elemento basilar nesse processo de mudanças bem antes da década de 1930. Do ponto de vista dos administradores,

O fucturo de um povo depende da boa ou má educação ministrada à infância na escola [sic] (JORNAL O ACRE, ED. 47 DE 18 DE MAIO DE 1928, ASSINADA POR JOÃO UTEBALDO PINTO).

O ideário “Crianças, futuro da nação” é algo presente em todos os relatórios governamentais lidos no decorrer da escrita desta tese, bem como algo bastante consolidado nas campanhas propagadas nos jornais locais da década de 1930 a 1950.

Ensina o povo a raciocinar. É esse o meio de o libertar dos tiranos, dos aventureiros e dos mistificadores (JORNAL O ACRE, 14 DE MAIO DE 1950).⁷⁸

Ser sócio da sociedade Pestallozi é proporcionar aos alunos pobres da escola primárias os meios materiais necessários a sua instrução e educação (JORNAL O ACRE, 03 DE OUTUBRO DE 1946).

Tais propagandas são constantes nos jornais da época, mas aparecem com maior frequência a partir da década de 1940, período em que as fontes apontam terem sido crescentes as campanhas de alfabetização de jovens e adultos no Território do Acre, bem como as campanhas junto às famílias para matrícula dos filhos nas escolas primárias.

A criação de entidades beneficentes, tais como a Sociedade Pestallozi, contribuiu bastante para isso, uma vez que competia a ela o oferecimento de fardamento, material escolar e assistência alimentar às crianças pobres do Território

⁷⁸ Propaganda publicada no jornal O Acre está grafada em letras maiores que a letra das demais manchetes da página e está em negrito. O período dessa campanha corresponde ao período em que o Acre estava envolvido na Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos.

do Acre.⁷⁹ No jornal há indícios de que até a fábrica Nestlé contribuiu com a oferta de alimentos às crianças pobres do ensino primário do Território do Acre⁸⁰.

Num contexto social em que boa parte do professorado acreano era composta por professores não normalistas, a proposta de modernizar a educação por meio dos cursos de férias aos professores surge com maior ênfase nos anos de 1940, e, mais precisamente, segundo as efemérides acreanas, no dia 2 de janeiro de 1942.

Entretanto, consta ainda no documento que a primeira Escola Normal do Território do Acre foi fundada em 23 de março de 1934, e a primeira turma de normalistas se formou em 12 de dezembro de 1937. Isso, em um primeiro momento, induz a concluir que os cursos de férias seriam uma boa oportunidade aos professores que não cursaram um curso normal para se qualificarem e/ou aprimorarem seus conhecimentos. Após a leitura de alguns jornais da época, foi possível averiguar que a inscrição nos cursos de férias era compulsória e independia da vontade docente. Nesse período também foram compradas algumas lanchas para trazer os professores do interior do Território para o município. Contudo, deduz-se que a receptividade por parte dos professores não foi tão positiva como apontam algumas reportagens jornalísticas⁸¹.

Do ponto de vista da sociedade, observa-se, nas conversas com antigos professores, alunos e moradores mais antigos, bem como na leitura de alguns artigos jornalísticos, que havia uma preocupação com a educação dos jovens, mais precisamente, no que tange à educação das crianças pobres.

No Acre, o serviço de assistência à infância escolar, até o ano passado, encontrava-se em estado latente. O povo de boa vontade solidarizava-se com as professoras, oferecendo-lhes muito do muito, pouco do pouco de que dispunham para a obra fundamental de uma sociedade – a criança necessitada. Não havia, entretanto, uma instituição legalmente constituída,

⁷⁹ No capítulo 2 desta tese, a presença da Sociedade Pestalozzi será tratada com maior detalhamento, pois o aumento no número de matrículas nas escolas primárias se deu graças às senhoras caridosas que compuseram a equipe em prol da matrícula da criança pobre.

⁸⁰ Cf. O Acre, 27/08/1939. O artigo jornalístico não está assinado, mas faz um agradecimento a fábrica Nestlé por colaborar com a merenda escolar das escolas primárias do Território. O artigo intitulado INSTITUÍDA A MERENDA ESCOLAR GRATUITA: *a primeira distribuição gratuita feita pela Nestlé* faz um agradecimento ao sr. Mário Ramos, representante da fábrica no Território do Acre por oferecer ajuda à questão da merenda escolar.

⁸¹ A postura dos professores frente a esse projeto de modernização da instrução pública primária acreana será amplamente discutida no capítulo 3, no qual apresentam-se as tentativas de burlar tais mecanismos de vigilância e uniformização das práticas pedagógicas utilizadas por alguns professores, bem como o perfil traçado como sendo o modelo ideal de professor no qual o professorado local deveria se “transformar”.

que assumisse de público o compromisso de prestar ao pobre o auxílio que facultasse à frequência do filho a escola. Daí o movimento para organizar em Rio Branco, em outubro do ano passado, quando se comemorava no Brasil a Semana da Criança, uma sociedade de proteção à infância. A ocasião era mais que propícia para iniciativa de tamanha monta e não faltou aos que colaboraram com o governo territorial o apoio necessário à atualização e desenvolvimento da ideia, objetivamente concretizada na Sociedade Pestalozzi, umas das instituições mais simpáticas do Acre, pelas finalidades de seus programas e empenho para atingi-las [sic] (JORNAL O ACRE, 03 DE OUTUBRO DE 1946).

Na contramão das notícias propagadas no jornal O Acre, que apontavam que a sociedade estava preocupada com a educação dos mais jovens, e convencida de que a escola seria o local adequado a eles, foi possível localizar algumas cartas no acervo pessoal de governadores territoriais⁸² que apontam resistências por parte de algumas famílias acreanas.

Sr. Guiomard dos Santos, sei que é importante que meu filho tenha estudo e fique conhecendo as letras, mas gostaria de pedir ao senhor que tire essa obrigação dele ir à escola porque eu preciso dele para o sustento dos irmãos. Sou viúva e ele é o homem da casa. Seja solidário com essa viúva que muito tem feito para sustentar, sozinha, cinco filhos (CARTA ARQUIVADA NO ACERVO PESSOAL DE GUIOMARD DOS SANTOS, GOVERNADOR TERRITORIAL NOS ANOS DE 1946 A 1950).⁸³

Além desta carta, há outras de cunho mais elogioso e/ou solicitando auxílio financeiro para que os filhos continuassem estudando. E, ainda, outras pedindo emprego após ter concluído “a escola”, sob a alegação de se ter perdido tempo nela. De que não servira para nada.⁸⁴

Nesse contexto de mudanças, tanto em aspectos estruturais quanto culturais, a educação primária é, no projeto de instrução pública, um basilar, pois atende diretamente a uma geração na qual estão “depositadas todas as expectativas” com relação a um futuro promissor da região acreana. Tem-se, nesse momento histórico, um foco voltado para a criança enquanto futuro trabalhador produtivo para o Território do Acre.

⁸² Parte destes acervos está arquivada no Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre, e a outra pode ser localizada no Museu da Borracha, situado no centro da capital Rio Branco.

⁸³ Esta carta está arquivada no acervo pessoal do Major Guiomard dos Santos, entre as correspondências consideradas, no arquivo, como correspondência pessoal e familiar. A carta está escrita em letras cursivas e em papel com pauta.

⁸⁴ Essa carta também pode ser encontrada no acervo pessoal do governante da década de 40 e está arquivada sob o código DSCO 6138.

Programa de ensino agrícola para as escolas primárias

O ensino agrícola será ministrado nas escolas públicas do Território do Acre pelos professores das diversas classes, sempre revestido do mais essencial carácter prático, atendendo às conveniências educativas e contará com 3 séries [...] HORÁRIOS – Quartas e sábados das 9 às 10 horas [...] [sic] (JORNAL O ACRE, 18 DE AGOSTO DE 1927).

Para isso, pautou-se, portanto, na busca de uma educação na qual os valores morais e a questão da higiene e do trabalho estivessem em foco. Além disso, estava sendo pensado em um “trabalhador produtivo” e “preparado para colaborar com o progresso da nação”, especificamente da região acreana, buscando-se com isso,

[...] a escola única, gratuita e obrigatória a todos; a escola comunidade, preparando para vida em sociedade; e a escola do trabalho, que seria um meio de preparação e espaço para combate ao preconceito do trabalho (LEAL; PIMENTEL, 2003, p. 36).

Assim sendo, a infância ganha um foco de prestígio que, até então, não havia recebido. De uma criança pensada como uma mão de obra a mais para o sustento da família⁸⁵, a uma criança acreana que passa a ser tratada, nesse processo de reorganização da instrução pública primária, como sendo um sujeito que precisa de cuidados e de uma educação segundo novos padrões de sujeito moderno.⁸⁶

“Reorganização”, “progresso” e “desenvolvimento econômico” são palavras de ordem que sustentam a ideia de “reformulação” da instrução pública no Território do Acre. Em muitas manchetes jornalísticas, a presença da criança ficou posta como algo essencial para que o projeto civilizador obtivesse sucesso, pois a presença dela na escola seria garantia de que “a maquinaria de governo” funcionaria⁸⁷ (Considerações práticas sobre nossa infância escolar. Jornal O Acre, 19 de abril de 1936).

São elas:

⁸⁵ Período inicial do povoamento da região acreana (1906).

⁸⁶ Esse perfil de sujeito moderno pensado para a criança acreana será tratado com maior detalhe no Capítulo 2 desta tese, momento em que trataremos de questões pertinentes à produção de um sujeito moderno pensado a partir da infância escolar.

⁸⁷ Maquinaria de governo da infância é uma expressão utilizada por Varela e Alvarez-Uria em sua obra *A maquinaria escolar*. Refere-se à escola enquanto instrumento governamental que tem a missão de conduzir a criança para que se torne um cidadão adulto e produtivo à Nação.

- DECRETOS N 214 – O governador usando de suas atribuições legais, crea serviço de proteção à infância no Território do Acre (Jornal O Acre, 28 de abril de 1935) [sic];
- Bolsa para professores em 1949 (JORNAL O ACRE, EDIÇÃO 905 DE 09 DE JANEIRO DE 1949);
- As crianças e a educação (JORNAL O ACRE, EDIÇÃO 863 DE 14 DE MARÇO DE 1948);
- Curso de férias para professores da zona rural (JORNAL O ACRE, EDIÇÃO 955 DE 1 DE NOVEMBRO DE 1950);
- Discurso pronunciado pela professora Esther Maria de Oliveira na festa de colação de grau da 1ª turma da Escola Normal Lourenço Filho, 2ª fase a 31 de janeiro passado (FOLHA DO ACRE, EDIÇÃO 58 DE 06 DE JANEIRO DE 1946).
- Senhores pais, a frequência regular do estudante à escola é um dos principais motivos do seu aproveitamento nos estudos. (FOLHA DO ACRE, EDIÇÃO 866 DE 04 DE ABRIL DE 1948);
- Livros para a infância (JORNAL O ACRE, EDIÇÃO 931 DE 17 DE JULHO DE 1949);
- Mestre ideal (Jornal O Acre, edição 914 de 13 de março de 1949);
- Criação de um parque infantil Getulinhos (EFEMÉRIDES ACREANAS DE 07 DE SETEMBRO DE 1951);
- Criação de um Posto de Pediatria e Higiene Infantil e Jardim de Infância (EFEMÉRIDES ACREANAS DE 02 DE JULHO DE 1941).

As manchetes acima são algumas nas quais é possível encontrar um discurso de reorganização dos assuntos educacionais pautado no aperfeiçoamento do professorado acreano, na proteção e assistência à infância pobre, no convencimento da família acerca do envio dos filhos à escola e, ainda, na produção de novos espaços e novos tempos escolares.

A educação pública primária pensada para a criança acreana segue o princípio de que ela deveria ser preparada como sujeito produtivo à nação. Nesse propósito, a escola passaria a ser o veículo responsável por essa preparação do homem produtivo do amanhã.

Pais, fazei com seu filho tome gosto pelas letras. Isso o tornará um sujeito produtivo à Nação (Jornal O Acre, 12/05/1937);
 Pais conscientes não deixam seus filhos perambulando pelas ruas, mas sim os conduzem à escola (Jornal O Acre, 13/04/1940);
 Um homem letrado é um homem civilizado (JORNAL O ACRE, 16/07/45);
 Faizei o menino de hoje o homem culto do amanhã. Levai-o à escola (JORNAL O ACRE, 30/03/48).
 Até quando, pais, conservarão os olhos fechados aos reclamos da Pátria que lhe pede filhos dignos (O ACRE, 29/01/1950).

A elaboração desse tipo de discurso coloca a escola como um local de poder, no qual o Estado sustenta seu projeto de civilidade. Agrega-se a isso, a ideia da cultura escrita como sendo elemento característico do homem civilizado, ou seja, o domínio da cultura escrita evidencia as marcas de um sujeito moderno e civilizado.

A escrita abriu um espaço de comunicação desconhecido pelas sociedades orais, no qual tornava-se possível tomar conhecimentos das mensagens produzidos por pessoas que se encontravam-se a milhares de quilômetros, ou mortas há séculos, ou então que se expressavam apesar de grandes diferenças culturais ou sociais (LÉVY, 2000, p. 114).

Segundo Elias (1994), o processo civilizador não é algo que ocorre em curto prazo de tempo, mas sim em longo prazo, no qual os sujeitos aprendem a conter seus impulsos por meio do autocontrole. Para o autor, na exata medida em que o sujeito se educa, a vida dele em sociedade é facilitada.⁸⁸

Nesse sentido, Carlota Boto (2011) afirma que a civilização simboliza um aperfeiçoamento constante que faz do presente algo muito melhor que o passado e torna o futuro ainda bem melhor que o presente, num constante movimento de melhoramento no qual o progresso da ciência e das técnicas passa a ser símbolo de civilidades àqueles que fazem uso da razão como elemento latente no dia a dia.

Numa região no qual a maioria da população era composta por pessoas analfabetas, ler e escrever eram algo que compunha o ato de educar. Entretanto, na década de 1930, a educação ganhou outros atributos nos discursos governamentais e passou a ser também uma educação que “consiste em criar comportamentos, isto é uma de ser, de compreender ou de fazer, em que se modifique a personalidade no sentido de melhor afirmar no meio que rodeia.”⁸⁹

Vários foram os artigos publicados no jornal O Acre com o propósito de elucidar o tipo de educação que se pretendia oferecer à criança acreana. O artigo denominado *Ensino Primário e Educação Social*, publicado no dia 22 de agosto de 1948, apresenta um texto que retrata a proposta governamental acerca da educação primária, bem como a concepção de criança na qual o projeto de reformulação da instrução pública estava pautando suas ações.

A escola primária não mais se destina à missão estreita de ensinar a ler, escrever e contar. Sua função, na complexidade que oferece a vida moderna, deve ser a de uma sociedade em miniatura com objetivo amplo. A par das noções de História, Geografia, Economia, Linguagem, Matemática, Educação Física, Moral e Cívica deve a escola primária, de maneira

⁸⁸ Cf. ELIAS. N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

⁸⁹ Cf. O Acre, 02/04/1946. O artigo jornalístico denominado *Formação de Hábitos* traz apontamentos de como as mães e as professoras devem proceder para incutir nas crianças a formação dos hábitos com relação à higiene pessoal e social. Está assinado por SNES e traz a ideia de que a primeira coisa que a educação deve fazer é “o ato de que, repetindo muitas vezes, tende a torna-se habitual.”

acessível, ministrar o ensino de organização do trabalho, proporcionando aos alunos meios de, pela aprendizagem, aperfeiçoar os sentidos e possibilitar o desenvolvimento da natural inclinação que a criança possa ter para ocupações mecânicas. Eis a suplementação que toca ao ensino primário: promover a harmoniosa integração da criança no seio da comunidade lhe favorecendo os meios capazes para que se torne fator de progresso, não somente individual, mas também social. O próprio critério pedagógico e tendências do ensino moderno aconselham seguir no setor da educação primária orientação que vise à prática de atividades que despertem nos alunos amor pela cooperação a fim de desenvolver neles o sentimento de solidariedade e simpatia e integrá-los nos objetivos do grupo com um lastro comum, geral, básico, completado por uma iniciação ao trabalho profissional. Só assim a escola primária adquirirá o necessário ambiente cheio de interesse e nela a criança encontrará condições que propiciem estímulos constantes ao raciocínio e boa vontade, com os quais se tornará elemento ativo por excelência, útil a si próprio e à sociedade, deixando de ser carga inútil, outras tantas dificuldades sociais a pesar nos orçamentos vultosos dos hospitais e das prisões. Só assim a criança de hoje, homem do futuro, terá o máximo de valor pessoal e o máximo de eficiência social (JORNAL O ACRE, 22/08/1948, p. 1).

Nota-se, na leitura desse artigo jornalístico assinado por F. M. de Sá Ribeiro, que a educação que se buscava ofertar deveria ter a criança como elemento basilar nesse projeto de reformulação da instrução pública primária, ficando, portanto, a ideia de “salvar a criança como meio de salvar o Brasil.”⁹⁰

A lei da obrigatoriedade escolar, publicada em 28 de janeiro de 1949, Decreto nº 7, acabou colaborando para que as famílias enviassem seus filhos às escolas acreanas de forma compulsória, pois já traz em seu bojo a punição àqueles que descumprissem a normativa de enviar as crianças às escolas na idade considerada legalmente adequada. A questão da obrigatoriedade escolar passa a caminhar concomitantemente com a possibilidade de punição judicial. Entretanto, mesmo sob a ameaça de uma punição criminal, alguns pais ainda não enviaram seus filhos à escola conforme se esperava.

O projeto de reformulação do Ensino Primário e Pré-primário do Território do Acre enviado para o Ministério da Educação e Saúde, no ano de 1949, trazia em seu bojo que: “o ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de sete a doze anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas e exercícios escolares” (ANTEPROJETO. CAPÍTULO II, ART. 194).

Essa mesma normativa aponta exceções quanto à obrigatoriedade, quais sejam:

⁹⁰ Cf. RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

[...] falta de escolas públicas ou subvencionadas num círculo de raio de dois quilômetros em relação às crianças do sexo feminino, de três para as do sexo masculino⁹¹, incapacidade física ou mental certificada por médico escolar ou verificada por outra pessoa mais idônea [...] e a instrução recebida em casa⁹² ou em estabelecimentos particulares (idem).

O termo obrigatoriedade surge atrelado aos aspectos judiciais, ou seja, “os pais e/ou responsáveis de menores de sete a doze anos que infringirem os preceitos da obrigatoriedade escolar estarão sujeitos às penas constantes no Art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 (Código Penal)”.

A falta de três dias consecutivos implicaria aos pais multa de Cr\$10,00 (dez cruzeiros) a Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). A cessação da frequência da criança por mais de um mês sem motivo “importará em multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros)” (idem, Art. 202).

Entretanto, embora houvesse essa medida punitiva aos pais, o número de frequência era considerado abaixo do ideal uma vez que muitos alunos não compareciam nem 50% dos dias de aulas mensais, conforme tabela de frequência a seguir:

⁹¹ Nota-se nessa normativa uma questão de desigualdade de direitos quanto ao gênero, pois as meninas estavam em desvantagem em relação aos meninos. Não é foco desta tese tratar a questão das desigualdades de direito segundo o gênero, mas em muitos documentos é visível essa disparidade de direitos.

⁹² O documento aponta que “os menores de idade escolar que receberem o ensino primário no próprio domicílio, serão, em épocas designadas pelo Departamento de Educação e Cultura, submetidos a exames das disciplinas correspondentes à sua idade, constante do programa oficial”. Os exames eram presididos pelo inspetor escolar e dois professores públicos (Projeto de reorganização da educação primária e pré-primária, Art. 196, parágrafo único).

IMAGEM 5 -. LISTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR. ANO DE 1946

Mapa da frequência anual dos alunos da Escola Municipal D. Pedro II durante o ano letivo de 1946

Nº	Nome do aluno	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Total
1	Adriano André Rodrigues	13	17	11	11	16	7	7	0	0	0	0	72
2	Alvaro José	13	23	15	12	23	8	2	8	0	0	0	105
3	Alcides Gonçalves de Melo	15	23	18	5	18	7	2	2	0	0	0	90
4	Francisco José Sousa	15	15	15	10	10	0	0	0	0	0	0	55
5	Emmanuel	14	23	22	7	14	7	2	2	0	0	0	85
6	Emmanuel	10	23	18	11	11	8	2	2	0	0	0	85
7	Francisco	15	15	10	12	12	8	1	1	0	0	0	75
8	João	16	10	10	12	12	8	1	1	0	0	0	68
9	Conrad José da Silva	14	21	21	0	0	0	0	0	0	0	0	56
10	Roberto Rodrigues	15	23	21	5	16	8	1	1	0	0	0	86
11	Alvaro José	15	23	23	8	16	6	1	1	0	0	0	95
12	Francisco José	15	23	14	6	14	4	1	1	0	0	0	73
13	Alvaro José	15	23	18	10	16	8	1	1	0	0	0	83
14	Francisco José	15	23	22	10	17	7	1	1	0	0	0	94
15	Francisco José da Silva	8	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23
16	Francisco	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
17	Francisco	0	11	11	0	0	0	0	0	0	0	0	22
18	Francisco	0	11	11	0	0	0	0	0	0	0	0	22
19	Francisco	0	11	20	0	0	0	0	0	0	0	0	31
20	Francisco	0	7	14	0	0	0	0	0	0	0	0	21
21	Francisco José da Silva	10	21	15	0	0	0	0	0	0	0	0	46
22	Francisco	10	20	20	0	0	0	0	0	0	0	0	50
23	Francisco José da Silva	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
24	Francisco	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
25	Francisco José da Silva	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
26	Francisco José da Silva	14	19	2	11	7	1	1	1	0	0	0	56

Mapa nº 17 de Novembro de 1946
 Alvaro José da Silva
 Diretor

Com 27/11/1946
 Francisco José da Silva
 Diretor

FONTE: CDIH/AC

Observa-se que em alguns meses como setembro, outubro e novembro alguns alunos sequer apareceram na escola. Já em outros meses, como janeiro, por exemplo, a frequência é baixa. Ao considerar que o ano letivo era composto por cem dias de aula, a frequência de quatorze dias é algo preocupante, pois, em alguns dos casos acima, a criança só frequentou um mês letivo e não mais apareceu na escola. Dados como esses despertam a curiosidade em saber o porquê algumas crianças faltavam às aulas com muita frequência. O mais próximo que se chega de uma resposta à questão é a necessidade da mão de obra das crianças em época de plantio e colheita.⁹³

O Decreto-lei nº 2.848 deixa explícito que compete ao professor “averiguar, acompanhar e comunicar ao Departamento de Educação e Cultura as faltas contínuas dos alunos”. E aí, neste sistema de controle e vigilância, os professores e diretores eram postos como vigilantes vigiados, pois “deixar de fazer a comunicação

⁹³ Essa inferência é feita com base nas cartas enviadas ao governador territorial no qual os pais alegam que não poderão cumprir a lei da obrigatoriedade dado o fato de precisarem do filho nos serviços de lavoura.

incorrerá na pena de censura e, em caso de reincidência, suspensão.”⁹⁴ (DECRETO-LEI Nº 2.848, 07/09/1940, ART. 209, p. 215, 217).

Para além das multas previstas por lei aos pais que não cumprirem com a obrigação de enviar seus filhos às escolas, o governo territorial ainda normatiza que “serão detidos pela polícia e conduzidos à presença de autoridade escolar os menores de 7 a 14 anos que foram encontrados vadiando nas ruas e estradas durante as horas de escola” (Idem, ART. 219).

Medidas punitivas passam a compor o cenário educacional como estratégia de governo para que a efetiva obrigatoriedade escolar acontecesse de fato e de direito. Segundo Anjos (2015), a finalidade da educação “consiste em conservar e aperfeiçoar o físico, o intelectual e moral dos filhos”. Embora o autor esteja tratando da educação no lar, essa concepção de educação é algo visível no ambiente escolar, pois nesse pensar a educabilidade da infância, o castigo justifica-se pela atuação que tem na amortização de hábitos e comportamentos inadequados, os quais os adultos consideram passíveis de serem contidos nas crianças, ou seja, “manter nas crianças aquilo que de bom já existe, aprimorando virtudes” (p. 281) e contendo “comportamentos inúteis à vida infantil”⁹⁵.

Nesse processo de institucionalização da instrução pública gratuita no Território do Acre, muitos percalços acabaram comprometendo o bom funcionamento e a boa aplicabilidade das normativas pensadas para a consolidação da escola pública. Dentre eles, a descontinuidade das ações administrativas e de administradores no Acre acaba acarretando uma série de leis e regulamentos que, ao longo do período territorial, foram buscando a “melhor forma” de organizar a instrução pública. No entanto, embora tenha havido inúmeras tentativas de organizar a educação acreana, outros problemas de ordem social, econômica e cultural assolavam a região mesmo após 40 anos de sua incorporação ao território brasileiro.

⁹⁴ Para além disso, o vencimento dos professores (leia-se salário) era pago mediante atestado de exercício, que tanto podia ser endossado pelo inspetor de ensino, no caso das escolas localizadas em Rio Branco, quanto por “dois cidadãos de reconhecida idoneidade residente no lugar ou suas proximidades” no caso das escolas localizadas fora da capital.” (sic) (Art. 22).

⁹⁵ Cf. O Acre, 19/04/1923. O autor do artigo *As Crianças* classifica como comportamentos inúteis à vida infantil o ato de correr, gritar enquanto brinca, comer guloseimas livremente, gargalhar, desobediência aos adultos e “ficar de manhã com a mãe bondosa que não sabe conter as futilidades do filho.” O autor cita tais comportamentos como sendo aqueles que deixam a criança um ser inútil tal qual um pássaro que não sabe cantar. Cita personagens históricos como comparativo para demonstrar que a sua travessura é algo pernicioso à infância. “Uma criança travessa é a última palavra da Criação Divina”.

O relatório enviado ao Major Guiomard dos Santos, governador territorial, dá conta de apresentar que, para além dos assuntos governamentais, o Território do Acre encontrava-se num verdadeiro abandono, pois “a cidade toda sem iluminação conveniente, grupos escolares que há seis anos se começara, e onde não havia ainda nem classes e nem alunos”, “campo de aviação que não tinha tráfego durante o inverno”, “cadeia velha onde não se podia entrar sem tapar o nariz”, “sete departamentos governamentais sem nenhum funcionando em sede adequada”, “lindo ginásio inaugurado, mas sem água, sem pátio de ginástica, sem envidraçamento e sem móveis.” [sic] (s.a) (s.d).

É nesse contexto acreano de muita mudança de administradores que a questão da obrigatoriedade escolar e do direito à educação vai ganhando e perdendo espaços entre o legal e o real. Houve todo um movimento com o propósito de ordenar, conduzir, disciplinar e civilizar a população infantil acreana. Para isso, a institucionalização da escola e o ensino compulsório passam a ser elementos estratégicos para se alcançar tal propósito. A obrigatoriedade, enquanto mecanismo de intervenção de poder, contou com o princípio da gratuidade como um reforço necessário para que acontecesse a inserção da criança na escola.

O número de matrículas aumenta consideravelmente entre 1946 e 1948. Um aumento de 100% contou com uma vasta campanha de incentivo aos pais para que enviassem os filhos à escola. Do ano de 1946 a 1950, muitas frases ocupam folhas do jornal O Acre no propósito de convencer os pais da importância do envio dos filhos à escola.

SENHORES PAIS – A frequência regular do estudante à Escola é um dos principais motivos do seu aproveitamento nos estudos (CAMPANHA DE CONVENCIMENTO AOS PAIS PUBLICADO NO JORNAL O ACRE, 04/04/48, p. 5).

IMAGEM 6 - CAMPANHA DE CONVENCIMENTO AOS PAIS PUBLICADO NO JORNAL O ACRE.
ANO DE 1949

SENHORES pais:
Da frequencia esco-
lar dependem os resulta-
dos dos estudos de seus
filhos. Antes de sairem
para o trabalho, mandem
seus filhos à escola e
estarão cumprindo um
sagrado dever.

FONTE: Acervo fotográfico Museu da Borracha.

AOS PAIS ACREANOS

A criança é a célula viva do grande organismo da nação. Cada criança representa um elemento que há de produzir o máximo pelo progresso da Nação. Cumpra aos pais pela manutenção e educação de cada um de seus filhos [...] (CARTA AOS PAIS ACREANOS. PUBLICADA NO JORNAL O ACRE, 13/07/1941, p. 1).

As campanhas de convencimento das famílias acerca da importância de enviarem os filhos à escola, iniciada no ano de 1941, repercutiu em um aumento considerável de matrículas.

IMAGEM 7 - INFORMAÇÕES SOBRE A MATRÍCULA. JORNAL O ACRE. ANO 1949.⁹⁶

FONTE: Museu da Borracha

Para alcançar tal objetivo, a cooperação dos professores foi de fundamental importância no processo de cumprimento da normativa acerca da obrigatoriedade escolar às crianças acreanas, pois embora houvesse inúmeras estratégias de governo para a manutenção da criança na escola, a evasão escolar era bastante significativa. Entretanto, embora houvesse toda uma normativa e, até mesmo uma vigilância sobre o trabalho do professor, muitos acabavam não seguindo as orientações recebidas⁹⁷.

⁹⁶ Esta manchete ocupa a página inteira de jornal. As letras estão em negrito e a página é a última do jornal. O que a torna capa de jornal que de forma fechada ou aberta sempre estará visível.

⁹⁷ Essa questão será melhor tratada logo mais adiante.

3 “PAIS, FAZEI COM QUE SEU FILHO TOME GOSTO PELAS LETRAS”: O POSICIONAMENTO DAS FAMÍLIAS FRENTE À QUESTÃO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

A abordagem que se segue sobre a infância e a criança do Território Federal do Acre inicia-se pela concepção de criança que trabalha para ajudar no sustento familiar, e segue apresentando como essa ideia foi perdendo espaço e dando vez à concepção de que a criança deveria ir para a escola.

A pesquisa trata das mudanças que movimentaram a família, a sociedade e a própria administração responsável pelos assuntos educacionais e que contribuíram para que o projeto de educar a criança acreana ganhasse fôlego. Mas qual ou quais representações de criança e infância circulam no imaginário social acreano? E qual educabilidade está sendo considerada por aqueles responsáveis pelos assuntos educacionais do Território como sendo a adequada à infância acreana?

3.1 A INFÂNCIA ACREANA

Tomando por base a leitura das fotografias, bem como dos artigos jornalísticos e relatórios dos prefeitos departamentais e inspetores de ensino, é possível observar que a criança na região acreana era vista como uma “mão de obra” a mais no sustento familiar.

FOTOGRAFIA 3 - CRIANÇA TRABALHANDO NA PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA



FONTE: Museu da Borracha. Arquivada no período correspondente a 1940.

FOTOGRAFIA 4 - CRIANÇA TRABALHANDO NA PRODUÇÃO DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO



FONTE: Museu da Borracha. Arquivada no período de 1950.

Como elemento comum entre as fontes citadas encontra-se a inquietação com a criança pobre que residia no Território acreano. Em uma das cartas escritas por uma das irmãs religiosas Servas Reparadoras de Maria, que morava no município de Sena Madureira, identifica-se uma preocupação quanto às crianças pobres que residiam na região.

Tínhamos muitas órfãs para manter e, improvisadamente, suspenderam as verbas. O que fazer? Devolver ainda estas crianças à floresta, naquela miséria e abandono?...Pensamos fazer de tudo para não afastá-las do colégio. O Bispo estava preocupado e não sabia como fazer para manter as pobres meninas. Eis que um dia um senhor nos diz: “Sei que estão preocupadas com o mantimento das órfãs. Se aceitam, eu ponho à disposição um terreno, fá-lo-ei preparar, se vocês se responsabilizarem em trabalha-lo.” Esta proposta foi para nós uma grande providência. Aceitamos logo, contente de poder ficar com as meninas. Chegado o tempo da sementeira, nós irmãs, com as meninas maiores e algumas outras pessoas, começamos os trabalhos. Por causa do grande calor, partíamos de madrugada muito cedo, e, a luz de um farol caminhávamos por cerca de uma hora, tendo na mão um terçado e um bastão para defendermos das cobras e de outros animais. Nos pés tínhamos um par de sapatos de borracha e na cabeça um grande chapéu para defender-nos do sol. Chegada ao lugar trabalhava alegremente, plantando arroz, feijão, batata doce, macaxeira e cana de açúcar (a farinha de macaxeira, naquele tempo, substituía o pão que não existia no Acre). Depois vinha o tempo da colheita e tudo era levado nas costas... o arroz devia ser batido com cacete para liberar a palha, pois naquele tempo, não existia máquinas. Tínhamos também as vacas de leite e tudo devia ser feito por nós. Fazíamos de tudo para ficar com as órfãs. Esta vida durou por alguns anos, até que enfim chegaram os auxílios (CARTA ESCRITA POR IRMÃ ESCOLÁSTICA FRUCALSO, PROFESSORA NA ESCOLA SANTA JULIANA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA E DATADA DO ANO DE 1930).⁹⁸

A leitura do conteúdo da carta deixa claro que mesmo havendo uma preocupação com a educação das crianças, existia a ideia de mantê-las na escola tendo a sua mão de obra como troca para o oferecimento da educação. Isto ocorria pelo fato de não haver verba suficiente para manter as crianças pobres na escola e, conseqüentemente, elas precisariam trabalhar para custear a própria educação.

Na carta escrita pela freira Escolástica Frucalso é possível observar que o trabalho braçal das crianças era condição para que as mesmas permanecessem na

⁹⁸ A carta foi escrita pela irmã Escolástica Frucalso em comemoração ao 60º aniversário da chegada das irmãs ao Acre). Está arquivada na escola Santa Juliana, no município de Sena Madureira. Nesta escola é possível encontrar um acervo iconográfico que conta a história das Servas Reparadora de Maria que estiveram no município por mais de seis décadas. Há, ainda, livros didáticos que foram utilizados nas décadas de 1920 a 1960. Além disso, a escola ainda guarda um mobiliário utilizado como objeto de memória da presença da Igreja Católica na educação acreana. Tal como aponta Bruno (apud Silva, 2012), os objetos escolares são “portadores de mensagens” e trazem consigo vestígios de como foi uma determinada prática e até conseguem ser “âncoras para os indicadores da memória”. A escola em si é um espaço cheio de objetos que são memórias.

escola: “[...] à luz de um farol caminhávamos por cerca de uma hora, tendo nas mãos um terçado e um bastão para nos defendermos das cobras e de outros animais”, “[...] na cabeça um grande chapéu para defender-nos do sol”, “[...] tudo era levado nas costas”, “[...] o arroz era batido com cacetes”. Expressões como essas denotam o quanto a labuta das “crianças maiores” era difícil. Mas, em meio a tudo isso, “o que fazer? Devolver ainda estas crianças à floresta, naquela miséria e abandono?”. A princípio, essa se tornou a atitude mais viável frente à realidade das crianças pobres que necessitavam da escola como um lar.

FOTOGRAFIA 5- IRMÃ ESCOLÁSTICA NA DÉCADA DE 1930 COM ALUNAS ÓRFÃS INTERNAS DO COLÉGIO SANTA JULIANA



FONTE: Acervo pessoal do Pe. Paulino.⁹⁹

Assim como essa carta, muitas outras retratam a preocupação das irmãs com relação à situação de crianças pobres e órfãs, cujos parentes não tinham condições financeiras para custear sua educação¹⁰⁰. O Livro de Tombo da Paróquia

⁹⁹ Em Sena Madureira, município acreano, reside um padre chamado Paulino, que possui um acervo fotográfico de aproximadamente 50 anos de coleta. Dentre cartas e uma memória que reconstrói parte da história do município em suas peculiaridades, ele ainda possui um acervo fotográfico por meio do qual é possível conhecer a história do município e do Estado do Acre, tanto nos aspectos sociais quanto nos políticos e educacionais. Um acervo pessoal que ele guarda consigo e disponibiliza a quem possa interessar.

¹⁰⁰ Essa postura de usar a mão de obra das alunas pobres para custear o próprio estudo não foi algo peculiar somente ao município de Sena Madureira. É possível localizar informações de que nos municípios de Cruzeiro do Sul, Brasileia e Xapuri essa prática também ocorreu.

de Sena Madureira, da década de 1930, em sua página 16, apresenta que em 1936 as irmãs religiosas foram retiradas desse município. Esse tipo de apoio às meninas pobres ficou suspenso até o ano de 1941, quando elas retomam as atividades educativas no município e o Colégio Santa Juliana¹⁰¹ é reaberto.

Não há nada que faça menção ao que aconteceu com as crianças pobres que estavam internas na época em que o Colégio foi fechado. Há uma lacuna no período de 1936 a 1944, pois o mesmo livro apresenta, em sua página 34, que somente por meio do Decreto nº 188, de 31 de maio de 1944, o governo territorial equipou o Colégio Santa Juliana, fazendo uma ampliação no prédio, ocasionando a retomada de suas atividades.

Nos demais municípios, esse tipo de assistência à criança pobre não foi diferente. As crianças pobres trabalhavam num horário para custear a própria educação e no outro estudavam. Além disso, as escolas contavam com a ajuda da sociedade acreana, que constantemente era convidada a cooperar com o governo para viabilizar uma educação às crianças pobres. Uma política de assistência à infância pobre, tendo o apoio da sociedade, passa ser vista a partir da década de 1920 no Território do Acre, ganhando força na década de 1930 com o governo de Hugo Carneiro.

O jornal O Acre do dia 01 de janeiro de 1932 traz uma manchete na primeira página, tratando da participação do Acre na IV Conferência Nacional de Educação. Segundo a reportagem, estiveram reunidos representantes e chefes do Governo provisórios, ministros de estado, delegados estaduais e congressistas. Como representante da delegação acreana, o Sr. Augusto Pamplona falou sobre a existência de mais de 30 mil crianças acreanas sem escolas e mais de cinco mil outras ameaçadas de não prosseguir os estudos por falta de verbas a favor da educação.¹⁰²

As campanhas nos jornais acerca da obrigatoriedade da criança na escola foram intensificadas e a sociedade passou a ser convidada a participar mais

¹⁰¹ O Colégio Santa Juliana foi criado no dia 06 de junho de 1931 e era destinado somente às meninas.

¹⁰² Cf. O Acre, 01/01/1932. Reportagem publicada no jornal O Matutino Correio da Manhã, no dia 21/11/1931. Nessa reportagem, há a transcrição literal do discurso do Sr. Augusto Pamplona. Nele, este senhor relata a situação caótica na qual o território do Acre se encontra em seus aspectos educacionais. Relata a situação de falta de escolas, das precárias condições das escolas existentes e ainda pede um crédito extraordinário de 550 contos de réis para investimento em saúde e educação. Segundo a reportagem, o discurso foi tão caloroso que os ministros presentes e os representantes de Getúlio Vargas pediram uma cópia.

ativamente dos assuntos educacionais, principalmente, no tocante ao cuidado de enviar o filho à escola.¹⁰³

Neste período, o então diretor do Departamento de Educação e Cultura – DEC, Sr. Anselmo de Sá Ribeiro, publicou um artigo exaltando a importância da educação para os jovens. Segundo ele, cabia “às autoridades de grandeza econômica e social da nossa Pátria” no sentido de proporcionar uma educação que não se ativesse apenas à transmissão de conhecimentos, mas sim a uma unificação da inteligência da nação.¹⁰⁴

A questão de falta de escolas e de condições de atendimento às crianças é algo que aparece com muita frequência nos relatórios tanto dos prefeitos departamentais quanto nos dos diretores do Departamento de Educação e Cultura. José Cunha Vasconcelos, em seu relatório, destaca que a quantidade de escolas existentes no Território do Acre no ano de 1923 não era suficiente para atender uma população de 93.037 habitantes. Isto também pode ser comprovado mediante o relatório de José Lopes de Aguiar, diretor de Instrução Pública que apresenta a seguinte situação, conforme o quadro demonstrativo da quantidade de escolas existente no Território do Acre – 1923, a seguir:

QUADRO 1 - QUANTITATIVO DE ESCOLAS EXISTENTES NO ANO DE 1923

Localidades	Número de Escolas existentes
Rio Branco	8
Purus	14
Juruá	21
Xapuri	12
Tarauacá	16
Total de escolas	71

FONTE: Relatório de José Lopes de Aguiar, diretor da Instrução Pública no ano de 1923

No ano de 1932, o jornal O Acre traz informações acerca da quantidade de escolas existentes no já Território Federal. A reportagem faz um comparativo com o relatório de José Lopes de Aguiar e afirma que houve um aumento significativo no número de escolas. Segundo a reportagem, no ano de 1932 a situação era a seguinte:

¹⁰³ As edições do jornal O Acre da década de 1930 trazem anúncios em letras garrafais com teor de convite para que a população acreana se envolvesse nas questões educacionais do Território, geralmente expostos no fim da página 3 ou 4 dos jornais. Na década de 1940, as campanhas ganham ainda mais espaço e as frases de incentivos passam a ser escritas em negrito, não havendo página certa para sua exposição.

¹⁰⁴ Cf. Jornal O Acre, 18/08/1938, p. 1.

QUADRO 2 - QUANTITATIVO DE ESCOLAS EXISTENTES NO ANO DE 1932

Localidade	Esfera administrativa responsável		
	Escolas territoriais	Escolas municipais	Escolas particulares
Rio Branco	4	7	4
Purus	7	9	4
Xapuri	6	10	2
Juruá	7	8	-
Tarauacá	4	19	-
Total de escolas	28	53	10

FONTE: O Acre, 21/02/1932, p. 1

Num comparativo com a tabela do ano de 1923 e considerando apenas as escolas mantidas por entidades governamentais, observa-se um aumento significativo de unidades, mas relatórios elaborados por inspetores e diretores apresentam que este crescente aumento não acompanhou a questão da qualidade destes espaços e nem tão pouco dos materiais pedagógicos¹⁰⁵. A isso, o representante do Acre na IV Conferência Nacional de Educação chamou de “incúria da União” para com o Território.

O crescente aumento da quantidade de escolas desassociado da ideia de qualidade é algo possível de ser visto também no ano de 1948. De acordo com Faria Filho e Vidal (2000), os debates em torno das estruturas dos espaços e tempos escolares datam da segunda metade do século XVIII.

Embora o debate em torno dessa questão fosse algo considerado de preocupação nacional, foi somente no século XIX que ela se tornou realidade. De modo mais específico, em se tratando da realidade do Território do Acre, somente em meados do século XX teremos instalações escolares adequadas ao ensino, pois até então as instalações existentes estavam aquém do almejado.

A fotografia abaixo retrata uma escola rural construída no ano de 1948. Nela é possível verificar que há palhas cobrindo o telhado da escola e ao fundo a casa da professora no mesmo estilo de construção.

¹⁰⁵ Ao falar de materiais pedagógicos, refiro-me a carteiras, livros, giz, livros e demais objetos que compõem o universo escolar e auxiliam o trabalho docente.

FOTOGRAFIA 6 - FOTOGRAFIA DA ESCOLA RURAL ALBERTO LEÃO MARTINS LOCALIZADA NA FRONTEIRA BRASIL, PERU E BOLÍVIA. 1948.



FONTE: Acervo fotográfico do Museu da Borracha.

Ginelli (2008) aponta que no Território do Acre havia carência de “prédios que atendessem pelo menos aos requisitos básicos de limpeza, arejamento e espaço”.¹⁰⁶

FOTOGRAFIA 7 – ESCOLA RURAL PIMENTEL GOMES, DA COLÔNIA SÃO FRANCISCO, 1946



FONTE: CDHI/UFAC

¹⁰⁶ Cf. GINELLI, Giovanna. **História da Educação do Acre**. Rio Branco – Ac: SEE, 2008, vol. 2.

A busca pelo aumento de vagas nas escolas, bem como pelo aumento de espaços para funcionamento de escolas atreladas à questão da qualidade da educação, do tempo e espaço ofertado, foi, e ainda é um caminhar descompassado. No Território do Acre, essa tentativa de oferecer uma educação de qualidade contou com uma vasta campanha com as famílias acreanas. Tem-se o primeiro prédio construído em alvenaria para funcionamento escolar apenas no ano de 1946.

FOTOGRAFIA 8- PRIMEIRA ESCOLA EM ALVENARIA CONSTRUÍDA NO TERRITÓRIO DO ACRE, 1946



FONTE: Acervo pessoal Major Guiomard dos Santos/ CDIH/UFAC

Nesse momento, houve uma busca incessante pelo apoio da sociedade acreana no sentido de que o projeto de ofertar instrução pública às crianças, de jovens e adultos ganhasse fôlego e credibilidade. Neste sentido, a partir de meados da década de 1920, no Território do Acre, as pessoas responsáveis pelos assuntos educacionais passam a fazer da escola um lugar de uma “educação para a vida completa”, uma “escola produzida socialmente como um lugar apropriado para educar a infância, desde seus corpos”¹⁰⁷.

Se a proposta governamental era a oferta de instrução pública e “gratuita” a toda população infantil, a entrave está justamente na permanência destas na escola.

¹⁰⁷ Cf. VAGO, Tarcísio Mauro. Reformas do corpo na escola. In: FARIA FILHO, L.M.de; NASCIMENTO, Cecília V.; SANTOS, Marileide Lopes (orgs). **Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

Logo, não bastava apenas matriculá-las, mas também garantir a permanência das mesmas em condições necessárias à aprendizagem.

Para isso, várias iniciativas foram levadas a efeito para que a escola ganhasse a credibilidade que necessitava para se instaurar como local adequado aos mais jovens. Dentre as diferentes iniciativas governamentais que contaram com o apoio da sociedade, podem-se citar a Caixa Escolar, a Sociedade Pestalozzi, os Círculos de Pais e Mestres e o Clube de Saúde, entre outros. Em comum, todas essas iniciativas comungavam da ideia de ofertar educação à criança pobre.

A educação da criança pobre desponta com maior atenção na primeira metade do século XIX. Maria Cristina Soares de Gouvêa e Mônica Yumi Jinzenji, no artigo intitulado *Escolarizar para moralizar: discursos sobre la educacion del nino pobre (1820-1850)*, destacam que as preocupações com a educação das crianças pobres consistiam num projeto circunscrito ao saber ler, escrever e contar e, ainda, na formação de um adulto civilizado dentro dos padrões sociais da moral e dos bons costumes.

Cordeiro (2015), em sua tese, apresenta uma pesquisa voltada para os Congressos Americanos Del Niño nas primeiras décadas do século XX e, segundo suas pesquisas, havia discursos higienistas que viam a criança pobre como “uma ameaça à segurança da gente de bem e uma sombra sobre as expectativas de grandeza da Nação.”¹⁰⁸

Segundo o relatório do ano de 1925, escrito por Océlio de Medeiros, publicado no jornal O Acre e apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, as iniciativas de auxiliar a educação das crianças pobres datam do ano de 1923. Este relatório aponta que tais iniciativas tinham como objetivo principal oferecer a oportunidade para que crianças pobres pudessem frequentar a escola primária. E com isso, “às crianças reconhecidamente pobres seriam dados livros, uniforme e material indispensável ao ensino” (JORNAL O ACRE, 1930, p. 4).

Embora tenham ocorrido inúmeras iniciativas de oferta de educação às crianças pobres, somente no ano de 1946 a questão do trabalho infantil passou a ser pensada como algo que precisa ser eliminado da vida da criança acreana. Nesse período, a questão da obrigatoriedade da educação escolar passou a se fazer

¹⁰⁸ Cf. CORDEIRO, Andréa Bezerra. **Luz e caminho aos pequenos**: primeiros congressos americanos da criança americana e a pan-americanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922), Curitiba, 2015. Tese. p.379.

presente com maior ênfase no cotidiano social acreano, e a sua ausência punida com maior rigor.¹⁰⁹

Numa sociedade em que o trabalho das crianças contribuía para o orçamento familiar, não foi tarefa fácil para o governo territorial, convencer os pais sobre a importância de enviar os filhos à escola. Afinal de contas, enviar um filho à escola, além de simbolizar um desfalque no orçamento familiar, imprimia ainda um gasto a mais à família com a educação da criança.

No sentido de buscar alternativas para custear a educação das crianças pobres, muitas iniciativas se despontaram, como a doação de dinheiro e bolsas de estudo pelo governador territorial do ano de 1946¹¹⁰. No Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre – CDIH/UFAC- foram encontradas cartas datadas da década de 1940, de alguns acreanos solicitando apoio do governo territorial para conseguir emprego aos filhos e/ou a liberação da multa a ser paga caso a criança não estivesse matriculada em alguma escola do Território. Na maioria delas, as expressões *padrinho* e *madrinha* surgem comumente.

Meu prezado Padrinho, com imenso carinho escrevo essas mal traçadas letras para lhe pedir uma bolsa de estudo para mim estudar. [...].¹¹¹
Madrinha Lígia, estou enviando essa fotografia para a senhora ver como estou estudando depois que a senhora conseguiu a vaga para mim no Escola Getúlio Vargas. Tenho tirado boas notas. Papai e mamãe estão felizes comigo e agradecem a bolsa de estudo que conseguiu para mim. [...].¹¹²

¹⁰⁹ A questão da obrigatoriedade escolar será algo melhor discutido nas próximas páginas.

¹¹⁰ Segundo as leituras das cartas pessoais do Major Guiomard dos Santos, governador territorial de 1946 a 1950, ele fazia doações em dinheiro para algumas famílias para que pudessem custear os estudos dos filhos. Em muitas cartas é possível perceber que as doações eram dadas em espécie, e não havia uma quantidade específica de doação. Pela data das cartas, esse hábito perdurou de 1947 a 1982.

¹¹¹ A carta está escrita em uma folha com pauta similar às utilizadas em caderno escolar. No final da carta, a pessoa que escreve não assina com o próprio nome e apenas finaliza dizendo ser filho da viúva Maria Domingas de Carvalho. A data da carta não está bem legível, mas está arquivada no Museu da Borracha nas cartas recebidas do ano de 1948. O autor da carta utiliza o nome da mãe e recorre à amizade do governador para pedir bolsa de estudo. No ano de 1959, essa mesma pessoa escreve novamente outra carta solicitando ajuda de custo para tirar carteira de motorista e comprar fardamento de motorista. Curioso nesta missiva é que ele descreve que abandonou a escola e, por isso, precisa de ajuda para conseguir um emprego. Da mesma forma que escreveu a primeira carta, este não assina o próprio nome e utiliza o nome da mãe.

¹¹² Esta carta acompanha uma fotografia que será tratada logo mais adiante. Está assinada por Lidia Maria e tem um teor de agradecimento por Lidia Hammes, esposa do governador Territorial Major Guiomard dos Santos, por ela ter conseguido bolsa de estudo.

Outro elemento bastante corriqueiro nas cartas recebidas pelo governo territorial de 1946 é o pedido de ajuda de custo para a educação dos filhos. A maioria dos pedidos tem relação com pedidos de empregos e/ou dinheiro para custear a educação dos filhos. Em outras cartas, há mensagens de agradecimentos pela ajuda recebida e agradecimentos com fotografias de crianças em situação escolar. Não foi possível localizar outras cartas com esse mesmo teor em governos anteriores e posteriores ao de 1946.

IMAGEM 8 - CARTA ENVIADA A MAJOR GUIOMARD DOS SANTOS SOLICITANDO EMPREGO DE PROFESSOR (1959)

Cruzzeiro do Sul, 7 de outubro de 1959

Exmo. Gal. Guiomard dos Santos

Com tal fim, vejo que tem feito tanto por esta obra, este torrão brasileiro tão distante desta capital.

Logo e todo mundo sabe que, foi a ózia que mais trabalhou por nós.

Pego que me faça o favor de arranjar uma vaga de Professor para mim.

Tenho todo o prazer, de dedicar-me toda minha vida por esta obra.

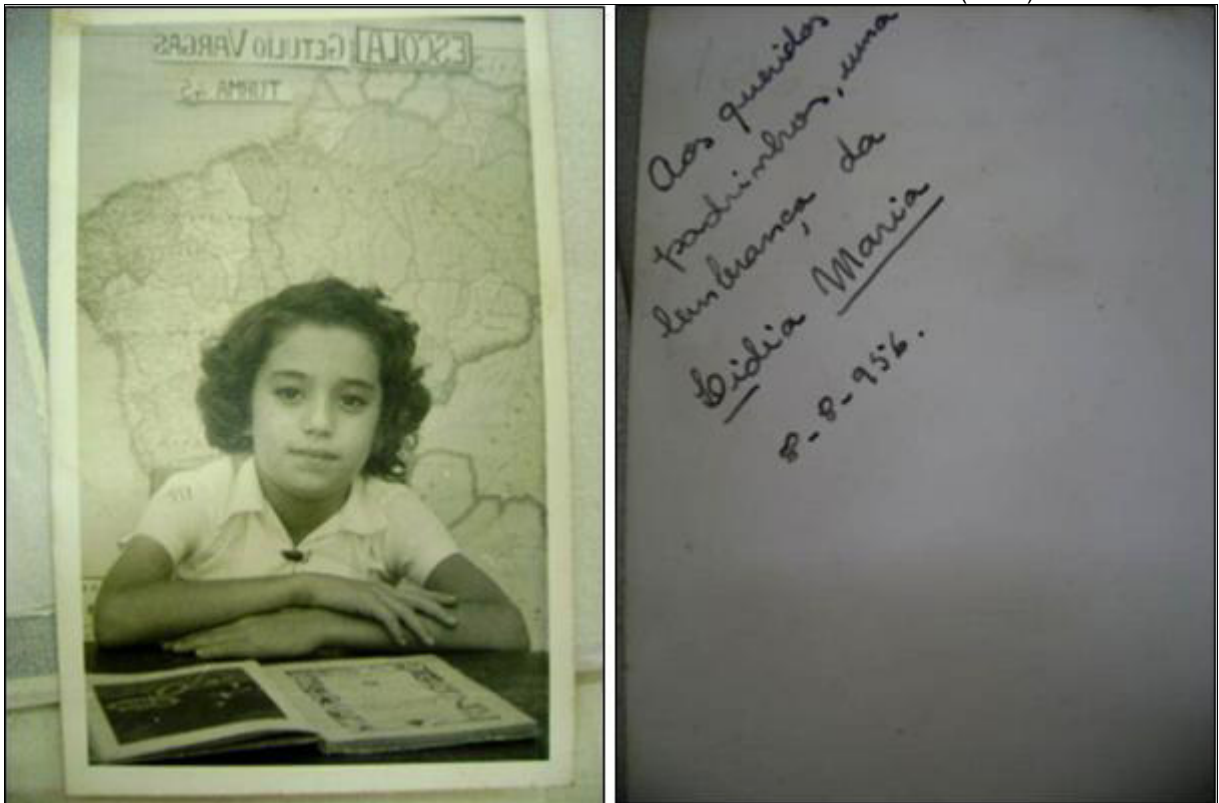
Comente a ózia pode fazer-me tal benefício aqui tem tantas professoras contratadas que tem apenas o 4º ano primário, eu fiz o normal. Por isso não acho competência e a ózia é só quem pode fazer meus pedidos.

Aguardo resposta urgente e envio minhas cordiais saudações, interessando-me

Francisco Evangelista Leite

FONTE: Acervo pessoal Major Guiomard dos Santos/CDIH/UFAC

FOTOGRAFIA 9 - FOTOGRAFIA DE UMA ALUNA DA ESCOLA GETÚLIO VARGAS ENVIADA A MAJOR GUIOMARD DOS SANTOS E ESPOSA LÍDIA HAMMES (1956)



FONTE: CDIH/UFAC – Caixa Box 23.

Além dessa iniciativa de caráter isolado, no Acre Território, foram tomadas medidas governamentais, com a intenção de garantir a permanência da criança na escola, principalmente às crianças pobres. Dentre as diversas iniciativas em prol de uma educação pública e gratuita, destacam-se apenas aquelas voltadas para a educação das crianças pobres, cujo intuito era tirá-las do serviço braçal familiar e inseri-las no mundo escolar. Umas com apoio governamental, outras com apoio da sociedade civil.

A justificativa pela seleção destas iniciativas pauta-se na farta documentação arquivada no CDIH/UFAC, bem como na facilidade de encontrar notícias em jornais da época do Acre Território e, ainda, do acesso aos relatórios dos governantes territoriais, diretores do Departamento de Educação e Cultura e dos governos departamentais.

Numa região em que condições sanitárias e de higiene eram insalubres, e o custo de vida era alto, dado o isolamento geográfico do restante do país, a ideia de associar higiene à educação no contexto escolar pode ser claramente observada no primeiro ano do Acre Território.

Heloísa Helena Pimenta Rocha, em seu artigo denominado *Escolarização, higiene e modernidade*¹¹³, analisa alguns aspectos relacionados às práticas de higienização e a universalização e modernização do ensino primário paulista no fim do século XIX e primeiras décadas do século XX. Segundo a autora,

Os intentos de produção de homens saudáveis colocavam em cena todo um arsenal de dispositivos voltados não apenas para a conservação da saúde, mas, sobretudo, para identificação, correção e prevenção das imperfeições. Para tanto, era mister substituir a autoridade familiar, mas também a do professor, pela autoridade da ciência, introduzindo, no cotidiano das práticas escolares, a figura do médico vigilante, munido de modernos recursos, capazes de evidenciar as características individuais com base nas quais se deveriam agrupar o coletivo de alunos, de modo a responder às necessidades de homogeneização em que se assentava a escola graduada (ROCHA, 2004, p. 6).

No Território do Acre, a preocupação com a questão da higiene teve início no ano de 1921. Conforme dados do relatório da Diretoria de Higiene e Saúde Pública, do ano de 1921, houve, na capital, uma iniciativa de prestar assistência médico-odontológica às crianças matriculadas nas escolas primárias. Além de palestras sobre higiene pessoal, a Diretoria organizava visitas médicas periódicas às escolas territoriais e prefeiturais.

Em 1921, foi iniciada nessa capital, no então grupo escolar 24 de janeiro, a inspeção médica dos alunos, assistidos aqueles que necessitavam um tratamento imediato, realizando-se durante as visitas semanais, perante todos os alunos, ligeiras palestras sobre higiene pessoal, em linguagem simples ao alcance das tenras inteligências [sic] (RELATÓRIO DA DIRETORIA DE HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA. S. A., 1923, p. 16).

Para além do atendimento a todos os alunos, independente da condição financeira, a Diretoria também submetia os professores recém-contratados à exames de admissão ao cargo docente. Os resultados dos exames eram publicados no jornal *O Acre*¹¹⁴.

¹¹³ROCHA, H.H.P. *Escolarização, higienização e Modernidade*. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/492.pdf>.

¹¹⁴Notoriamente, nas páginas do jornal *O Acre*, é possível deparar-se com todo tipo de gênero textual. E, comumente, os ofícios, balancetes, telegramas, dentre outros, estão expostos na íntegra nas páginas do jornal. Esse fenômeno fica mais evidente a partir da década de 1930, da mesma forma que a publicação de fotografias de obras governamentais e personalidades políticas.

Do secretário da Prefeitura do Município de Xapuri, respondendo pelo expediente do Prefeito, comunicando que após exame médico, foram consideradas aptas para exercer o magistério no corrente anno lectivo três professoras territoriais e sete municipais, sendo elas as senhoras... (JORNAL O ACRE, 1931, p. 3).

Igualmente, sempre que uma professora adoecia, o Inspetor Escolar encaminhava ofícios solicitando avaliação médica na escola ou, em alguns casos, a professora era encaminhada à capital para submeter-se à inspeção médica.¹¹⁵ No dia 12 de abril de 1931, o jornal publica, em sua página 3, um ofício com solicitações por parte do Inspetor Escolar de Xapuri, com providências no sentido de oferecer inspeção médica a uma professora que se encontrava enferma. Entretanto, embora haja publicações desse tipo, não foi possível localizar a contrapartida desse pedido e de tantos outros publicados.

Com base nos relatórios dos inspetores escolares, da Diretoria de Higiene e Saúde Pública e informações publicadas no jornal O Acre, é possível apontar que essa iniciativa higienista perdurou por uma década. Nos jornais da década de 1930 é possível encontrar relatórios publicados que dão conta de narrar a precariedade com a qual a Diretoria vinha mantendo o oferecimento da assistência médico-odontológica.¹¹⁶ Após o segundo semestre de 1931, as informações sobre a atuação da Diretoria de Higiene e Saúde Pública vão ficando cada vez mais escassas até não mais haver publicações acerca de sua atuação e nem tampouco notícias relativas à sua extinção.

¹¹⁵ Este controle e fiscalização na saúde do professorado acreano serão abordados com maior detalhe no Capítulo 3 desta tese.

¹¹⁶ Cf. O Acre, 1931, p.3.

FOTOGRAFIA 10 - GABINETE DENTÁRIO DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE EURICO GASPAR DUTRA. 1948



FONTE: Acervo do Memorial dos Autonomistas. Rio Branco – Acre.

FOTOGRAFIA 11 - GABINETE DENTÁRIO DO GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE EURICO GASPAR DUTRA. DATA: 1948



FONTE: Acervo do Memorial dos Autonomistas.

Em substituição à assistência médico-odontológica observa-se a criação de Clubes de Saúde nas escolas, com a intenção de incentivar os alunos a se preocuparem mais com hábitos de higiene dentro e fora da escola. Via-se nesta ação, a condição ideal para transpor as informações recebidas na escola para o ambiente familiar, antevendo-se a possibilidade de contribuir para desenvolver hábitos de higiene e métodos de prevenção de doenças através da observância das normas higiênicas.¹¹⁷ Mesmo depois de 13 anos após a unificação territorial do Acre, ainda há documentos que demonstram a precária situação do Território na época.

O Acre não possui instrução, não tem higiene pública e nem meios de comunicação; não conhece os benefícios da cultura agrícola moderna; vive uma existência vegetativa, sofrendo a falta de impressionante crise econômica, causada pela queda da borracha [sic] Atribuindo os males apontados à falência da organização administrativa que até então vigorava. Lembrava o Ministro que no quadriênio 1910-1914, a dotação orçamentária para cada um dos Departamentos do Território se elevará para 600.000\$000, sem que daí surgisse o menor proveito para o Acre. A centralização promovida pela reforma de 1920 resultou, sem dúvida, em benefício para os serviços territoriais e, entre estes, sobretudo para os referentes à instrução pública (Relatório de João Donato de Oliveira, intendente de Rio Branco, publicado no jornal O Acre em 03/12/1933, p. 3).

Uma das primeiras iniciativas voltadas à questão do acesso e permanência da criança pobre na escola foi a criação da Caixa Escolar. Segundo relatório¹¹⁸ de José Thomaz Cunha de Vasconcelos, a iniciativa da criação da Caixa Escolar data dos tempos em que o Acre ainda não era um Território Federal. Segundo o jornal O Acre de 25 de junho de 1931, o patrimônio adquirido pela Caixa Escolar era oriundo das contribuições de sócios, de particulares, de festas beneficentes e doações do Poder Público.

Na época que compreende os anos de 1906 a 1920¹¹⁹, segundo José Thomaz Cunha de Vasconcelos, existia a instituição da Caixa Escolar, através da qual a população acreana cooperava com a educação das crianças mais necessitadas. Entretanto, será somente em 1923, com o Regulamento da Instrução

¹¹⁷ Cf. Relatório elaborado por Maria Angélica de Castro e apresentado ao governador territorial Major Guiomard dos Santos, datado do ano de 1947. Arquivado no CDIH/UFAC.

¹¹⁸ Relatório do ano de 1923 apresentado ao sr. João Luiz Alves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e elaborado por José Thomaz Cunha de Vasconcelos, diretor da Instrução Pública acreana. Tal relatório encontra-se arquivado no CDIH/UFAC. Caixa box 15.

¹¹⁹ 1906 a 1920 corresponde ao período em que o Acre não era Território Federal. Não foi possível localizar com precisão a data na qual as Caixas Escolares começaram a funcionar, pois os documentos analisados no decorrer desta pesquisa trazem datas de 1915 e 1917 como prováveis datas de início desta ação.

Pública, que essa iniciativa passa a ser normatizada como algo que deveria acontecer em todas as escolas públicas da região. Vale salientar que, embora tenha ganhado um caráter mais normativo, a Caixa Escolar não foi incorporada à maioria das escolas públicas, principalmente as localizadas no interior da região.

Terminado este modesto relatório, manda a justiça que eu não deixe passar despercebida a iniciativa louvável e benemérita da Caixa Escolar de Senna Madureira, presidida pelo sr. Antonio Cesário de Faria Alvim Filho, Juiz municipal daquela cidade e actualmente em exercício na vara de direito. Devido à acção prompta e inteligente desse magistrado, já promovendo espetáculos beneficentes, já adquiridos donativos e sobre escripções mensais, em beneficio da Caixa Escolar, conseguiu fornecer roupa a 181 crianças pobres, permitindo-lhes entradas nas diversas escolas da cidade [sic] (RELATÓRIO DE FRANCISCO APRÍGIO RIQUET NOGUEIRA, INTENDENTE MUNICIPAL DE XAPURI, ENVIADO À DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MAIO DE 1917).

Ainda não está sendo integralmente executado o Art. 218 do regulamento da Instrução Pública, por isso nem todos os nossos estabelecimentos de ensino há uma caixa escolar, instituição, aliás, de alta benemerência pelo fim de collima – animar e facilitar a frequência nas escolas, recompensar os alumnos reconhecidamente pobres [sic] (RELATÓRIO DE JOSÉ THOMAZ CUNHA DE VASCONCELOS, 1923).

No relatório de José Lopes de Aguiar, datado do ano de 1925, a Caixa Escolar é vista como um benefício que “se destina a animar e facilitar a frequência escolar; recompensar os alumnos assíduos e estudiosos; fornecer livros e expedientes aos alumnos reconhecidamente pobres”¹²⁰ [sic]. O relatório de 1926¹²¹ mostra que as verbas eram destinadas para a aquisição de livros didáticos e o material escolar era distribuído somente àqueles com situação financeira familiar considerada baixa.

Aos alumnos do Grupo 7 de setembro, desta capital, foram distribuídos livros e material escolar na importância de 950\$900. A receita, proveniente de livros e material escolar e das remessas feitas pela Diretoria Geral, atingiu a 1.065\$900 (RELATÓRIO DE 1926, SD).

No jornal O Acre de 1930 é possível encontrar uma notícia que remete à Caixa Escolar como algo que deveria estar presente em cada escola municipal e territorial para auxiliar as crianças reconhecidamente pobres na aquisição de uniforme, livros e materiais de ensino (Cf.p.4). Embora a Caixa Escolar tenha data

¹²⁰ Cf. O Acre, 14/06/1925. O artigo do sr. José Lopes de Aguiar pede ingresso para as crianças pobres para que as mesmas possam ir ao cinema Edên assistir a um filme e aponta que a finalidade da Caixa Escolar não permite a compra de ingresso.

¹²¹ O Relatório de 1926 foi escrito por Eugênio Raulino, diretor da Instrução Pública.

provável de criação na década de 1910, conforme dito anteriormente, será no ano de 1931 que a mesma terá um Estatuto¹²². Encontramos, nos jornais publicados na década de 1930, vários testemunhos da eficiência da Caixa Escolar na educação das crianças pobres do Acre. Em muitos deles há evidências de notícias de festas infantis e teatros beneficentes em prol da Caixa Escolar.¹²³

Entretanto, embora gratuita, no Território do Acre, as contribuições com a Caixa Escolar, permanecem inalteradas. O jornal O Acre do dia 03 de novembro de 1939 traz em sua primeira página a seguinte informação:

O **ensino primário** é obrigatório e **gratuito**. A gratuidade, porém, não exclui o dever da solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será **exigido** aos que não alegarem ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos uma **contribuição módica e mensal para a Caixa Escolar** [sic] (p. 1) (grifos nossos).

Nota-se, portanto, uma contradição gritante. Como poderia a escola exigir/cobrar taxas mensais aos alunos com melhores condições financeiras, sendo esta declarada gratuita? Como cobrar mensalidades mensais, por uma educação gratuita tal qual cobra uma instituição privada?

Não foi possível localizar nenhuma informação precisa que demonstrasse a reação da população quanto a essa disparidade. Nem, tampouco, elementos que pudessem responder se houve ou não protesto por parte dos pais que eram obrigados a pagar tais contribuições mensais. Entretanto, por suposição, se antes o patrimônio da Caixa Escolar não contava com contribuições mensais dos pais com condições mais abastadas, passar a exigir tal contribuição num contexto no qual a educação é declarada como universal e gratuita, pode ter gerado desconforto e movimentos de negação.

A única notícia que mais se aproxima dessa suposição foi publicada no jornal O Juruá, no ano de 1957, pelo Pe. Cristóvão Arnold, afirmando que as crianças estavam crescendo com o pensamento de que o governo deveria dar tudo a elas e os pais faziam doações minguadas por corroborarem com a mesma concepção. Seu

¹²² O Estatuto da Caixa Escolar foi publicado em 15 de março no jornal O Acre no ano de 1931 e pode ser lido na íntegra na página 06, coluna 1, na seção Expediente da Diretoria da Instrução Pública.

¹²³ Construiu-se, nesta tese, um subtítulo denominado FESTIVIDADE ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR MODERNA, exclusivamente para falar como as festividades escolares eram postas na sociedade como estratégias de convencimento de que a escola era o local mais apropriado para guardar a infância dos males sociais.

discurso vinha em prol da reinstalação da Caixa Escolar nas escolas primárias do Território do Acre.

O resultado disso é que nossas crianças formam-se egoisticamente, pensando que o governo tem obrigação de lhe dar tudo, e seus pais, numa ignorância crassa, quanto as dotações, sempre minguadas, não nos permite dar-lhes tudo de graça [...] (JORNAL O JURUÁ, 1957, p. .1).¹²⁴

A Caixa Escolar foi substituída pela Sociedade Pestalozzi no ano de 1946. Iniciativa similar à Caixa Escolar, mas com diferencial de oferecer, além do fardamento, material escolar e livro didático, a merenda escolar a todas as crianças que frequentavam as escolas primárias¹²⁵.

Segundo relatório de Maria Angélica de Castro, diretora do Departamento de Educação e Cultura, a Sociedade Pestalozzi do Acre seguiu os mesmos moldes da Sociedade Pestalozzi do Brasil, com sede no Rio de Janeiro¹²⁶. Tomando por base a leitura dos jornais, é possível apontar que funcionou no Território do Acre de 1946 a 1958, aproximadamente¹²⁷. Assim como a Caixa Escolar, a criação da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre visou à manutenção da criança pobre na escola primária, com a oferta de fardamento, material escolar, calçados, despesas com festividades¹²⁸. Esses elementos estão presentes em todos os balancetes da instituição publicados no jornal O Acre no período de 1947 a 1958.

Após a data de 1958, não foi mais possível localizar informações nos jornais e documentos governamentais selecionados para esta escrita acerca do

¹²⁴ Embora o jornal seja de uma data mais próxima que os demais jornais analisados nesta tese, sua conservação está comprometida por recortes realizados em seu corpo e marcas de água por todas as partes, isso comprometeu verificar a exatidão do dia e mês de publicação.

¹²⁵ Somente a merenda era ofertada a todas as crianças. O fardamento, material escolar e livro didático continuavam a ser oferecidos gratuitamente somente às crianças pobres. Na maioria das vezes, a merenda resumia-se à banana e pão. Nos dias de festas, tais como Natal e Dia das Crianças, a Sociedade Pestalozzi distribuía doces e biscoitos a todas as crianças que frequentavam a escola primária (Cf. Relatório de 1947 elaborado por Maria Angélica de Castro, Diretora do Departamento de Educação e Cultura, e apresentado ao governador Territorial Major Guimard dos Santos. CDIH/UFAC. Caixa Box 16).

¹²⁶ Maria Angélica de Castro, antes de ser convidada pelo governador territorial Major Guimard dos Santos, para assumir a direção do Departamento de Educação e Cultura no Acre, foi auxiliar de Hellena Antipoff, fundadora da primeira Sociedade Pestalozzi no Brasil com sede em Minas Gerais.

¹²⁷ A partir de meados de 1958, o jornal O Acre noticia o retorno da Caixa Escolar em todas as escolas com propósito de educar a criança pobre e com cobrança de Cr\$2,00 (dois cruzeiros) a cada aluno que tivesse condições de pagar.

¹²⁸ No balancete de 1949, publicado no jornal O Acre, no dia 31 de dezembro de 1949, é possível identificar quais festividades a Sociedade Pestalozzi financiava. Têm-se, no corpo do balancete, despesas com “Natal dos Pobres” e “Semana da Criança” (Cf. p. 9), sendo que esta última era comemorada de maneira diferenciada, ou seja, havia a Semana da Criança Pobre e a Semana da Criança.

funcionamento da Sociedade Pestalozzi no Território do Acre. Entretanto, há indícios de que a Sociedade Pestalozzi perdurou até 1958, aproximadamente, considerando um relatório do Diretor Miguel Ferrante, datado de 1952, que traz informações de que, no respectivo ano, a Merenda Escolar já não era ofertada pela Sociedade Pestalozzi, mas pelas próprias crianças que tinham condições de pagar pela alimentação. O relatório ilustra, ainda, que as crianças pobres, que não tinham condições financeiras para pagar mensalmente para receber merenda na escola, ficavam fora na hora da distribuição. Ou seja, ficavam proibidas de comer da merenda escolar no horário do recreio.

Constatamos com pesar, ao assumir a direção deste Estabelecimento, que não tomavam parte na distribuição da merenda as crianças menos favorecidas pela sorte, impossibilitadas de pagar, em retribuição, uma importância qualquer, segundo o critério até aquele momento adotado. Inconformado com tal estado de coisa, vexatório e até certo ponto desumano, tomou as necessárias providências para saná-lo, embora os encargos aumentassem como de fato aumentaram, de modo considerável. Desde então, com auxílio efetivo e decidido apoio de V.Exa. e de pessoas generosas desta terra, bem apercebida da aflitiva situação em que vive a maior parte de nossos escolares pobres, essa merenda vem sendo distribuída, indistintamente, a todas as crianças, possam ou não pagar (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO DEC DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 1952. ELABORADO POR JERONYMO MIGUEL FERRANTE E APRESENTADO A JOÃO KUBISTCHEK DE FIGUEIREDO, D.D. GOVERNADOR DO TERRITÓRIO DO ACRE).

Sem o escopo de fazer juízo de valor e, ao mesmo tempo, considerando impossível não fazê-lo, a não distribuição da merenda escolar às crianças que não tinham condições de pagar por ela era desumano demais. Não foi possível localizar nenhum documento com esclarecimentos sobre o responsável por essa “brilhante” ideia de negar alimento às crianças e, nem tampouco, identificar se todas as escolas incorporaram esse hábito.

Para além desse relatório, não foi possível localizar nenhum outro que apresentasse as dificuldades das crianças pobres no tocante ao recebimento de merenda escolar, mas isto pode ser tomado como um indício que justifique os altos índices de evasão escolar na década de 1950. Somente no relatório do Pe. Cristovão Arnoud, datado de 1958, é possível identificar um movimento de retomada da Caixa Escolar nas escolas acreanas, com o diferencial de que, nesse novo formato, os alunos passariam a colaborar com doações mensais.

Além dessas iniciativas voltadas para a educação da criança pobre do Território do Acre, foram localizados documentos que tratavam da criação de Círculos de Pais e Mestres. Afinal de contas, mesmo com a criação da Caixa Escolar e a instalação da Sociedade Pestalozzi, o apoio dos pais era de fundamental importância para a permanência da criança na escola, além de potenciais colaboradores nas atividades desenvolvidas no âmbito escolar, tal qual ainda acontece atualmente.

A primeira notícia que se tem acerca da criação do Círculo de Pais e Mestres nas escolas data da década de 1930, precisamente do dia 26 de abril de 1931. Nessa data, o jornal O Acre publicou o regulamento tornando obrigatória a criação de Círculos de Pais e Mestres em todas as escolas do território acreano. O regulamento enfatiza que a função primordial dessa iniciativa deveria contribuir para estreitar relações entre os pais e professores em prol de uma educação de qualidade. Tanto a Caixa Escolar quanto a Sociedade Pestalozzi contarão com o apoio desse Círculo para melhor realização de suas ações em prol da criança pobre.

129

3.2 “SENHORES PAIS: DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DEPENDEM OS RESULTADOS DOS ESTUDOS DE SEUS FILHOS. ANTES DE SAÍREM PARA O TRABALHO, MANDEM SEUS FILHOS À ESCOLA E ESTARÃO CUMPRINDO UM SAGRADO DEVER”¹³⁰

No decorrer da pesquisa, vários foram os elementos que direcionaram tendencialmente para a ideia de que os pais enviaram seus filhos às escolas públicas acreanas em virtude da quantidade de campanhas e políticas de assistência à infância escolar. A cada documento analisado, observa-se que essa assertiva da aceitação integral tanto dos pais quanto das crianças, da ideia de instrução pública, ficava mais evidente. Compreende-se, no entanto, que os documentos não consistem de apenas narrativas neutras, mas sim de documentos que têm um sentido, uma função estratégica, tal como aponta Certeau (1994).

¹²⁹ Cf. O Acre, 1931, p.4; 1950, p. 6.

¹³⁰ Esse subtítulo é título de uma campanha publicada no jornal O Acre no dia 10 de setembro de 1949.

A operação seguinte foi a de buscar fragmentos que revelassem a postura da família e das crianças frente à demanda da obrigatoriedade escolar, na tentativa de compreender “as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteraram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre ‘detalhes’ do cotidiano”. (p. 41).

Todos os pais aceitavam enviar os filhos à escola, perdendo com isso uma mão de obra que colaborava no sustento familiar? Todas as crianças aceitaram as normas escolares sem questionamentos típicos da idade? E a escola? Como ela reagia às travessuras das crianças mais peraltas? Por mais que se olhassem minuciosamente as fontes selecionadas, não foi possível identificar nada que pudesse dar respostas a tais questionamentos. Entretanto, algumas notícias sobre a frequência escolar serviram de norte para que pudesse localizar indícios dessa relação escola e família.

Frequência escolar

À primeira vista, nos parece que os maiores prejuízos ocasionados pela frequência irregular da criança à escola são resultantes da perda das explicações dos professores e, por conseguinte do pouco aprender. Todavia, as desvantagens de ordem bem mais superiores às que vimos assinalar, que destroem de modo sutil e lamentável o objetivo verdadeiro e essencial da educação que é o de fazer da criança um ser para a sociedade.

O processo de disciplinarização da criança, mediante a qual se acentuam pouco a pouco as qualidades de atenção, de observação, de obediência e assiduidade, só é possível mediante a presença constante da criança no ambiente escolar.

Surgem, nesta altura, os primeiros passos de cooperação, do auxílio mútuo e do espírito de sacrifício em benefício da coletividade, numa perfeita e belíssima afirmação de que o homem é, na verdade, um animal essencialmente gregário. E, assim, são lançados os primeiros elementos no alicerce da sociedade para a qual a escola prepara a criança [sic] (O ACRE, EDIÇÃO 866, p. 4, 04/04/1948).

No início desta pesquisa, vários elementos davam conta de demonstrar o quanto a educação formal pensada para a produção de uma infância mais contida dentro da moral e dos bons costumes havia sido desejada e aguardada pela população acreana. E, ainda, o quanto a reforma da instrução pública primária poderia forjar na criança de hoje o sujeito produtivo do amanhã.

Os discursos proferidos acerca da infância eram voltados sempre para a ideia de uma emergência em zelar por sua instrução e saúde. Algo que somente por meio da escola seria alcançado. Dentre os documentos arquivados no CDIH/UFAC, Museu da Borracha, Arquivo Geral do Governo, Catedral da Igreja Católica, arquivos

pessoais de professores e ex-diretores, não foi possível localizar nenhum que pudesse apresentar uma ideia diferente da contada de forma oficial sobre a instrução pública primária acreana.

Entretanto, após conversas informais com alguns funcionários desses estabelecimentos, obtivemos informações de que em décadas passadas costumava-se publicar nos jornais as sentenças criminais, bem como as notícias sobre os crimes. Segundo relatos, a publicação dos crimes nos jornais servia como elemento de defesa ou acusação do réu. Assim, partindo do pressuposto de que o jornal era arquivado na íntegra, visitas a fóruns das cidades do interior do Estado do Acre foram realizadas no intuito de localizar as respostas que procurava.

Após visitas aos fóruns de Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia e Plácido de Castro, finalmente foram encontrados jornais arquivados em processos criminais no município de Sena Madureira. Em todos os processos criminais havia jornais dobrados e anexados como prova do crime. Igualmente, os objetos do crime, tais como facas, revólveres, pedras, dentre outros, usados para cometer o delito, também estavam arquivados junto ao processo.

De todos os 358 processos observados, somente um continha uma informação diferenciada das que comumente tratavam da instrução pública primária acreana. Tratava-se de uma notícia publicada no jornal O jornal Acre, no dia 28 de agosto de 1949, na seção Fatos Escolares¹³¹, que aponta a inexistência de parceria entre escolas e pais, fazendo menção a não aceitação às normas escolares pelas crianças matriculadas.

Aproxima-se a data de abertura das aulas nos cursos primários, secundários e normais. No Acre, esses cursos são quase todos mantidos pelo govêrno, o que vale dizer, são cursos que pesam nos cofres públicos. Mercê de Deus, muitos aproveitam desse sacrifício administrativo de maneira louvável. São frequentes às aulas, conduzem-se bem e progridem bastante. Podemos dizer até que esses constituem a maioria. Há, entretanto, um bom número daqueles que perdem inteiramente o tempo. Pouco assíduos, comportam-se mal, nada estudam, e, por isso mesmo, não podem alcançar resultados satisfatórios. Talvez o mal decorra do ambiente escolar, dos programas do próprio trabalho do professor. Nesse caso, cabe à administração territorial verificar as causas do fracasso e aplicar medidas corretivas, sobretudo, quando se trata do ensino primário, diretamente subordinado à orientação e controle do govêrno do território. Não se pode dizer, igualmente, do ensino secundário que se norteia de acordo com leis federais. A deficiência escolar pode também decorrer do aluno, estado orgânico desfavorável, desenvolvimento mental muito abaixo do normal,

¹³¹ Fatos escolares era uma seção destinada a publicações de acontecimentos escolares, bem como comunicados, relatórios, mapa de notas, dentre outros.

mas o mais deplorável é se deparar com o descaso com a própria aprendizagem. [sic] (RELATÓRIO DO DIRETOR DO DEC, PUBLICADO NO JORNAL O ACRE NO DIA 28 DE AGOSTO DE 1949).

Essa leitura permitiu localizar o primeiro indício de que a oferta de escolas públicas e gratuitas não foi como apontada por parte considerável das fontes pesquisadas, algo importante para a adesão da maioria da população acreana. Pensar numa infância acreana dissociada da ideia de “mão de obra” que colabora no sustento familiar é algo que se desenha a partir da década de 1940 no Território do Acre. Não que não houvesse iniciativa antes desta década, mas é a partir desse momento que as iniciativas governamentais passam a atuar com maior força na sociedade acreana.

Propagandas em jornais, distribuição de folhetos nas feiras, campanhas pela alfabetização de crianças, adolescentes e adultos e, ainda, palestras aos pais foram algumas das estratégias utilizadas pela iniciativa governamental para convencimento dos pais quanto à importância de enviar os filhos à escola e deixar de utilizar a mão de obra infantil nos trabalhos de sustento da casa.

O engrandecimento do Brasil e a segurança de seus destinos dependem da educação do povo. Cooperai com o poder público na Campanha de Alfabetização de Adolescentes e adultos (JORNAL O ACRE, 18/08/1947, p. 3).

Instruir e Educar

O trabalho da escola deve ser tanto de formação intelectual, como moral e social. E, dotada a sociedade de elementos que podem influir favorável ou desfavoravelmente no trabalho do professor, por exemplo, a imprensa, rádio, cinema, biblioteca, esporte, etc., os dirigentes dos serviços educacionais devem lançar mão de todos estes meios, para que o trabalho pedagógico se revista de acentuadas características educativas (JORNAL O ACRE, 05/10/1947, p. 4).

Neste contexto, a escola acreana:

[...] vai se transformando em um centro de alegria, favorável a constituição de mentalidades fortes e úteis, enquanto seu patrimônio se enriquece de instrumentos adequados à realização de um trabalho cultural mais proveitoso (JORNAL O ACRE, 05/10/1947, p. 4).

A década de 1940, mais precisamente a partir da segunda metade, foi bastante marcada pela ideia de que a criança deveria passar a maior parte de seu tempo dentro do ambiente escolar na companhia de professores e colegas. Para isso, a participação dos pais era de fundamental importância para que “a obra

grandiosa da Educação” acontecesse em todo território acreano. Para a escola, a criança era um “ser pequeno” que necessitava conviver no ambiente escolar para que se tornasse um “sujeito produtivo para a Nação” (Cf. Relatório do prof. J. C. Carvalho, 1947).¹³²

A diretriz educacional que se imprime na infância é, sem dúvida, o plano seguro de vida que se refletirá, através da nobreza e da elevação de caráter, no homem futuro (CARVALHO, 1947, p.1).

Esta frase supracitada aparece em um dos relatórios elaborados e assinado por SNES. Este relatório faz uma severa crítica à falta de participação da família na educação dos filhos, defendendo a ideia de que o bom aluno se forja através de hábitos. Segundo ele, “não há idade em que não se possa realizar essa educação pelo hábito: começa no berço e ainda vive na velhice, servindo, quantas vezes, para prolongar a vida humana” (SNES, sd.).

Entretanto, embora houvesse acontecido uma campanha intensa para que os pais enviassem os filhos à escola, em muitos relatórios identificamos que tal convencimento não foi tão eficaz como se pensou no primeiro momento da escrita desta tese. As táticas encontradas por alguns pais para se livrarem da obrigatoriedade foram as mais diversas.

Merecem destaque as questões relacionadas ao fato de não enviar o filho à escola, bem como a solicitação por meio de cartas ao governador territorial para a liberação do filho do exercício de frequentar o ambiente escolar. Para as famílias, a criança era uma mão de obra que colaborava no sustento familiar e enviá-la à escola passava a ser um desfalque no orçamento familiar.

O trabalho de toda a família é uma tradição mantida há várias gerações. “Aqui sempre foi assim”- diz o pai – “Meu pai trabalhava na roça quando eu era criança, eu trabalhei e agora minhas filhas trabalham. A ajuda delas é fundamental” (PRIORE, 2002, p. 387).

Além disso, a presença de crianças perambulando pela cidade e com comportamentos considerados à época como “delinquentes” também era algo que

¹³² No decorrer da escrita desta tese não foi possível localizar nenhum documento que pudesse apresentar com precisão quem era J.C.Carvalho, mas, por dedução, deve ter sido professor da educação primária, pois seu relatório encontrava-se arquivado com outros relatórios de professores que atuavam na educação primária. Nos decretos e portarias de contratação, bem como na lista de Professorado acreano, o nome do professor não consta. O mesmo relatório foi publicado no jornal O Acre datado do dia 14/03/1947.

preocupava os setores governamentais. Conforme aponta F. M. de Sá Ribeiro, em seu relatório sobre o amparo à infância acreana,

[...] infelizmente, o afrouxamento da autorização familiar e o liberalismo excessivo da disciplina escolar de um lado e de outro, as injunções políticas a que estão sujeitas a maioria dos responsáveis pela saúde e educação em nossa terra, têm contribuído para que mais se avolume a já enorme infância desamparada e infratora do país (RELATÓRIO DE F. M. DE SÁ RIBEIRO, PUBLICADO NO JORNAL O ACRE NO DIA 09/06/1948).

O mesmo pode ser encontrado também em algumas reportagens e relatórios publicados e arquivados no Arquivo Geral do governo do Acre.

Um dos grandes problemas para a administração do ensino é conseguir a frequência nas escolas primárias. Não compreendem os pais que o filho na idade escolar, deve ser obrigado a frequentar o estabelecimento de ensino mais próximo, talvez por serem analfabetos. Motivos os mais fúteis servem para que as crianças faltem às aulas, num flagrante desrespeito à aula, num lamentável desinteresse dos pais pelo futuro dos filhos (JORNAL O ACRE, 01/05/1949, p. 4).

A maioria dos relatórios elaborados por professores e diretores que administraram o Departamento de Educação e Cultura e artigos publicados no jornal O Acre revelam o discurso da falta de colaboração por parte dos pais no envio das crianças à escola. É notória, nos relatórios, a resistência quanto ao envio da criança à escola por parte da família.

A postura da família em relação à ideia da obrigatoriedade escolar desmonta a noção que permeia o imaginário social de que a educação pública primária acreana foi um acontecimento aceito por todos os cidadãos do Território. Ou ao menos traz a ideia de que houve resistência por parte de algumas famílias, ora por conta de precisar da “mão de obra das crianças” no sustento familiar, ora por não concordarem em enviar os filhos à escola e permitir que os mesmos ficassem perambulando pelas ruas da cidade em condições de “pequenos infratores”.

A ideia de colaboração entre família e escola pode ser vista na Seção de Cooperação de Família, da Associação Brasileira de Educação (ABE), em fins da década de 1920. Entretanto, embora o projeto de colaboração tenha sido anunciado, Magaldi (2010) afirma que este não se concretizou de forma consistente no Brasil.¹³³

¹³³ Cf. MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo. A escola e as reformas sociais: a família em questão. In: FARIA FILHO, Luciano M. de; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; SANTOS, Marileide Lopes de; **Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública**. Belo Horizonte:

Ao tempo que os relatórios também trazem notícias da resistência das famílias, também apresentam que “nas salas, poucas crianças, menos da metade dos matriculados, mas pelas estradas e à porta das casas viam-se meninos e meninas passando ociosamente as horas que deviam dedicar aos estudos” (Relatório assinado por SNES).¹³⁴

Em algumas fotografias também é possível visualizar crianças perambulando pelas ruas e, em muitas delas, sem uniforme escolar. Isso pode significar que as mesmas não frequentavam a escola ou que estavam em horário não escolar. Porém, levando em consideração as fotografias que retratam as comemorações de datas cívicas e, ainda, que tais comemorações aconteciam num só horário e para todas as escolas do Território, a presença de crianças observando os desfiles, por exemplo, pode ser vestígio de uma infância não escolar. Embora a fotografia revele elementos de representação do real, ela não o é literalmente. Nesta tese está posta como:

[...] um resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que a produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que, pelo silêncio (LE GOFF, 1992, p. 547).¹³⁵

E, ainda,

Fotografias apresentam o cenário no qual as atividades diárias, os atores sociais e o contexto sociocultural são articulados e vividos. Existem estudos sobre detalhes tangíveis representados em fotografias que permitem a elucidação de comunicações não verbais tais como um olhar, um sentimento, um sistema de atitudes, assim como mensagens de expressões corporais, faciais, movimentos e significados de relações espaciais entre pessoas e padrões de comportamento através do tempo. Imagens fotográficas retratam a história visual de uma sociedade, documentam

Mazza Edições, 2010. Nesse texto, a autora faz uma abordagem sociológica de como a presença da família na escola foi algo planejado pela ABE e expresso no Manifesto dos Pioneiros, mas que não alcançou os objetivos planejados para um projeto de colaboração mútua. Pautada em bibliografias nacionais e internacionais, a autora afirma que esse projeto não se consolidou nem no Brasil e nem em outras sociedades nas quais se objetivou alcançar essa parceria entre escola e família.

¹³⁴ Até o momento da escrita desta tese não foi possível identificar quem assinava o relatório, pois ao final apenas as letras SNES aparecem. O documento encontra-se arquivado juntamente com os demais relatórios de professores e ex-diretores do Departamento de Educação e Cultura. O formato do documento, o teor das informações nele contidas e a clareza com que aborda as questões relativas ao ensino levam a supor que se trata de um relatório elaborado por um professor ou diretor.

¹³⁵ Cf. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

situações, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais, e iconografia e suas transformações ao longo do tempo. (BITTENCOURT, 1998, p. 199).¹³⁶

Em se tratando, especificamente de fotografias escolares, Souza (2001) afirma que se “[...] constitui um gênero de fotografia muito popularizado e facilmente reconhecível”. Uma espécie de “pedaços congelados do passado em forma de imagens” (KOSSY, 1998). “Expressões da forma escolar – uma maneira de ser e de comportar -, representações de uma cultura institucional veiculadora de conhecimentos, valores, normas e símbolos considerados legítimos” (SOUZA, 2001, p. 81), ao tempo que simbolizam a singularidade do indivíduo fotografado também captam as identidades compartilhadas pelos indivíduos em situação escolar.

No Território do Acre, o uso de fotografias escolares em publicações de jornais ganhou maior intensidade no final da década de 1930, perdurando até o início da década de 1950. Esse período foi marcado pela campanha da obrigatoriedade escolar, ganhando espaço nos debates dos governadores territoriais e nas fotografias que foram aliadas ao processo de convencimento da sociedade, de que a escola seria o espaço mais adequado para as crianças.

Souza (2001), em sua obra *Fotografias escolares: a leitura de imagens...*, aponta que, no início do século XX, o magistério primário começa a se constituir como categoria profissional e o valor dado à escola pública garante tanto ao professor quanto a escola um lugar de prestígio social. Nesse mesmo período, comportamentos, práticas, símbolos e ritos são reforçados no intuito de sobrelevar “um padrão identitário da escola enquanto instituição educativa.” No Território do Acre, essa realidade não foi díspar do que retratou a autora acerca da realidade da cidade de São Paulo.

As fotografias aparecem nas páginas do jornal *O Acre* como um sistema de representação “da ordem, da obediência, do silêncio e da disciplina”, o qual a escola estava imbuída de passar à sociedade acreana. Assim, fotografias de crianças em situações escolares passam a ser publicadas constantemente nas páginas do jornal.

¹³⁶ BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Míriam L. Moreira (orgs). **Desafios da Imagem**: fotografias, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas- SP: Papirus, 1998.

FOTOGRAFIA 12. ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR 24 DE JANEIRO NO DESFILE DO DIA 7 DE SETEMBRO. ANO DE 1948



FONTE: Acervo fotográfico do Museu da Borracha.

Na fotografia acima é possível observar várias crianças uniformizadas aguardando o momento de desfilar na frente do Palácio Rio Branco, local na capital acreana onde aconteciam os eventos escolares. Todas posicionadas com pernas juntas, braços estendidos ao longo do corpo e com vestimentas que as colocam na categoria social de aluno primário. “A representação contida nessa imagem é a expressão da ordem escolar” (SOUZA, 2001, p. 88).

Dentro de um contexto acreano no qual a instrução pública primária, mesmo sob a égide da obrigatoriedade escolar, ainda era fator de preocupação do governo territorial, as fotografias publicadas nas páginas do jornal O Acre são consideradas, nesta tese, como documentos norteadores produzidos intencionalmente para demarcar um conjunto de representações. Simbolizando, assim, uma inovação educacional, bem como uma estratégia governamental, cujo propósito era convencer as famílias acreanas de que a escola seria, por excelência, o melhor lugar para os seus filhos.

A leitura dos relatórios, artigos jornalísticos e das cartas enviadas ao governador territorial nos permite apontar algumas representações como “processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido de diferenciadamente construída uma significação” (CHATIER, 2002, p. 24).

- a) Para a escola, a criança era vista como um ser que nasce puro, e mediante o contato com a sociedade, vai formando a sua personalidade. Ela possui um estado mental transmitido pela hereditariedade e atavismo e, somado ao que a criança adquire no meio social, vai constituindo a sua personalidade. Logo, deveria passar a maior parte do tempo em ambiente escolar, de modo a não ser “contaminada” com os males da sociedade.
- b) Para a família, a criança era vista como uma mão de obra que ajuda no sustento familiar. Um ser pequeno que colabora no orçamento doméstico. E, devido a isso, enviá-la para a escola seria uma perda de tempo.

Outro fator que pode ter ocasionado o abandono da escola pelas crianças foi o pagamento de taxas mensais à escola. Conforme dito anteriormente, muitas iniciativas foram criadas para que a criança pobre permanecesse na escola, a saber, a Caixa Escolar, a Sociedade Pestalozzi, Festas beneficentes, dentre outros. Entretanto, na década de 1940, é possível encontrar relatórios que mostram que a situação das crianças pobres era bastante difícil na escola, principalmente, porque quando não tinham condições de pagar as mensalidades e eram privadas da merenda escolar.

A privação de alimentos no decorrer das atividades escolares pode ter sido um dos fatores que provocou um crescente abandono e inúmeras faltas das crianças às escolas. No relatório de Jeronymo Miguel Ferrante, diretor do então Departamento de Educação e Cultura, datado de dezembro de 1952, é possível constatar a preocupação com relação à negação de alimentos às crianças pobres que não contribuíam com as mensalidades exigidas pela escola. Em seu relatório, o diretor Jeronymo Miguel Ferrante relata como resolveu o problema do não oferecimento de merenda nas escolas às crianças pobres.

Constatamos com pesar, **ao assumir a direção deste estabelecimento, que não tornavam parte da distribuição da merenda as crianças menos favorecidas pela sorte, impossibilitadas de pagar**, em retribuição, uma importância qualquer, **segundo critério até aquele momento adotado**. (...) com o auxílio efetivo e decidido de V.Exa. e de pessoas generosas desta terra, bem apercebida da aflitiva situação em que vive a maior parte de nossos escolares pobres, **a merenda vem sendo distribuída, indistintamente, à todas as crianças, possam pagar ou não**”.¹³⁷ (grifos nossos)

¹³⁷ Relatório do Sr. Jeronymo Miguel Ferrante, diretor do Departamento de Educação e Cultura, enviado ao presidente João Kubistchek narrando a situação da educação acreana no ano de 1952.

No relatório do Sr. Jeronymo Miguel Ferrante nota-se que a prática da negação de merenda às crianças que não tinham condições de pagar era algo comum, pois o mesmo usa as expressões: “critério até aquele momento adotado” e, ainda, “a merenda vem sendo distribuída indistintamente a todas as crianças, que possam pagar ou não”. Levando em consideração que o relatório data de 1952, significa dizer que tal prática perdurou no Território do Acre até aquela data. Esse relatório apresenta indícios de que a prática de negação de merenda era algo corriqueiro nas escolas.

Outro indício com o mesmo sentido é a carta da irmã Escolástica Frucalzo¹³⁸ relatando as condições das meninas órfãs pobres do Colégio Santa Juliana do município de Sena Madureira. Na ocasião da escrita da carta, a freira relatava que as internas órfãs pobres trabalhavam na plantação de arroz, feijão, batata doce, macaxeira e cana de açúcar e que tais plantios serviam para a alimentação das mesmas. Na carta ainda é possível verificar que a freira acatou tal providência por não querer “devolver à floresta, naquela miséria e abandono”. Tanto o relatório do diretor do Departamento de Educação e Cultura quanto a carta da freira comungam da ideia de que a não contribuição mensal era empecilho para que as crianças pobres fossem privadas de merenda no decorrer do ano letivo.

Levando em consideração que a região acreana tinha sua economia pautada na produção agrícola e apenas uma parte da população compunha o funcionalismo público territorial, deduz-se que retirar dois mil cruzeiros para pagar a mensalidade escolar deveria ser um valor considerável para quem vivia em atividades autônomas.

Diferente dos anos anteriores, o ano de 1947 foi marcado por uma crescente regulamentação de várias atividades governamentais e profissões. Nos jornais da época encontramos o Regulamento do Ensino Primário¹³⁹ e do Ensino Normal¹⁴⁰,

No documento consta apenas o mês e o ano. É um documento datilografado e o espaço que seria reservado para registrar o dia está em branco, por isso não foi possível datar o dia exato do documento.

¹³⁸ A carta da irmã Escolástica Frucastro encontra-se transcrita em sua íntegra nas páginas 129 e 130 desta tese.

¹³⁹ Cf. Jornal O Acre, 13/04/1947, p. 3-4. O mesmo regulamento também pode ser encontrado na íntegra no Decreto nº 42, de 13/03/1947. Tal documento encontra-se arquivado no Arquivo Geral do Estado, localizado na capital Rio Branco. Infelizmente, o documento encontra-se em péssimo estado de conservação e isto faz com que as páginas da ata estejam amareladas e em decomposição.

¹⁴⁰ Cf. Jornal O Acre, 13/04/1947, p. 5-7.

bem como o Estatuto do Funcionalismo Público¹⁴¹. Da mesma forma, as campanhas em busca da parceria das famílias na educação das crianças foi algo que se intensificou bastante na década de 1940. Não se está afirmando que antes dessa década não tenham ocorrido iniciativas desse tipo, mas, sim, que houve um considerável aumento de publicações no jornal O Acre na busca desse propósito¹⁴².

É com esse pensamento que as iniciativas governamentais difundem, no Território do Acre, a ideia de que os professores precisariam passar por cursos de aperfeiçoamento; os pais deveriam aprender a educar seus filhos antes do uso da razão; os professores precisariam ser observados pelos inspetores de ensino para que pudessem aplicar o que aprendiam nos cursos de aperfeiçoamento. Teríamos aí um tripé capaz de promover uma educação de qualidade às crianças enquanto futuro da nação: família, escola e professores.

A família passa a ser vista como o meio mais eficaz de sustentar a implementação e a propagação das políticas de educação e saúde. Magaldi (2002) compreende que a família também é espaço formador. Por isso, havia a necessidade de que as “lições de civilização” também alcançassem o interior dos lares.

Para isso, seria necessário que as relações entre família e escola fossem estreitadas de tal modo que houvesse uma “[...] suposta passagem natural e obrigatória de uma dada realidade educacional apoiada na autoridade da família para outra diferente, pautada na autoridade da escola” (MAGALDI, 2003, p. 32)

A autora destaca, ainda, que, embora haja uma tendência à subordinação paulatina das famílias à autoridade da escola e de outras agências constituídas por especialistas em educação, não se pode negar que ela seja uma instituição potencialmente modeladora de condutas dos sujeitos.

¹⁴¹ É possível encontrar, a partir de 1946, todos os regulamentos com as normativas que regulam o Ensino Primário, Secundário, o funcionalismo público, a Guarda Territorial, os Inspetores de Ensino. Enfim, estatutos e regimentos estampam as páginas do jornal O Acre ocupando seções inteiras e, até, duas páginas na íntegra. Os mesmos decretos, portarias e regulamentos também podem ser encontrados no Arquivo Geral do Governo em livros atas com caligrafias manuscritas e assinadas por tabeliães da época.

¹⁴² No Relatório do Governador territorial Hugo Carneiro é possível encontrar algumas resoluções que dão conta de apontar a importância da parceria da família com a escola, bem como a necessidade de que os professores mantivessem uma estreita aproximação com as famílias dos alunos. O relatório traz informações de janeiro de 1928 a 1929. O documento ainda aponta o funcionamento do Círculo de Pais e professores no ano de 1928 no Território. Isso indica que, quando apresentado no corpo do documento do Manifesto do Pioneiro em 1932, como alternativa de aproximação das famílias à escola, essa dinâmica já acontecia no Território há 4 anos.

A educação actual não permite que o lar esteja afastado da escola. Esta é complemento daquella e vice-versa. O ensino dado pelo mestre reflectir-se no lar, em proveito do maior conforto dentro deste. Os paes não devem estar alheios à vida escolar. Elles se devem interessar pelo que de dentro das escolas se vem fazendo, afim de que não sejam contrários os princípios educacionais dados pelo mestre e os ministrados pelos paes [sic] (RELATÓRIO DE HUGO CARNEIRO, 1929, p. 253).

Ao longo do século XIX, segundo Anjos (2015) foi travada uma luta silenciosa entre a escola e a família, na qual a primeira era vista como local adequado para a educação da criança; e, a segunda, posta como desqualificada para a ação educativa dos pequenos. Segundo o autor, a relação família/escola ocasionou várias tensões entre valores e ideias circuladas nos anos oitocentos na busca de uma tentativa de equilíbrio entre as duas dimensões responsáveis pela educação da criança pequena.

A tese de Anjos (2015) analisa uma realidade da família paranaense dos Oitocentos, com o intuito de verificar como a “família exercia mediação entre o espaço social amplo e o privado” na educação da criança. Nesse contexto, a família paranaense vai contar com a influência da Igreja, da Imprensa e do Estado nesse processo de educar as crianças. Tem-se uma concepção de que as “práticas educativas sociais voltadas para a criança tornavam-se educativas na medida em que satisfaziam às aspirações da sociedade de modo formal; e da família na variedade de seus interesses e necessidades”¹⁴³. É possível inferir, a partir da análise das leituras dos artigos jornalísticos e relatórios de inspetores escolares, que essa busca pela aproximação e valorização da família, enquanto potencial agente educativo da criança, só acontece no Território do Acre a partir do final da década de 1930. Entretanto, sobre o assunto, constata-se uma aproximação tímida, com referência ao modo pelo qual a escola deve intervir na educação oferecida pela família por meio de orientações às mães e como proceder na educação da criança pequena.

Nesse propósito de aproximar a família da escola, o Departamento de Educação e Cultura publicou no jornal O Acre¹⁴⁴ algumas orientações sobre a melhor maneira de educar as crianças. A partir de 1939, passa a existir no corpo do

¹⁴³ Cf. Tese de doutorado de Juarez José Tuchinski dos Anjos, denominada Pais e Filhos na Província do Paraná: uma história da educação pela família. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/37921>

¹⁴⁴ Tais orientações sobre a forma de como a família deve educar os filhos aparecem, nessa época, apenas no jornal O Acre devido ao fato de o mesmo ser um período considerado órgão oficial do governo territorial.

jornal O Acre uma seção denominada “O lar e a Escola”, geralmente, publicada na primeira ou na terceira página do periódico. Nessa seção, há várias participações de diferentes representantes do sistema educacional acreano e brasileiro. A reportagem assinada por Olavo Bilac¹⁴⁵ com uma analogia do trabalho do professor ao de um padre chama a atenção.

Convencer a família de que a escola era o local ideal para o aprendizado das crianças e, ainda, que deveriam investir financeiramente nisso, requereu várias estratégias construídas de significações que fizesse sentido ao coletivo e, conseqüentemente, uma apropriação por parte da família acerca da ideia de que educar a criança deveria ser no espaço escolar.

Uma das mais eficazes, certamente, foi tornar o ensino compulsório a todas as crianças em idade escolar. Um dispositivo legal utilizado como estratégia para obter uma abrangência escolar mais ampla e de adesão aos ideais civilizatórios promulgados como legítimos e necessários à Nação. Dentre as diversas campanhas e notícias jornalísticas que visavam ao convencimento familiar acerca da importância do envio dos filhos à escola, destaca-se o artigo denominado *Manual do Homem civilizado: como educar as crianças antes do Uso da Razão*.

Em meio às orientações destinadas às famílias e publicadas no jornal O Acre, há uma intitulada “Como educar as crianças antes do uso da razão”. Esta é a maior orientação já publicada pelo Departamento de Educação e Cultura, trazendo em seu bojo alguns aspectos relacionados à visão da criança por parte dos responsáveis pela organização da educação no Território acreano. E ainda, pela forma como a presença feminina no âmbito familiar era sopesada, como principal responsável pela educação das crianças que não tinham idade para frequentar a escola.

“Como educar as crianças antes do uso da razão” é uma orientação elaborada pela diretora do Departamento de Educação e Cultura no ano de 1947, Maria Angélica de Castro, na qual ela oferece sugestões de como as mães devem proceder frente a algumas atitudes das crianças no âmbito familiar. “Choros, balbucios de insatisfação, brigas por brinquedos e birras para não comer o que lhes

¹⁴⁵ No capítulo 3 em que se trata da participação dos professores, há fragmentos desse texto que fazem uma analogia entre o papel do professor e o papel do padre. O texto faz uma apologia à profissão como uma abdicação que o professor deve fazer da vida pessoal em prol da vida docente.

é oferecido” são males da infância que as mães devem conter logo nos primeiros dias de vida.

CASTIGAR PARA CORRIGIR¹⁴⁶

Corrigir a criança é torná-la um ser educado para felicidade própria, satisfação de seus pais, enriquecimento do tesouro humano e glorificação de Deus, eis a grande tarefa dos que têm a seu cargo a educação da infância e da adolescência. Avulta-se a extensão e acentua-se a complexidade de tão relevante problema considerando os requisitos que o homem educado deve ter: a) Correção e precisão na linguagem. [...] b) Modos finos e corteses. [...] c) Capacidade de hábito de reflexão [...] d) Capacidade de desenvolvimento [...] e) Eficiência na atividade que desenvolve [...] (CASTRO, JORNAL O ACRE, EDIÇÃO 801, p. 3, 01/01/1947).

O artigo recomenda, ainda, que,

[...] quando a criança manifesta defeitos tais como a gulodice, cólera, desobediência, vaidade, etc. uma correção ligeira poderá conter essas desordens: recusa formal de uma guloseima solicitada, privação de um brinquedo ou de um carinho; obrigação de ficar quieta em um canto ou de ir mais cedo para cama; humilhação de tomar só uma refeição etc., penalidades devem ser aplicadas, tendo em vista a natureza da falta e o desenvolvimento da criança. É que na jurisprudência doméstica, como na jurisprudência civil, não há culpas a expiar, mas culpados a corrigir (CASTRO, JORNAL O ACRE, EDIÇÃO 801, p. 3, 01/01/1947).

Nota-se que há um comparativo do ambiente familiar com o ambiente jurídico, fazendo com que os atos infantis fossem julgados pelas mães no papel equivalente ao de um juiz. O artigo aponta sugestão para que não haja complacência com comportamentos infantis, como também no tocante aos castigos físicos que deveriam ser dosados na exata medida, para não tornar a criança demasiadamente rebelde, nem tampouco, amedrontada, deixando evidências de que as crianças suportam receber castigos dos adultos.

[...] Com efeito, observa Claparède: 'Certas crianças suportam castigo e humilhações, sem padecimento demasiados. Como uma espada de aço bem temperada, elas se amolgam sem quebrar, reerguendo-se novamente, desde que cesse o obstáculo. Outras, menos flexíveis, dobram-se e caem na neurotonia ou, excessivamente frouxas, ocultam as cicatrizes e permanecem deformadas. Um terceiro grupo é constituído pelos rígidos. Não se dobram e não se quebram. Insurgem-se contra a regra que se lhes

¹⁴⁶ As orientações aparecem inicialmente na Seção Cortes e Recortes, que geralmente ficava na primeira página do jornal O Acre. Por ser uma orientação bem extensa, é possível localizar a primeira parte dessas orientações na edição que foi publicada no dia 05/01/1947, e o restante aparece na edição do dia 12/01/1947. Nessa seção, é possível encontrar texto com teor educacional geralmente voltado para professores e familiares.

quer impor; são os indisciplinados, os futuros desordeiros; ou então se esquivam, refugiando-se em um mundo de ilusões, criado segundo as conveniências pessoais: são os mitômanos de toda espécie, os histéricos, os delirantes (CASTRO, JORNAL O ACRE, EDIÇÃO 801, p. 3, 12/01/1947).

No decorrer de toda a orientação, as expressões “educar a criança antes do uso da razão” e “corrigir a partir do uso da razão” aparecem constantemente. Ora de forma individualizada, ora com caráter de comparação entre ambas. A leitura minuciosa do documento permite afirmar que se tratava de crianças que não atingiram os sete anos de idade, ou seja, fora da idade escolar. Expressões como “nos primeiros meses de vida”, “criança quando maiorzinha” sustentam a ideia de que eram crianças bem pequenas. E expressões como “reter a criança meia hora após o término da aula”, “dar com chicotes em seus educandos” nos possibilitam afirmar que era considerada usuária da razão a criança que possuía idade para frequentar a escola.

As campanhas solicitando o envolvimento das famílias na educação dos filhos também podem ser vistas em anúncios escritos com letras garrafais e em negrito.

Senhores pais: da frequência escolar dependem os resultados dos estudos de seus filhos. Antes de saírem para o trabalho, mandem seus filhos à escola e estarão cumprindo um sagrado dever [sic] (JORNAL O ACRE, 10/09/1949).

Tais anúncios, na maioria das vezes, encontravam-se nas primeiras e/ou nas últimas folhas do jornal e sempre ao final da página. Letras em negrito e algumas vezes garrafais eram artifícios utilizados para chamar a atenção dos leitores. A ideia de corrigir a criança antes do uso da razão tem a mãe e a professora como sujeitos ativos e responsáveis diretos pela “lapidação” da criança. A primeira, com a criança antes do uso da razão; e, a segunda, com a criança que já faz uso da razão.

No decorrer do artigo, a diretora do Departamento de Educação e Cultura orienta como as mães devem proceder diante de certos comportamentos infantis. Segundo ela, para os defeitos relativos à gulodice, cólera, desobediência, dentre outros, as mães deveriam contê-las com “recusa de guloseimas solicitadas, privação de um brinquedo ou de um carinho; obrigação de ficar quieta num canto ou ir mais

cedo pra cama; humilhação de tomar só uma refeição, etc.” (CASTRO, JORNAL O ACRE, ED. 801, p. 3, 12/01/1947).

Somente após o uso desse tipo de castigo, as mães devem passar para o castigo corporal. Em caso de não conseguir sanar o defeito por meio dos castigos ideais, são apontados como melhores meios de correção, “os castigos que derivam diretamente das infrações cometidas” (idem).

Embora essas estratégias voltadas à família tenham acontecido, inclusive, nos mercados, por meio de entrega de panfleto às mães, a quantidade de crianças que perambulavam na rua ainda era considerável. A maioria das escolas, principalmente as de zona rural, mantinha frequência inferior ao esperado e, em muitos casos, com frequência inferior a 50% da matrícula inicial.

O fato de haver tantas crianças perambulando pelas ruas remete à ideia de que esse espaço é um lugar também de aprendizagem para aqueles que o frequentam. Tal como aponta Espinheira,

[...] a rua sempre é coletiva. Nela, não há lugar para o privado. Na rua, entretanto, podem-se viver múltiplas identidades simultâneas, pode-se ser até simulacro. Nela se foge “tirânicas da intimidade” que formulam, modelam, violentam. A rua é um amparo coletivo, o lugar dos desamparados (1996, p. 28).

O espaço da rua conseguia reunir mais crianças em seu entorno do que a escola. E isso é algo bastante comum, uma vez que o espaço da rua sempre foi visto como um lugar do não lugar, um lugar disperso no qual as mazelas que corrompem o ser humano estão presentes. Nesse caso, tirar as crianças acreanas da rua passa a ser uma tarefa na qual o apoio da família é elemento basilar para que isso aconteça. Tem-se uma representação de que seria desperdício de potencial humano deixar as crianças perambulando nas ruas, isto é, deixar a criança solta na rua representaria para os que buscavam fazer da escola um espaço para a educabilidade da infância, um prejuízo ao que estava sendo posto como “modelo de sujeito civilizado”.

Vários outros artigos são publicados e direcionados à família. Todos com efeitos moralizantes e voltados para conscientizar os pais da importância do exemplo familiar para a formação moral da criança.

O EXEMPLO DO PAI O pai deve saber que do seu comportamento depende em grande parte o futuro dos filhos. [...] Pais divorciados,

alcoólatras, anormais, pais sádicos e egoístas, pai nervoso, a mãe nervosa, são figuras que desfilam aos nossos olhos como criaturas perniciosas, causando nos filhos anormalidades, muitas vezes irremediáveis. “Precisamos lembrar que o comportamento anormal dos pais tem ação maléfica sobre a prole” (JORNAL O ACRE, COLUNA CORTES E RECORTES, p. 6, 09/10/1949).

Acerca dos papéis sociais desempenhados pelo pai e pela mãe no núcleo familiar, Anjos (2015) considera que:

Pensar a família como produtora da educação da criança – e fugindo das abstrações- implica considerar que funciona ali como um jogo de papéis sociais entre seus praticantes, estes, evidentemente, são o pai e a mãe e os filhos (ou quem faz as vezes dos pais e ocupa o lugar de filhos), os atores presentes no modelo familiar predominante (ANJOS, 2015, p. 25).

Para que esse projeto de aceitabilidade das práticas educativas da escola ganhasse credibilidade frente à família e à sociedade acreana, as festividades escolares passaram a ser uma confirmação dos ensinamentos aprendidos na escola (CARVALHO, 1989), além de promover uma visibilidade à sociedade de um ensino para o desenvolvimento social e econômico do país. Tal como denomina Silva (1998), um “templo do saber e da Luz”¹⁴⁷. Ou como uma representatividade de uma realidade construída no âmbito do coletivo que compõe o imaginário social (CHARTIER, 1990)¹⁴⁸ e que expressa aspectos da cultura escolar (JULIA, 2001).¹⁴⁹

3.3 FESTIVIDADES ESCOLARES: ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E OBRIGATÓRIA

A parceria da família e a aceitação da sociedade de que a escola é o local ideal no qual se “prepara o sujeito para o sucesso” sempre foi uma das preocupações daqueles que estiveram à frente da administração da instrução pública acreana, principalmente, nas década de 1930 e 1940. Promulgação de normativas referentes à obrigatoriedade escolar, auxílio ao estudante pobre,

¹⁴⁷ Cf. SOUZA, Rosa de Fátima de. **Templo de civilização**: a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Nesta obra a autora usa a expressão “Templos do saber e de luz” como se a escola fosse capaz de iluminar com seus conhecimentos aqueles que nela adentrassem e, conseqüentemente, trazer o progresso social, econômico e social à população brasileira.

¹⁴⁸ Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

¹⁴⁹ Cf. JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, jan-jun/2001, p. 9-43.

campanhas de convencimentos aos pais e, ainda, a punição criminal aos que não enviassem os filhos às escolas públicas em idade escolar foram algumas das estratégias de governo utilizadas para que a questão da obrigatoriedade escolar.

Como a palavra progresso, como o vocábulo civilização, não há outro objeto que mais dele deva reclamar a atenção e mais preocupar os homens que a educação da mocidade. [...] Educar uma vida humana não é só saturá-la de saber, é, mais que tudo, promover o progresso do homem. O progresso é a educação da humanidade, como a educação é o progresso do homem [...]. Bem vedes, queridos leitores, que sem educação, é impossível, é quimérico, é utópico o querer-se a verdadeira civilização, as quais se unem e se completam no obscuro necessário de paz. Porém, a fim de ser completa, a educação, que vimos ser a grande palavra do momento, ela deve ser moral e cristã. Não há educação sem moral (CASTRO, JORNAL O ACRE, ED. 801, p. 6, 12/01/1947).

No Território do Acre, as festividades escolares tiveram dupla função. Por um lado, contribuiu para aproximar a família da escola por meio de amostra de trabalhos manuais, de entrega de notas anuais, de premiações por boas notas, de concurso de beleza infantil, dentre outros. Por outro lado, para mostrar à sociedade um modelo de eficiência, ordem e disciplina.

Nesse contexto, as festividades foram utilizadas como manifestação de sociabilidade da escola e uma forma de dar visibilidade ao trabalho realizado dentro dela à sociedade. Carvalho (1989) aponta que às festas cívicas eram dadas maior visibilidade e propaganda, pois a simpatia pelas datas cívicas movia-se num sentimento de patriotismo e civismo extramuros escolares. Um jogo de *marketing* importante para promover uma espécie de prestação de contas dos atos da escola à sociedade. Levando em consideração que as ações humanas são documentos intencionais ou não que testemunham suas ações (BLOCH, 2001), as festividades escolares são ações impregnadas de intencionalidades e isentas de neutralidade (CHARTIER, 1990).

O jornal O Acre, nesse intuito, teve a função de se constituir num canal transmissor que fazia essa ponte entre escola e sociedade. E, em algumas das publicações, é possível ler, ao final da notícia da festividade de fim de ano ou anúncio dela, parágrafos de jornalistas agradecendo o convite para participar do evento.

A partir de 1929, passa a fazer parte do corpo do jornal uma seção denominada Festas Escolares e, até o ano de 1960, data limite estipulada para esse estudo, a seção ainda aparece. As publicações sempre aparecem nas páginas 4 ou

5 do jornal O Acre. Seu conteúdo varia desde os convites a autoridades, pais e sociedade para festividades de encerramento de ano letivo nas escolas, a publicação de programação da festividade que acontecera ou acontecerá.

Não há autoria assinada em nenhuma das publicações, mas ao deduzir que o jornal O Acre é um periódico considerado como órgão do governo territorial, que a seção Festas Escolares traz em seu bojo aspectos relativos a acontecimentos festivos das escolas acreanas e, ainda, que os personagens citados no texto são agentes envolvidos no processo educacional, pode-se supor que a autoria do mesmo era do Departamento de Educação e Cultura.

As festas escolares de encerramento do ano letivo que aconteciam no Território reuniam pais, professores, autoridades públicas e intelectuais, alunos e a sociedade civil.

Comemorando as datas de 15,17 e 19 do corrente, da Proclamação da República, do Tratado de Petrópolis e aniversário da Bandeira, os grupos escolares 7 de Setembro e 24 de janeiro, estiveram em festas cívicas, prelecionando aos alunos incorporados, naquele, as professoras Clementina Folhadella Taboada, Maria Beauderfeldt Cunha e Donaciana Bastos, neste, as professoras Francisca Guedes, Sizinia Costa e Sulamita Balbi. Estiveram presentes aos actos, os Srs. Intendente desta cidade, Director da Instrução Pública Escolar [sic] (Cf. JORNAL O ACRE, 28/11/1929, p. 5).

As festividades escolares eram momentos oportunos para que escolas e professores expusessem à sociedade o trabalho desenvolvido dentro das escolas pré-primárias, primárias, secundárias, profissionais e agrícolas. A exposição de trabalhos manuais era mais corriqueira.

FESTAS ESCOLARES

Os grupos escolares “7 de Setembro” e “24 de Janeiro”, as escolas isoladas e o curso profissional “Lyra Castro” comemoram amanhã, as 8 horas, com festa, o encerramento do anno lectivo.

Para essa solenidade que se realizará no edificio do grupo “7 de Setembro”, organizou-se a seguinte programação:

1. Hymno acreano, pelos alumnos, acompanhados pela banda de música da força policial, por ocasião do s. exc. sr. snr. Dr Interventor Federal assumir a presidência da solenidade.
2. Discurso da professora d. Clementina Taboada, directora do grupo “7 de Setembro”.
3. Lectura das atas geraes pelas professoras d. Isolina Seixas Landin e a senhorinha Francisca da Costa Guedes.
4. Entrega dos diplomas aos alumnos que concluíram o curso primário no Grupo Escolar “7 de Setembro” e “24 de Janeiro”.
5. Distribuição de prêmios aos alumnos que se distinguiram.

6. Discurso da professora d. Clélia Chaves, directora do grupo escolar “24 de Janeiro”.
7. Entrega da chave pelos alunos Jayme Pontes e Yolanda Leitão, que concluíram o curso, aos alunos Adillia Ferra e Teotonio Abreu, que foram promovidos no último anno do curso.
8. A “Canção da despedida” cantada pelos alunos.
9. Hymno Nacional em côro cantado pelos alunos dos grupos escolares e escolas isoladas.
10. Exposição de prendas, trabalhos manuais e de cadernos de composição musical, sob a direcção das directoras dos grupos escolares e das respectivas professoras d. BemVinda Barreto Cordeiro, Othilia Landim e Hilda Leite [sic] (JORNAL O ACRE, 23/11/1932, p. 4).

O encerramento do ano letivo sempre era um acontecimento que ganhava destaque nas páginas dos jornais, principalmente quando apresentava os nomes dos alunos aprovados no curso primário e respectivas notas. Da mesma forma, os nomes e notas dos alunos reprovados. E, ainda, os nomes das professoras responsáveis pela turma (Cf. JORNAL O ACRE, 25/04/1949). Tomando por empréstimo a expressão de Vera Gaspar Silva, era possível ver nas páginas dos jornais o “prontuário pedagógico” tanto dos alunos quanto dos professores, resultados de um ano letivo.

Outra festividade bastante difundida nas páginas dos jornais são as festividades voltadas para as comemorações cívicas.

FOTOGRAFIA 13 – DESFILE 7 DE SETEMBRO. ALUNOS COM ROUPAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E BANDEIRAS DOS CLUBES ESPORTIVOS LOCAIS. DATA: 1946



FONTE: CDIH/UFAC

Os momentos de celebrações cívicas simbolizavam aquilo que Certeau (2002) evidencia ao fazer uma reflexão acerca da escrita da história: “uma combinação entre um lugar social, práticas e escrita” (CERTEAU, 2002, p. 66), colaborando para que uma representação seja posta em circulação por aqueles que a vivenciam direta ou indiretamente.

A década de 1940 no Território do Acre é bastante marcada por esse tipo de festividade escolar, pois as notícias de que a escola é a “forja da civilização” e local ideal para a educabilidade da infância não poderia ficar intramuros escolares. Fazia-se necessário, naquele momento, que as festividades escolares, tal como os festejos religiosos, marcassem um lugar simbólico para o qual o “desenvolvimento”, o “progresso” fossem anualmente ressaltados, por meio de desfiles patrióticos e a ideia de uma escola como “templo de civilização” e de saber fossem disseminadas (CARVALHO, 1989; SOUZA, 1998).¹⁵⁰

FOTOGRAFIA 14 – DESFILE 7 DE SETEMBRO. DATA DE 1949



FONTE: CDIH/UFAC

¹⁵⁰ Cf. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1ª ed., Col. Tudo é História, 1989.

FOTOGRAFIA 15 – DESFILE 7 DE SETEMBRO. DATA 1949



FONTE: CDIH/UFG

A cultura escolar que se desfila anualmente perante a sociedade acreana não apresenta somente sujeitos que frequentam a escola, mas, sim, formas de organização que servem como ritos escolares que ajudam a forjar hábitos (BOSCHILIA, 1990).

FOTOGRAFIA 16 – ALUNAS DO GRUPO ESCOLAR 24 DE JANEIRO. DATA 1949



FONTE: CDIH/UFG

A presença da sociedade nesse tipo de evento era de suma importância para a compreensão da importância de os pais mandarem os filhos para uma escola alegre e saudável ¹⁵¹.

¹⁵¹ Cf. Relatório Maria Angélica de Castro publicado no jornal O Acre no dia 23 de setembro de 1947. Devido ao fato do jornal estar deteriorado, não foi possível identificar o número da página, pois há apenas uma página. O relatório faz referência ao desfile de 7 de setembro ocorrido há poucos dias na capital acreana.

4 O PROFESSOR QUANDO PROFESSA JÁ NÃO É UM HOMEM; A SUA INDIVIDUALIDADE ANULA-SE; ELE É A PÁTRIA¹⁵²: A FORMAÇÃO DOCENTE COMO CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA, GRATUITA E OBRIGATÓRIA.

FOTOGRAFIA 17 – NORMALISTAS ACREANAS. DÉCADA DE 1940



FONTE: Acervo CDIH/UFAC

Tanto quanto a criança, o professorado acreano também passou por um processo de “renovação” de suas práticas docentes. Investir na formação do professorado acreano foi uma das estratégias utilizada por aqueles que estiveram à frente da administração pública acreana no período do Acre Território. Daí a concepção de que:

O professor quando professa já não é um homem; a sua individualidade anula-se; ele é a Pátria, visível e apalpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela sua boca. A palavra que dá aos discípulos, é uma hóstia, que no templo, o sacerdote dá ao comungante. É a Eucaristia cívica. Na lição, há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma, de toda a nacionalidade. Este é o mais belo dever, e o mais nobre sacrifício do

¹⁵² Esse título faz parte de um artigo de autoria de Olavo Bilac publicado no jornal O Acre-08/12/1939.

professor: abdicação de si mesmo. Abdicação que é conquista e engrandecimento. Porque depois da investidura, o sacerdote é tudo, quando deixa de ser homem: é a Nação (O ACRE, 08/12/1939).¹⁵³

Cursos de formação, cursos de férias para professores não normalistas, vigilância constante pelos inspetores de ensino, decretos que determinam o que pode ou não ser ministrado em sala de aula, dentre outros, são estratégias que foram utilizadas como tentativa de adaptar a prática docente do professorado ao projeto de reorganização da educação pública acreana, principalmente, dos que atuavam na instrução primária.

Considerar a situação da educação brasileira na década de 1930, mais precisamente após a criação do Ministério da Educação e Saúde – MES – facilita a compreensão da movimentação no Território do Acre na busca pela “adesão” do professorado acreano ao esse movimento de reorganização da educação pública, por meio da reforma dos costumes e metodologias de ensino docente.

O projeto de reorganização da instrução pública, não somente da instrução pública primária acreana, foi algo que “com tal elevado propósito, O Departamento de Educação e Cultura tem procurado dividir a sua atenção com o ensino, orientando os professores na prática de novos métodos didáticos” (Anteprojeto de reorganização da Educação Primária e pré-primária, 1950).

A ideia era utilizar os professores como uma espécie de fio condutor, capazes de produzir novos hábitos e instrumento de educabilidade das crianças nos moldes da sociedade que se pretendia moderna. Desde a reorganização dos conteúdos didáticos, perpassando pela estrutura predial das escolas, o entusiasmo pela educação visou transferir para a escola a responsabilidade de transmissão do conhecimento que antes era responsabilidade da família. Acreditava-se que seria possível reformar a sociedade a partir da reforma do homem (VIDAL, 2005).

No início do Acre Território, o grau de instrução do professorado acreano não era critério para sua admissão no cargo. O Sr. José Lopes de Aguiar, diretor da instrução pública, apontava em seu relatório que “[...] o critério da livre seleção entre os que parecem mais idôneos e capazes” (VASCONCELOS, 1923, p. 10). O corpo

¹⁵³ Esse artigo foi escrito por Olavo Bilac e está intitulado como O professor primário. Nesse artigo, Olavo Bilac faz alusão à profissão professor, ao ofício de padre. Expressões de cunho religioso são utilizadas para se referir à atividade docente. O jornal com o texto na íntegra está arquivado no Museu da Borracha do Acre.

docente do Território era leigo, mas a experiência que muitos tinham os outorgava a ocupar tal cargo.

Quanto ao corpo docente do Grupo Escolar, as professoras atuantes, se bem que a maior parte delas não sejam portadores de diplomas, entretanto a prática e o exercício contínuo da função já lhes há dado certo merecimento parecendo-me que nenhum inconveniente se apresenta para que as mesmas tenham em vista outros destinos a dar ao ensino naquele município [sic] (NOGUEIRA, 1921, p. 2).

No ano de 1935, por meio do Decreto nº 133, tem-se um anúncio de que haveria no Território concurso para provimento de estagiárias para as escolas primárias. A Circular do dia 13 de novembro de 1936 apresenta que os candidatos serão “examinados sobre as matérias e programas do 4º ano e mais as seguintes disciplinas: Pedagogia, Educação Moral e Cívica e Higiene”, mas o documento não faz referência à necessidade de titulação para concorrer às vagas.¹⁵⁴

A não exigência de titulação para concorrer à vaga de estagiária pode ser entendida sob dois vieses. O primeiro, que isso não poderia ser exigido sob pena de não haver candidatos com titulação para concorrer; o segundo, que havia uma valorização da experiência docente.

O magistério é quase totalmente composto de elementos leigos, o que é facilmente compreensível, tendo em vista que há uma única Escola Normal no Território, cuja fundação é nova, de menos de uma década, não havendo o estabelecimento diplomado senão duas turmas de profissionais uma de 1937 e outra em 1941, sendo também de considerar que nem todos os que terminam o curso fundamental secundário seguem a carreira do magistério e, daí, terem de serem utilizados elementos não formados. É esta uma das circunstâncias que pesam sensivelmente no conjunto das dificuldades para se obter, de pronto, ensino eficiente e moderno. Entretanto, não é possível deixar de reconhecer o cunho de utilidade que o magistério leigo tem oferecido à obra educacional das populações infantis da região, alfabetizando-as, pelo menos, quando a mais longe haja ido sua profícua tarefa (COSTA, 1942, p. 6).

A primeira notícia acerca de iniciativas voltadas a defender os interesses dos professores acreanos data do ano de 1940. Um artigo publicado no jornal O Acre destaca que o governador Epaminondas Martins criou a Associação Acreana de Professores e a Biblioteca Central do Professor. Segundo o artigo, a Associação foi criada para “defender os interesses do professorado, elevar a classe, incentivar o

¹⁵⁴ Cf. arquivo morto da Prefeitura de Xapuri, 1936. Arquivo: Museu da Borracha de Rio Branco.

espírito de solidariedade, favorecer o desenvolvimento intelectual e prestar assistência aos seus elementos.” (JORNAL O ACRE, 1940).

Em muitos dos relatórios e artigos jornalísticos é possível identificar um discurso em que a figura do professor surge como principal responsável pela educação das crianças.

[...] Mas precisamos ter coragem pra dizer que as maiores deficiências no ensino do Território permanecem: **carência de professores hábeis, competentes, assíduos e entusiastas e falta de prédios que atendam pelo menos a estes recursos básicos: limpeza, arejamento e espaço.** Mesmo em Rio Branco funcionaram e funcionam ainda este ano, escolas com péssimas condições de limpeza e higiene. As construções rurais infelizmente não produziram o efeito esperado. Decorreram-se dois anos (1946-1947) e apenas três delas ficaram realmente construídas – a de Rio Branco, a de Xapuri e de Cruzeiro do Sul [...] ¹⁵⁵ (grifos nossos) (idem).

Da mesma forma que é cobrada dos pais uma maior atenção à educação dos filhos na escola, ao professorado acreano passa a ser delegada a responsabilidade sobre o sucesso e o fracasso das crianças. “É preciso, pois, que o professor se anime de novos propósitos: servir o Território com interesse de fazê-lo cada vez melhor. Este é o dever e cumprir o dever, é próprio do cidadão.” (O ACRE, 20/02/1949, p. 5).

Na década de 1930, o papel social do professor está atrelado à responsabilidade de inculcar nas crianças o novo modelo de cidadão “[...] mais apto para os empreendimentos da vida, desenvolvendo a sua inteligência, aperfeiçoando suas qualidades físicas, morais e cívicas, indicando-lhes a necessidade da constituição da família e habilitando-o enfim.” (RESOLUÇÃO N. 05, 31/05/1930). Considerando as professoras “sacerdotisas do bem” capazes de abnegar-se do próprio eu para contribuir com a Nação (O ACRE, 14/09/1930, p. 4). Responsável ainda por “investigar, descobrir e orientar vocações.” (Idem, 07/06/1939). Ficando, portanto, a formação de cidadãos “úteis aos fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiásticos.” (SAVIANI, 2008, p. 107).

Em seu relatório datado do ano de 1936, o inspetor de ensino José Bezerra Duarte afirma que “o preparo do professor é, na educação moderna, a chave mágica de todo êxito [...]. Segundo o inspetor, “o mestre precisa ter larga cultura para atender às solicitações múltiplas com que assedia as crianças¹⁵⁶”.

¹⁵⁵ Relatório do DEC, de Maria Angélica de Castro, produzido no ano de 1947, p. 24-25;

¹⁵⁶ Cf. Relatório de inspeção escolar, 1936, p.34.

Na década de 1940, esse papel docente ganha um status ainda mais pontual. “Mestre ideal”, essa é uma das nomenclaturas mais utilizada em orientações publicadas no jornal O Acre destinadas aos professores. Tem-se, nesse contexto, uma ampliação de cursos de férias e de aperfeiçoamento ao professorado acreano, bem como medidas administrativas que visavam à expansão do ensino primário para todos os lugares da região acreana, a saber: escolas ambulantes.¹⁵⁷

Escolas desmontáveis ambulantes (JORNAL O ACRE, Edição 847, p. 6 de 23/11/1947);
 Bolsa de estudos para professores (JORNAL O ACRE, Edição 905, p. 1 de 09/01/1949);
 Cinema educativo no Território do Acre (JORNAL O ACRE, Edição 921, p. 6 de 08/05/1949);
 Cursos de férias para professores da zona rural (JORNAL O ACRE, Edição 955, p. 8 de 01/01/1950).

A preocupação com o bom funcionamento das escolas no Território do Acre teve destaque na década de 1940. Antes disso, as escolas funcionavam em casas alugadas de madeira ou na própria residência dos professores, principalmente, na zona rural. No ano de 1949 o Acre passou a contar com a primeira escola em alvenaria, edificada com a participação do INEP, aparelhamento das escolas acreanas, no intuito de “preparar os homens do futuro responsáveis pela grandeza do Brasil”.

Aparelha-se o professorado acreano para as suas altas habilidades [...] o programa que o governo atual traçou para desenvolver e aperfeiçoar o ensino no Território, não se resume às construções de prédios de Escolas e Grupos Escolares e à elevação do índice de matrícula, que vem aumentando muito de ano para ano. Abrange também a especialização do grupo de educadores que orienta e assiste as nossas crianças, as quais recebem bolsas e auxílios que possam cursar e adquirir nos institutos especializados da Capital da República e de alguns Estados, conhecimentos dos mais modernos métodos de Pedagogia, com que contribuirão com maior eficiência, para maior êxito e sucesso do ensino do Acre.

As professoras recém-chegadas e que voltam a atuar nos diversos sectores do Departamento de Educação e Cultura somam um cabedal precioso de conhecimentos adquiridos nos cursos de extensão ministrados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e pela Faculdade Nacional de Filosofia e Instituto de Pesquisas Educacionais [...].

¹⁵⁷ Escolas ambulantes foi uma medida administrativa utilizada tanto na década de 1930 quanto na década de 1940. Consistia na construção de escolas em lugares de difícil acesso. Tais escolas permaneciam por dois anos e eram ministrados apenas a 1ª e 2ª séries primárias. Recebe o nome de Escola ambulante porque após o encerramento dos dois anos, a escola era desmontada e levada para outro local.

Aparelham-se assim as escolas no Acre para sua alta responsabilidade de preparar os homens do futuro responsáveis pela grandeza do Brasil (JORNAL O ACRE, ed. 862, p. 1, 14/03/48).

A década de 1940 ficou marcada por uma extensa propagação de ideias voltadas para a habilitação de professor, cursos de férias, bolsa de estudos e aparelhamento de escolas. No Território do Acre, várias construções de escolas começam a surgir, especialmente, na capital Rio Branco.

Os prédios em alvenaria vão surgindo na nossa cidade. Cada um mais imponente que o outro. O progresso enfim chegou ao nosso isolado Território do Acre graças ao nosso ilustre governador Major Guiomard dos Santos. Figura honrosa que tanto orgulho trouxe ao povo até então esquecido [...] (JORNAL O ACRE, ed. 776, 25/04/1947).

Dentre as iniciativas voltadas para formação de professores, os cursos de férias foram os que mais tiveram incentivos e investimento financeiro, tanto por parte do governo territorial quanto por parte do governo brasileiro, tendo, inclusive, os professores recebendo bolsas de estudos para participarem dos cursos de formação.

Um curso intensivo de Geografia acontecerá este mês especialmente para os que já são professores secundários. As aulas serão realizadas na Faculdade de Filosofia, que oferece uma bolsa de estudo no valor de dois mil cruzeiros aos candidatos residentes nos Estados e Territórios Federais (JORNAL O ACRE, ed. 905, p. 1, 09/01/1949).

Todos os professores selecionados pelo Departamento de Educação e Cultura eram enviados para o Rio de Janeiro ou Brasília, lá permanecendo por um mês. Ao retornarem para o Território, precisavam apresentar relatório de produtividade e frequência. O rendimento durante o curso de férias era publicado no jornal O Acre para que a sociedade ficasse sabendo o desempenho e a nota do professor enviado.

Promulgar lei de obrigatoriedade escolar¹⁵⁸, promover campanhas de convencimento aos pais acerca da importância de enviar seus filhos à escola¹⁵⁹,

¹⁵⁸ Cf. Resolução n.5 de 31 de maio de 1930; Decreto 42 de 14 de novembro de 1947. O primeiro documento traz pela primeira vez a ideia de punição aos pais que não levassem os filhos à escola. Em seu artigo 120 apenas determina que “o aluno que ficar ausente durante 40 dias será eliminado”. O segundo trata da regularização da Educação Primária e aborda a questão da educação obrigatória em seu Capítulo II, artigo 37. Este aponta ainda que “o aluno que faltar durante 40 dias será eliminado no fim do mês em que completar esse número de faltas, salva motivo de moléstia

realizar inspeções no trabalho do professorado acreano; ainda não havia sido suficiente para elevar o número de matrículas e de frequência escolar¹⁶⁰. Por isso, passou-se a intensificar no Território do Acre a ideia de que competia aos professores a “missão salvacionista de manter nossas crianças na escola porque lá é o melhor lugar para elas.”¹⁶¹

A partir de 1930, passou a circular a ideia de que as professoras são “sacerdotisas do bem”, “Sheerazade divina”, “fadas” capazes de “despertar príncipes e princesas encantadas adormecidas apenas com essa varinha mágica – o giz – e com êsse sinais de quiromancia – as suas palavras – não só fazer isso, como desde cedo, investigar, descobrir e orientar.” [sic].¹⁶² Dessa forma, competiria ao dirigentes e professores “manter nas escolas uma realidade pedagógica na qual estudo e trabalho, alegria e interesse, respeito e entusiasmo, ordem e disciplina fosse mantidas com muito zelo, esforço, pertinácia e energia.[sic]”¹⁶³

Nesse projeto de institucionalização da escola obrigatória no Território do Acre, o professor passa a ser considerado um agente de fiscalização a quem, mensalmente, por meio de relatórios, caberia o papel de apresentar ao Departamento de Educação e Cultura a frequência escolar de sua classe. O não envio de relatórios, bem como a não participação em exposições escolares acarretaria medidas punitivas que iam desde advertência verbal à exoneração do cargo.¹⁶⁴

A falta de remessa da documentação, por parte dos diretores e responsáveis pelos estabelecimentos escolares, à Inspetoria de Ensino, a quem cabe remetê-los a este Departamento, será motivo para que se determine seja suspenso o pagamento de vencimentos até que se dê cumprimento a este dever. A falta de aplicação desse dispositivo por parte dos Inspectores Escolares será motivo para aplicação de penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos. Rio Branco, 7 de Janeiro de 1947. (O ACRE, 01/09/1947, p. 3).

devidamente comprovada” (Art. 10). Nota-se na redação da lei uma flexibilidade na ausência dos alunos.

¹⁵⁹ Cf. O Acre, 23/05/1948; 04/04/1948, p.01; 13/07/1941, p. 3; 14/05/1950;

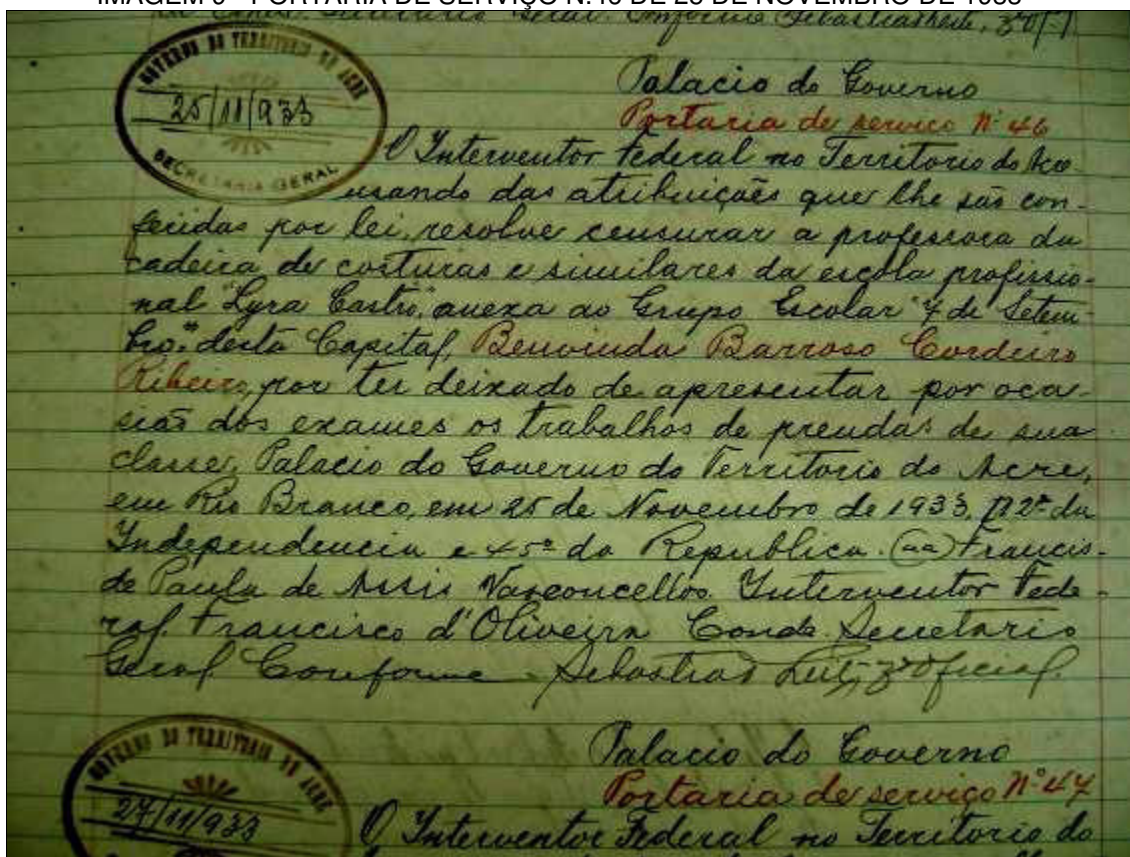
¹⁶⁰ Cf. O Acre, 07/06/1949, p. 2; Relatório de Maria Angélica de Castro, diretora do Departamento de Educação e Cultura do Acre, 1949, p.1-2.

¹⁶¹ Cf. O Acre, 10/08/1947, p. 3.

¹⁶² Cf. O Acre, 14/09/1930. Discurso de encerramento do ano letivo proferido pelo governador territorial Hugo Ribeiro Carneiro. No discurso faz menção à importância do professor na vida da criança.

¹⁶³ Discurso de Maria Angélica de Castro publicado no jornal O Acre no dia 03 de abril de 1947, p. 4.

¹⁶⁴ Cf. No Arquivo Geral do Acre é possível encontrar as atas de 1920 a 1960 no qual ficam registradas as advertências recebidas por professores, bem como pelos demais funcionários públicos.

IMAGEM 9 - PORTARIA DE SERVIÇO N.46 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1933¹⁶⁵

FONTE: Acervo do Arquivo Geral do Governo.

Vê-se no professor a possibilidade deste colaborar diretamente na eficiência da obrigatoriedade escolar, uma vez que estava diariamente em contato com os sujeitos a quem a educação se destinava: o aluno.

[...] Não basta, entretanto, o esforço da alta administração, federal e territorial, para se resolverem as dificuldades impostas pelo meio, no setor da educação. Faz-se mister que o professores, Dirigentes do ensino e do município, a sociedade, enfim, cooperem mutuamente, no sentido de fazer de cada escola da localidade uma casa risonha, propícia do desenvolvimento de um trabalho proveitoso e á formação de personalidades de caráter digno. [...] (O ACRE, 10/08/1947).

Ao tempo em que o poder público acreano procurava organizar a instrução pública primária em todo o Território por meio de normativas e construções escolares, fazia emergir estratégias de convencimento dos professores de participação nesse projeto de instauração, de fato, da obrigatoriedade escolar, por meio dos inspetores de ensino. Qual seja então o papel do professor nesse

¹⁶⁵ No Arquivo Geral do Acre é possível encontrar as atas de 1920 a 1960 no qual ficam registradas as advertências recebidas por professores, bem como os demais funcionários públicos.

processo de oferecer instrução gratuita e obrigatória às crianças acreanas? Garantir “frequência, frequência, e frequência diárias”.¹⁶⁶

Sobre os cursos de férias para professores, o jornal O Acre faz referência aos treinamentos acontecidos no final da década de 1930, mas será na década de 1940 que a oferta desses cursos se intensificará. Isso ocorre em virtude de um levantamento feito no ano de 1938, onde foi possível verificar que dos 139 professores do Território do Acre, apenas 14 eram normalistas homens e 115 “mulheres leigas.”¹⁶⁷

Todas as notícias referentes a saídas ou chegadas de professores para os cursos de férias eram publicadas no jornal O Acre, constando, inclusive, o nome da professora e da escola da qual fazia parte.

Curso de férias para professores não normalistas
O Departamento de Educação e Cultura, auxiliado pelo Departamento de Saúde, organizou um curso de férias no qual devem inscrever-se todos os professores não normalistas de Rio Branco [...].
Os programas versarão sobre português, aritmética, geografia e história do Brasil, ciências naturais e higiene.
(JORNAL O ACRE, ed. 906, de 16/01/1949, p. 1).

O curso de férias tinha como objetivo “melhorar o nível cultural e pedagógico, sobretudo dos professores da zona rural” (JORNAL O ACRE, ed. 906, 16/01/1949, p. 1). As professoras residentes no interior, em regiões de difícil acesso, eram trazidas pelas lanchas compradas especialmente para essa finalidade.

No Território do Acre também foram oferecidos cursos de férias aos professores, os quais aconteciam na capital Rio Branco. “No final do curso ainda haveria aulas de práticas escolares ministradas pela professora Maria Angélica de Castro” (idem). A inscrição dos professores normalistas e não normalistas era compulsória.

¹⁶⁶ Cf. O Acre, 08/08/1948. Artigo intitulado Frequência Escolar, sem autoria, no qual discute a ideia de que o aluno só faz progresso nos estudos na exata medida em que este frequenta assiduamente a escola. E chama a atenção dos pais e professores para a frequência escolar.

¹⁶⁷ Essa informação foi encontrada num recorte de jornal. No entanto, não foi possível verificar em qual jornal foi publicada ou a data do mesmo. Nos arquivos do Centro de documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre há vários recortes de jornais que ainda se encontram em processo de catalogação. Este recorte está colado num papel timbrado com as siglas CNG-SD.a e no alto do papel em que está colado consta ARQUIVO COROGRAFICO. Até o término desta pesquisa não foi possível identificar do que se trata tal sigla. Mas pelo título SÔBRE O ENSINO PRIMÁRIO DO TERRITÓRIO DO ACRE EM 1938-1939 é possível inferir que se trata de uma publicação referente ao Acre. Não há autoria de quem realizou a pesquisa e nem tampouco de quem a solicitou. A expressão mulheres leigas é bastante utilizada para fazer referência às professoras não normalistas.

Já se inscreveram 26 professores. Os que não se inscreverem serão inscritos compulsoriamente, pois as aulas do curso começaram na segunda-feira próxima, às oito horas (idem).

As bolsas de estudos eram reguladas pelo Instituto de Estudos Pedagógicos¹⁶⁸ e seguiam concedidas para os seguintes cursos de especialização:

- a) Administração e Organização do Ensino Primário;
- b) Medidas Educacionais;
- c) Inspeção de Ensino Primário;
- d) Direção das Escolas Primária; e
- e) Desenho e Trabalhos manuais.

No curso de Administração e Organização do Ensino Primário poderão inscrever-se professores, bem como funcionários administrativos com exercício naqueles serviços.

No curso de Medidas Educacionais, professores com exercício nesses serviços, diretores de escolas, orientadores e inspetores de ensino.

No de Inspeção de Ensino Primário, os atuais inspetores e orientadores de ensino, os professores e atuais diretores de grupos escolares.

No de Direção das Escolas Primárias, professores com cinco anos de regência efetiva de classes e atuais diretores de escolas que contem, no mínimo, um ano de experiência no cargo.

No curso de Desenho e Trabalhos manuais, professores primários que tenham a seu cargo o ensino desta disciplina ou professores na regência de classes, desde que seja da conveniência do Estado o seu posterior aproveitamento na especialização (JORNAL O ACRE, ed. 905, p. 1, de 09/01/1949).

Os cursos perduraram no Território do Acre até 1951. Com a saída da Sr.^a Maria Angélica de Castro da administração do Departamento de Educação e Cultura, muitos projetos deixaram de existir no Território.

A proposta era a de que o professor primário orientasse a sua prática no sentido de “trabalhar pelo bem comum, visando à elevação moral, intelectual e social de um povo” e para que chegue ao final da carreira “sob as bênçãos de Deus e sorrisos de uma pátria agradecida, animado ainda de uma força íntima, não obstante os desgostos que lhe marcaram as preocupações de cada dia” (JORNAL O ACRE, 1949, p. 1).

Com esse perfil quase “santificado”, o projeto de educação primária obrigatória passa a ver no professor um elemento basilar, capaz de educar os jovens e perpetuar condutas adequadas ao novo perfil de cidadão que se pretendia para uma sociedade em nível de desenvolvimento. Além de ser agente educacional

¹⁶⁸ No ano de 1949, o INEP era administrado por Murilo Braga, e o Departamento de Educação e Cultura, no território do Acre, por Maria Angélica de Castro.

colaborador direto do processo de institucionalização do ensino público, gratuito e obrigatório, o professorado acreano passava a colaborar diretamente com o processo de cumprimento por parte dos pais, da lei da obrigatoriedade escolar. Daí a importância de que os professores fossem vigilantes no tocante à frequência escolar das crianças, pois:

[...] o processo de disciplinarização mediante a qual se ascentuam pouco a pouco as qualidades de atenção, de observação, de obediência e de assiduidade, só é possível por meio da presença constante da criança no ambiente escolar [sic].

O papel de vigilante também é um papel de vigiado. Assim, ao mesmo tempo em que desenvolve as suas atividades de magistério, o professor acumulava outras funções além da sala de aula, passando a dividir o seu tempo entre o ensinar e o vigiar as crianças. Fichas com informações acerca do trabalho do professor eram enviadas mensalmente aos DEC e, posteriormente, ao MES. Tais fichas continham informações acerca do curso, do professor, do aluno e deveriam ser assinadas pelo professor e pela autoridade escolar do município.

IMAGEM 10 - BOLETIM INFORMATIVO ACERCA DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR (1949)

ANO DE 1949

SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS
SEÇÃO DE FUNDAMENTOS E CONTINUAÇÃO

BOLETIM MENSAL
SUA COM VIGÊNCIA, A PARTIR DO DIA 15 DE MAIO DE 1949

Informações referentes ao mês de Maio de 1949

ESTADO DE TERRITÓRIO: Acre
MUNICÍPIO: Barro Preto

1. QUANTO AO CURSO:
1. Duração do curso e natureza: Curso Superior Ciências Sociais e Humanas
2. É aberto, diurno ou noturno? Rural
3. Possui um plano formal, estatuto, regulamento ou particular? Estatuto
4. De a partir de qual período, após a instituição, começa ou passa por outras aulas?
5. Que o sistema de funcionamento do curso? Das 7 às 9 horas
6. Possui ou não um plano de estudos ou um programa, abrangente? Em dias seguidos com 15 dias
7. Qual o sistema de avaliação do curso? Exame
8. Número de dias em que o curso funciona durante o mês: 20

2. QUANTO AO PROFESSOR:
9. O curso é regido por professor ou professoras? Professora
10. Nome completo do professor: Maria Nazare Arrujs
11. Qual o nível de escolaridade do professor? Graduação primária
12. É legal habilitado em prova de aptidão? Não
13. Tem experiência como professor em outro curso? Sim
14. Número de faltas do professor durante o mês: 2
15. Motivo das faltas do professor durante o mês: chuva no início do curso

3. QUANTO AOS ALUNOS:

DISCRIMINAÇÃO	ALUNOS					
	1.º ano			2.º ano		
	Masculinos	Femininos	Total	Masculinos	Femininos	Total
16. Alunos que vivem do mês anterior	18	11	29			
17. Alunos novos matriculados durante o mês						
18. Alunos eliminados da matrícula durante o mês	19	11	30			
19. Alunos que passam para o mês seguinte	7	4	11			
A. Pela idade:						
20. De 15 a 20 anos completos	6	3	9			
21. De 21 a 30 anos completos	3	3	6			
22. De 31 a 40 anos completos	1	1	2			
23. De 41 anos ou mais	1	1	2			
B. Pela nacionalidade:						
24. Brasileiros	18	11	29			
25. Estrangeiros						
C. Pela situação civil:						
26. Solteiros	9	4	13			
27. Casados	9	6	15			
28. Viúvos						
D. Pela situação profissional:						
29. Na agricultura e pecuária	16		16			
30. De comércio						
31. De indústria						
32. De administração pública						
33. De outras profissões						
34. De outras ocupações						
35. De outras ocupações						
36. Sem ocupação						
37. De outras ocupações						
38. Sem ocupação						
39. Total dos presentes no comparativo do mês anterior durante o mês	144	131	275			
40. Total das faltas dos alunos durante o mês	147	133	280			

VISTO - Dia: 21 de Maio de 1949
Assinatura de autoridade escolar do Município: Maria Nazare Arrujs
Assinatura do professor: Maria Nazare Arrujs

Fonte: CDH/UFAC.

Tal qual aponta Silva (2013), esses documentos foram utilizados como “prontuário pedagógico escolar¹⁶⁹”, acrescenta-se a isso que também serviram como prontuário pedagógico docente, pois na exata medida que exibia os nomes e notas dos alunos, também expunha o professor da classe avaliada e sua atividade docente nas páginas do jornal O Acre.

No Decreto nº 49 fica explícito que “competirá ao professor avisar ausência por três dias consecutivos dos alunos em sala de aula” sob pena de “ter seu salário suspenso pelo não cumprimento do que está estabelecido”. E, ainda, elaborar “relatórios semanais acerca da frequência dos alunos e comportamentos”. Nota-se que a participação do professor nessa normativa de obrigatoriedade escolar era de fundamental importância, uma vez que era o mesmo que estava em contato diário e direto com os alunos.

Esta foi também uma das formas encontradas para conter a evasão escolar e as infrequências constantes presentes na escola primária, pois muitas delas acabavam sendo fechadas por falta de alunos assíduos, conforme já dito no capítulo anterior.

Portaria de Serviço nº 2

O doutor Amaro Theodoro Damasceno Junior, prefeito municipal de Rio Branco, Território do Acre, por nomeação legal, etc.

USANDO das atribuições que por lei são outorgadas resolver fechar a escola Siqueira Campos, localizada no município de Sena Madureira, por falta de frequência por parte dos alunos. Ficando os professores da referida escola a disposição e sem vencimentos.

Gabinete do Intendente Municipal de Rio Branco, em 7 de julho de 1928.

Amaro Theodoro Damasceno Junior, Prefeito.

Registre-se e cunpra-se. Secretaria da Intendencia Municipal de Rio Branco, em 25 de agosto de 1934 [*sic*] (LIVRO ATA n. 32, p. 57 - ARQUIVO GERAL DO GOVERNO).

Do exposto, observa-se que o professor ficava à disposição do governo territorial e seus vencimentos eram suspensos por falta de ambiente escolar para ministrar suas aulas. Com o intuito de averiguar o que acontecia aos professores que vivenciaram essa situação, as portarias de serviços arquivadas no Arquivo Geral do Governo, situado na capital Rio Branco foram analisadas.

A leitura das portarias de serviços permite apontar que os professores passaram a assumir diversas e diferentes funções nos demais órgãos

¹⁶⁹ Cf. SILVA, Vera Gaspar da. Objetos de Viagens: discurso pedagógico acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870-1920). In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v.13, n.3, p.207-233 – set/dez, 2013.

governamentais. Dentre as novas funções desempenhadas pelos professores, destacam-se a Diretoria de Instrução Pública, Estatística e Biblioteca do Território (PORTARIA DE SERVIÇO nº 7), Escrivã de polícia da Delegacia (Portaria de Serviço nº 6), Prestação de serviço na cadeia pública Alfredo da Rocha Pena (Portaria de Serviço nº 21), Atendente recepcionista da Granja Municipal (PORTARIA DE SERVIÇO nº 27).

Tal procedimento era comum sempre que uma escola era fechada por falta de alunos e/ou por ter uma frequência estudantil abaixo do ideal. Considerando as leituras das portarias que tratam do fechamento de escolas e os relatórios de frequência elaborados pelos professores primários, pode-se inferir que a ideia de frequência ideal seguia as orientações presentes nos regulamentos da educação, no tocante ao número mínimo e máximo de matrículas. Outro fator é a questão da presença em sala de aula, que deveria ter como mínimo 75% de dias letivos frequentados.¹⁷⁰

Os documentos que apresentam esse deslocamento de função do professor datam inicialmente de 1928, como o primeiro documento localizado com esse teor, e finalizam no ano de 1946¹⁷¹. Deduz-se que havia mais professores que escolas, pois a compreensão mais condizente seria a de lotar o professor em outra escola e não em outro órgão no qual desempenhariam uma função diferenciada da docência.

O papel do professor, nesse processo de consolidação da instrução pública primária obrigatória, era de fundamental importância e a ele era delegada a responsabilidade de fazer o projeto de educabilidade das crianças funcionar. E, em muitos artigos, é possível verificar que o fracasso escolar estava associado aos alunos e não ao trabalho docente e/ou administrativo da escola.

FRACASSO NAS PROVAS DO PRIMARIO

É, fora de dúvidas, desanimador, o resultado das provas finais, nas diversas séries dos cursos primários da capital. Nossa reportagem em vista ao local da correção das provas, constatou haver séries com muitos menos de 50% de aproveitamento, o que é uma lastima, para o Território. São inesgotáveis

¹⁷⁰ Não consta em nenhum dos documentos analisados o que seria uma frequência estudantil ideal, mas muitos dos relatórios dos inspetores apontam que muitas salas de aulas encontravam-se com menos de 50% dos alunos frequentando ou, ainda, que havia mais crianças perambulando pela rua do que dentro das salas de aula.

¹⁷¹ Embora esteja trabalhando com as décadas de 1930 e 1940, em alguns momentos avanço ou retrocedo no período estabelecido para análise no intuito de que se possa compreender que alguns acontecimentos estão aquém do analisado. Uma forma encontrada para dar fluidez ao texto de forma a compreender que dado momento é consequência de anos anteriores.

os esforços do Diretor do DEC , das diretoras e das professoras. Mas isso não é tudo.

DE QUEM É A CULPA?

Não nos cabe julgar. Cremos porém firmemente que não se trata de incompetência nem falta de responsabilidade dos professores. Cremos e damos fé, de que professor primário algum vai lecionar com o único propósito de ter nome de professor; ou com intuito de ganhar “cartaz”. Ele cumpre um nobre dever e tudo faz para que o mesmo seja coroado com êxitos.

ALUNOS VADIOS

É de ver na cidade, em dias úteis, ou mesmo em épocas de provas, alunos fardados perambulando pelas ruas ou sentados em banco das praças das praças públicas, os livros atirados para o canto, e eles contando piadas e fazendo planos de “matar aulas”.

PÉSSIMA EDUCAÇÃO

No estabelecimento de ensino, é grande a tarefa do mestre para despertar no aluno o interesse pelo estudo. Cada qual que se distraia mais. Quando o professor lhes chama a atenção dizem os alunos que têm pais em csa e outras coisas, algumas vezes até impublicáveis. Os inspetores também são maiores vítimas. São vaiados desrespeitados e algumas vezs até jurados pelos alunos, de entendimentos com seus pais. No final, quando tiram uma péssima nota, como está acontecendo agora, chegam em casa, dizem para os pais que “o professor não ensinou nada do que caiu na prova” Esta é uma verdade, que os inocentes pais de famílias, que crêem demasiadamente em seus filhos, devem para obriga-los a estudar mais e fazê-los mais obediente e aplicados. [sic] (O ACRE, 31/07/1947).

A leitura do artigo acima permite apontar que havia a ideia de resguardo no que se refere ao papel do ensino do professor, bem como das funções dos inspetores. Logo, o total desinteresse por parte dos alunos era considerado o elemento desencadeador do fracasso do ensino primário, agregado ao descaso dos pais para com os estudos de seus filhos. Resguardando, portanto, os demais agentes responsáveis pelo processo educacional de qualquer responsabilidade pelo fato. “Nos estabelecimentos de ensino é grande a tarefa do mestre para despertar no aluno o interesse pelo estudo [...], “inspetores também são as maiores vítimas. São vaiados, desrespeitados e, em algumas vezes, até jurados pelos alunos, de entendimentos com os pais [...]”. “Esta é uma verdade que os inocentes pais de família, que creem demasiadamente em seus filhos, devem tomar conhecimento, para obrigá-los a estudar e fazê-los mais obediente e aplicados” (Jornal O Acre, 28/06/1936). Argumentos como esses também aparecem frequentemente em relatórios de inspetores e professores.

[...] eis que um alumno me afrontou com dedo em riste e com ares de quem era dono de si (Relatório do inspetor Domingues Vasconcelos Mendes, 23/05/1938).

[...] O convívio com crianças que não param quietas nas carteiras está ficando cada vez mais difícil. Chegam e não param para estudar nenhuma das lições que proponho. Parecem não se preocuparem com o próprio futuro (RELATÓRIO DA PROFESSORA SIZINA COSTA, DA ESCOLA 24 DE JANEIRO, 25/07/39).

Conforme já dito anteriormente, embora tenha havido normativa e vigilância para que os professores seguissem as orientações educacionais recebidas, alguns ainda conseguiam elaborar táticas de enfrentamento às estratégias do sistema. Sob uma perspectiva cereteuniana, o termo “tática” é compreendido como atos desviacionistas que geram efeitos imprevisíveis resultantes de ações inventivas de indivíduos que empreendem esforços individuais para resistirem às normas postas (CHARTIER, 2000).¹⁷² E estratégia como “um lugar capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.” (CERTEAU, 1994, p. 46).

No contexto educacional acreano, alguns professores utilizavam-se de táticas para enfrentamento das estratégias de governo que visavam exercer “uma vigilância constante sobre a frequência e sobre o trabalho pedagógico do professor” cuja atividade docente não deveria ser considerada como meio de subsistência, mas como “meio de servir a sociedade a qual faz parte (O ACRE, 1947, p.4).

Uma das estratégias encontradas pelo Departamento de Educação e Cultura foi a censura em público aos professores que não cumprissem as determinações oriundas do órgão. Todas as portarias de serviços de cunho repreensivo eram publicadas no jornal *O Acre* em uma seção denominada *Atos do governo do Território*.¹⁷³

Portaria de Serviço nº 46

O cidadão Francisco de Paula de Assis Vasconcelos, por nomeação legal, etc.

USANDO das atribuições que por lei são outorgadas resolver censurar a professora Maria de Nasaré Araujo, professora da Escola Marechal Hermes, por não ter apresentado nada nos trabalhos de prenda.

Gabinete do Intendente Municipal de Rio Branco, em 25 de novembro de 1933.

Registre-se e cumpra-se. Secretaria da Intendencia Municipal de Rio Branco, em 25 de agosto de 1934 [sic].

¹⁷² Cf. CHARTIER, Anne-Marie. **Discours sur la lecture** (1880-2000). Paris: BPI – Centre Pompidou, Fayard, 2000.

¹⁷³ Nessa seção eram publicados todos os decretos, portarias, memorandos, resoluções e ofícios expedidos pelo governo federal. No caso específico das portarias de serviços, as mesmas eram arquivadas nos livros atas de forma manuscrita e, ao final do texto, sempre vinha o nome do governador, a data da expedição e a assinatura do escrivão que havia lavrado a ata. Todos os livros-atas encontram-se arquivados no Arquivo Geral do Acre localizado na capital.

Portaria de Serviço nº 53

O cidadão Francisco de Paula de Assis Vasconcelos, por nomeação legal, etc.

USANDO das atribuições que por lei são outorgadas resolver censurar a professora Maria Liberdade Silva de Mendonça, professora da Escola Alfredo da Rocha, por não ter apresentado nada nos trabalhos de prenda e pelo não envio do relatório mensal de aproveitamento de estudos.

Gabinete do Intendente Municipal de Rio Branco, em 23 de agosto de 1938. Registre-se e cumpra-se. Secretaria da Intendencia Municipal de Rio Branco, em 23 de agosto de 1938 [sic] (PORTARIA DE SERVIÇO nº 53 de 23/08/1938).

Embora a presença do professor tenha tido uma grande importância no processo de consolidação de uma instrução pública gratuita e obrigatória, não se pode negar que a presença da família tenha sido de suma importância para que a questão da frequência escolar obtivesse êxito.

A formação do professor acreano, a partir de 1930, está atrelada à “responsabilidade de fazer das crianças, homens de bens e produtivos à Nação”¹⁷⁴, mas a década de 1940, foi um período marcado por uma ampliação da “vigilância” e de cursos de formações para “capacitar o professorado para a modernidade que se buscava implantar no Território”.¹⁷⁵ Em comum as duas décadas comungam da ideia de que o professor deveria ser um aliado nesse processo de consolidação de uma educação obrigatória pautada na concepção de que a educação poderia ser a mola propulsora do processo de modernidade e desenvolvimento da região acreana. E, ainda, que a família deveria partilhar do propósito de considerar a escola como um bem necessário aos filhos. Esperava-se que tais iniciativas pudessem forjar na criança “um bom trabalhador patriota e devotado à Nação” (O ACRE, 06/10/1947, p. 8).

Muitos enfrentamentos fundamentados em lutas simbólicas circularam no Território e foram utilizados por parte dos pais, professores e por aqueles que representavam a instituição governamental. Ora para que algumas representações fossem vistas como sendo coletivas, ora para destituir justamente a ideia de pluralidade e trazê-las para o campo da individualidade.

¹⁷⁴ Relatório do Inspetor Juvenal Antunes, 1936, p. 3

¹⁷⁵ Relatório da diretora do Departamento de Educação Cultura Maria Angélica de Castro, 1947, p. 2.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho foi realizado com objetivo central de buscar identificar e analisar como a questão da instrução primária foi se constituindo no Território do Acre nas décadas de 1930 a 1940 tendo como mote a questão da obrigatoriedade escolar.

O propósito foi o de identificar qual (quais) estratégia(s) e tática(s)¹⁷⁶ as famílias, os professores e os sujeitos representantes do ente governamental acreano utilizaram na demanda, formulação e oferta de instrução primária às crianças nas escolas públicas acreanas. E, ainda, analisar quais atores sociais se envolveram nesta empreitada político- educacional e quais as pautas de proposição acerca da educabilidade da infância acreana.

Nesse intento, foram consultados documentos elaborados por sujeitos estavam à frente da administração do Território - governadores e interventores federais - bem como por aqueles que estavam envolvidos com os assuntos educacionais do Território do Acre, a saber: diretores da instrução pública, inspetores escolares, professores e família. No Território do Acre, a busca por uma de educação perpassou por essa ideia de escola enquanto lugar praticado e transformado em ‘espaço ideal’ educativo à infância por aqueles que estiveram à frente da administração do Território.

“Vós sois pais e vós sois mestres não abandoneis á educação moral de vossos filhos e discípulos”¹⁷⁷. As diversas campanhas promovidas no Território do Acre tem uma simbologia que transcende a mera comunicação escrita e galga por uma força simbólica de circulação de uma ideia acerca da necessidade de educar a infância em ambiente escolar e não mais familiar.

O projeto de “reorganização” da instrução pública primária na década de 1930 e de 1940 calçou suas estratégias no propósito de forjar no Território do Acre uma consciência de que a escola é uma potencial educadora da infância e, ainda, de que a parceria dos pais e dos professores no envio e na permanência das crianças

¹⁷⁶ Estratégias e táticas numa concepção certeuniana.

¹⁷⁷ Ernesto Carneiro Ribeiro foi um médico, professor, linguista e educador brasileiro, conhecido entre os historiadores brasileiros pela polêmica mantida com seu ex-aluno Rui Barbosa sobre a questão da revisão ortográfica do Código Civil Brasileiro. O artigo foi publicado pela primeira vez em 1916 nas páginas do jornal O Alto Purus e reaparece em fragmentos na publicação no O Acre do dia 17 de abril de 1948. O artigo de 1916 tem o próprio Ernesto Carneiro Ribeiro como autor, mas o publicado em 1948 não consta autoria, mas há referência de os trechos citados pertencem a ele.

na escola, levaria a sociedade acreana ao progresso social, cultural e econômico. Estratégias aqui entendidas como “um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser base de onde se podem gerir relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.” (CERTEAU, 2005, p. 100). As décadas de 1930 e 1940 no Território do Acre estão marcadas por uma crescente movimentação que visou implantar no Território um projeto de “reorganização” da educação primária pública, gratuita e obrigatória.

As primeiras análises das fontes conduziram para um entendimento de que, a princípio, tal projeto havia sido algo esperado e desejado pela sociedade acreana, principalmente, por aqueles cujo acesso à escola estivera negado por conta da baixa condição econômica. E, ainda, que, com a promulgação da lei da obrigatoriedade escolar, a procura por vagas na escola seria intensificada, ou seja, na medida em que o direito à educação fosse garantido por meio da lei da obrigatoriedade escolar e o governo fosse compelido a ofertar escolas públicas e gratuitas às famílias acreanas, estas, por sua vez, iam, em sua totalidade, aderir ao processo educacional. Entretanto, no decorrer da análise das fontes, vários indícios foram desenhando outro caminho para a pesquisa na contramão desse, já traçado anteriormente. Vestígios quase imperceptíveis, mas que estão lá como deixadas por “um fenômeno em si mesmo impossível de captar” (BLOCH, 2001, p. 73).

A legislação educacional promulgada no Território acerca da obrigatoriedade escolar é um exemplo de como as representações ganham força no coletivo em que são produzidas. Entretanto, mesmo “a presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários.” (CERTEAU, 1998, p. 40). Tal como aponta Vidal (2005), as leis visam “assegurar a estabilidade das ações individuais, submetendo-as à observação e ao controle”, mas nem sempre as mudanças caminham *pari passu* na mesma velocidade em que elas são promulgadas.

As penalidades aplicadas tanto aos pais quanto aos professores podem ser analisadas como estratégias de persuasão por parte daqueles que representavam a administração governamental para que o “novo modo de pensar a educação” fosse aceito como legítimo e possível para a realidade acreana. Penalidades estas que colaboram para uma representação de que estes deveriam ser punidos mediante o não cumprimento das normativas que versavam sobre a educação pública primária

acreana. Na contramão dessas medidas punitivas, temos aquilo que Certeau retrata como sendo táticas de resistências.

As fontes analisadas permitem apontar que algumas “táticas de resistências” foram utilizadas por aqueles que faziam parte do processo de “reorganização” da educação primária pública e obrigatória, mas que não interpretavam as ações governamentais como algo aceito sem restrições.

As cartas dos pais solicitando que seus filhos ficassem abonados da obrigatoriedade escolar é uma tática utilizada para burlar um sistema de “signos e símbolos” que fazem da escola o único local de educabilidade da infância acreana. É lida, aqui, também como uma luta de representação, pois, ao tempo que têm consciência acerca das penalidades às quais podem ser acometidos se não enviarem os filhos à escola na idade estabelecida como certa, também são capazes de argumentar que a presença da criança é mais importante em casa que em qualquer outro lugar.

Há uma tensão simbólica sobre o papel social da criança acreana, pois de um lado há uma representação de infância que necessitava de um pleno desenvolvimento moral e intelectual e do outro a representação de uma infância tida como ‘mão de obra’ que ajudaria no sustento familiar. Duas representações distintas da mesma infância numa luta na quais ambas estão munidas com a “multiplicação de dispositivos que a potencializam [...] no sentido de produzir a obediência e a submissão sem o apelo da violência. (CHARTIER, 2002, p. 170-171).

Nessa luta de representações, o não envio dos filhos em períodos de plantio e colheita simboliza uma tática por parte das famílias, pois nos demais períodos letivos o envio dos filhos era mais frequente. Um enfretamento que ora ataca, ora recua, mas que se utiliza de diferentes modos de fazer para lidar com o que está posto como normativa. Especificamente, se tratando da normativa da obrigatoriedade escolar, esse tipo de tática era algo que cumpria a exigência da presença nas escolas ao tempo que supria a necessidade da ‘mão de obra’ das crianças por parte da família.

As cartas que as famílias escreviam ao governador territorial não denota desmerecimento da representação da escola enquanto local de aprendizagem para a infância, mas, sim, estão arraigadas de uma representação de infância tida como um período em que as crianças deveriam trabalhar para ajudar no sustento familiar. Em outras cartas, tais como aquelas que pediam bolsa de estudo, a configuração da

mesma infância aproximava-se daquela esperada pelo governo territorial: a infância escolar.

As lutas de representações, entendidas como as diversas relações que os indivíduos mantem com o mundo social, segundo Bourdieu, só são possíveis devido às diversas “modificações, retoques e falsificações” que acontecem no campo da individualização, na medida em que o eu assimila as representações do coletivo. Nas palavras de Durkheim (1938), o indivíduo

se esforça por assimilá-las [as representações], pois tem necessidade delas para comerciar com seus semelhantes; mas a assimilação é sempre imperfeita. Cada um de nós as vê à sua maneira. Existem algumas que nos escapam completamente, que permanecem fora de nosso círculo de visão; outras, das quais não percebemos senão certos aspectos. Existem mesmo muitas que desnaturamos ao pensa-las; pois como elas são coletivas por natureza, não podem se individualizar sem ser retocadas, modificadas e, por conseguinte, falsificadas. Daí decorre que tenhamos tanta dificuldade em nos entender e que até, freqüentemente, nós mintamos, sem o querer, uns aos outros: é que todos empregamos as mesmas palavras sem lhes dar o mesmo sentido” (DURKHEIM, 1983 [1912]: 237). [sic]

Notam-se representações acerca da infância que se colidem na sociedade acreana. De um lado, a família entendendo que o momento da infância era um período de aprendizado nos assuntos pertinentes à sustentação da família, ou seja, que a criança deveria ser mão de obra que ajuda no sustento familiar e, conseqüente, um membro família de grande valia por sua força braçal; e do outro os agentes responsáveis pela administração territorial compreendendo a infância como momento em que as crianças deveriam passar por uma formação moral, intelectual e social, ou seja, que a criança deveria ser a força intelectual capaz de promover o desenvolvimento da Nação.

Se os pais utilizavam-se da tática de não enviar os filhos à escola em períodos de plantio ou colheita, o Estado vem na contramão instalando no Território do Acre o Caixa Escolar e, posteriormente, a Sociedade Pestalozzi. O intuito era oferecer ajuda de custo às crianças pobres por meio de material escolar, fardamento e merenda escolar.

A postura de alguns professores frente a esse processo de “reorganização” da instrução pública primária acreana reflete a ideia de luta de representação ao qual se refere Bourdieu. Os docentes, mesmo com os cursos de férias que lhes eram oferecidos, nos quais tinham acesso as ideias educacionais que circulavam no Território do Acre e, ainda, mesmo sabendo da possibilidade de penalidade aos que

não cumprissem as normativas estipuladas pela administração governamental, não seguiam aquilo que estava sendo posto como “ideário educacional”. As inúmeras faltas, os atestados médicos frequentes e, até a não participação em exposições de trabalhos manuais, trazem indícios de que havia uma resistência por parte daqueles considerados como a própria pátria revestida no papel de educador.¹⁷⁸ Resistências estas compreendida como táticas que vão de encontro ao “conformismo lógico” (BOURDIEU, 1998, p. 8).

Mas, então, que estratégia utilizar para conter esse tipo de comportamento por parte dos professores que, mesmo sabendo que poderiam sofrer sanções, ainda mantinham essa prática de resistência? A leitura permite afirmar que houve diferentes estratégias pela diversidade de táticas utilizadas pelos professores. A proposta foi de analisar aquelas consideradas mais corriqueiras, a saber, falta com atestado médico e recusa de expor trabalhos manuais realizados pelos alunos. Para as faltas justificadas com atestado, foi pensada uma avaliação médica indicada pelo Departamento de Educação e Cultura.

Logo, os atestados médicos apresentados pelos professores só teriam validade como justificativa da falta se fossem aprovados pela junta. As estratégias de persuasão utilizadas às recusas de exposição de trabalho por parte do professor tiveram um caráter mais severo, pois, na contramão da recusa, vinham as portarias de serviços de advertências, a suspensão de salários e a publicação no jornal de tal acontecimento, isto é, eram publicadas no jornal as portarias de suspensão de serviço e as de suspensão de salários. A exposição do nome da(o) professor(a) à sociedade, nesse contexto, traduz-se em uma medida coercitiva.

Os relatórios dos inspetores também caminham nesse sentido, pois não parecia suficiente apenas ir visitar as escolas e elaborar relatórios para o Departamento de Educação e Cultura. A publicidade exposta em páginas de jornal da situação da escola, das salas de aulas, das aulas dos professores e dos comportamentos dos alunos servia como premiação aos professores, escolas e alunos que cumpriam as normativas e como castigo aos que tentavam burlar o sistema posto como ideal. Segundo Chartier (1990), durante as lutas de representações “tenta-se impor ao outro ou ao mesmo grupo sua concepção de

¹⁷⁸ Cf. Discurso de Olavo Bilac publicado no jornal O Acre no dia 08 de dezembro de 1932, p. 6.

mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; [...]” (CHATIER, 1990, p. 17).

Há, nesse momento, uma luta de representações na qual os sujeitos envolvidos, cada um a seu modo, impõe e utiliza os “produtos impostos por um lugar de poder.” (CERTEAU, 1995, p. 214). Ora num confronto mais forte, ora num confronto mais fraco. Não foi possível localizar em nenhum dos documentos analisados a posição das crianças quanto à ideia de que precisavam ser educadas na escola. Isto, certamente, servirá como estudo futuro em outro momento de pesquisa. Tudo que aqui se apresentou retratou a visão dos adultos com relação à ideia da educabilidade da infância, mas não a postura da criança com relação ao que estavam determinando para ela. Entretanto, mesmo com essa ausência de posicionamento por parte das crianças, em muitos momentos da pesquisa é possível verificar indícios de que havia também resistência por parte delas.

A leitura dos relatórios dos inspetores escolares, dos professores e dos agentes administrativos do Departamento de Educação e Cultura, permite apontar que muitas crianças ficavam perambulando pelas ruas em horários de aula (o que, no dia a dia, chama-se de gazetar aulas), outras mantinham comportamentos considerados inadequados ao ambiente escolar e muitas acabavam faltando com consentimento dos pais. Tais comportamentos podem ser considerados como resistência por parte das crianças, ora com consentimento da família (faltas), ora tomados por conta própria (gazetar).

Devido a isso, os agentes responsáveis pela organização da educação acreana passam a realizar campanhas educativas junto às famílias, no intuito de legitimar uma representação de escola como um local mais adequado para as crianças do que o espaço da rua. Uma estratégia de convencimento que visava buscar a parceria da família nesse projeto de educação pública e obrigatória. E, para que isso se legitimasse, fazia-se necessário que as crianças fossem assíduas às aulas e os pais zelosos nesse cuidar para que as mesmas fossem para a escola.

Mas, e quanto às crianças que faltavam as aulas por conta própria e tinham comportamentos considerados inadequados dentro das escolas? A leitura dos relatórios dos inspetores e dos professores nos permite apontar que a estas foi reservado aquilo que Oliveira (2003) relata sobre as premiações e castigos: “se se

castiga o mau para torna-se bom deve-se premiar o bom para torna-se melhor¹⁷⁹”. Nesse sentido, várias estratégias foram utilizadas no intuito de garantir a presença da criança na escola e, conseqüentemente, consolidar o ensino o ensino primário público e obrigatório.

Dentre estas, vale destacar a publicidade nas páginas do jornal das notas e faltas de alunos, bem como o nome da professora da turma e escola; as cerimônias de premiação aos alunos que mais se destacavam no decorrer do ano letivo; o acesso ao cinema educativo, permitido somente aos alunos que não tivessem falta escolar; apreensão em delegacias aos alunos que fossem vistos perambulando pelas ruas em horário escolar, dentre outros. Todas essas estratégias convergiam para o objetivo único de manter as crianças no espaço estabelecido como ideal para a aprendizagem: a escola.

Outra estratégia utilizada por aqueles que estiveram à frente da administração do Departamento de Educação e Cultura no período corresponde à década de 1930 a 1940 foi o aumento na visibilidade das festividades escolares. Essas duas décadas são bastante marcadas por uma ampla exposição fotográfica nas páginas do jornal O Acre, acerca das festividades que aconteciam no interior das escolas e das que aconteciam em seu exterior. Dentre as diferentes festividades escolares das quais se teve notícias por meio da leitura dos jornais publicados na época recortada para a análise, foram selecionadas as festas cívicas (extraescolar) e as festas de encerramentos do ano letivo (intraescolar). Ambas selecionadas como sendo as que mais davam visibilidade à cultura escolar. Cultura escolar compreendida a partir da perspectiva de Viñao (1994), como sendo um conjunto de aspectos institucionalizados que simbolizam a escola, isto é, “práticas e condutas, modos de vida, a história cotidiana do fazer escola, objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física [...] – e modos de pensar, bem como significados e idéias compartilhadas” (VIÑAO, 1994, p. 68) [sic].

Segundo Bittencourt (1998), essas festividades escolares “elegem datas para serem comemoradas, colaboram para a constituição de uma memória nacional oficial.” (BITTENCOURT, 1998, p. 35). Especificamente no que se refere às festividades escolares do Território do Acre, pode-se acrescentar que, para além do apontado por Bittencourt (1998), as festividades acreanas tiveram ainda a função de

¹⁷⁹ A obra de Antonio de Almeida Oliveira foi publicada no ano de 1873, mas em 2003 o Senado Federal fez uma reedição da obra O ensino público.

propagandear o desempenho governamental no âmbito do ensino. Ou seja, foram utilizadas como uma espécie de artifício que simbolizava os avanços do governo com relação à educação, principalmente aquelas que aconteciam extraescolar, tal como os desfiles de 07 de setembro, Dia da Amazônia e desfile da primavera.

Os alunos perfilados com trajes alinhados, movimentos precisos de marcha militar e o asseio do corpo podem ser interpretados pela sociedade como modelo de eficiência, ordem e disciplina. Assim, produzindo uma representação de escola como local ideal para a educabilidade da infância acreana. A análise das fontes permite inferir que a promulgação da lei da obrigatoriedade escolar no Território do Acre tornou-se insuficiente para que as crianças fossem enviadas às escolas, pois a família passou a utilizar diferentes táticas de enfretamento à normativa. Outrossim, os professores também foram se dotando de meios para lidar com a responsabilidade de ser vigilante vigiado dentro desse processo de educação pública e obrigatória.

Em meio a tudo isso, a infância era percebida, compreendida e explicada pelos agentes responsáveis por sua educabilidade (pais, governantes e professores) segundo o ponto de vista de sua posição social frente a cada um deles, ou seja, para os pais a infância era um período em que as crianças aprendiam desde cedo a ajudar no sustento familiar; para os governantes, representava um período da vida no qual as crianças deveriam receber todos os ensinamentos necessários para que se tornassem sujeitos produtivos ao Território do Acre e à Nação brasileira, dotados de amor à Pátria e asseados na moral e bons costumes; Para os professores, a infância representava uma certificação de seu sucesso profissional mediante o sucesso escolar da criança.

É com base em argumentos voltados para a ideia de progresso, modernidade, desenvolvimento e cuidados com a criança que o governo territorial buscou consolidar no Território do Acre a necessidade de escolarização da infância. Em suma, no Território do Acre a questão da obrigatoriedade escolar enquanto normativa a ser efetivada por todos os envolvidos no processo educacional da infância (família, professores, representantes do governo territorial e, até mesmo, a própria criança) foi marcada por tensões e disputas de representação.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, J. J. T. **Pais e Filhos na Província do Paraná: uma história da educação pela família.** 2015. 671 f. Tese (Doutorado). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/37921>. Acesso em: 20 de mai. 2015.
- BARBOSA, M. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, L. M. B.; MOREL, M. (Org.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos.** Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- BARBOSA SOBRINHO, M. E. **Creio no Acre e nos acreanos: o ideário da modernidade presente no governo Guiomard dos Santos (1946-1950).** 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Centro de Educação, Letras e Artes. Universidade Federal do Acre. Rio Branco, Acre, 2010.
- BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. (orgs). **Desafios da Imagem: fotografias, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- BECCHI, E. **Retórica da Infância.** Trad. Ana Gomes. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, vol.12, n. 22, 1994. p. 63-95.
- BECCHI, E. Le XIX Siécle. In: BECCHI, E.; JULIA, Dominique (sur la direction) **Historie de l'enfance en Occident.** Tome 2. Paris: Seul, 1998.
- BENCOSTTA, M. L. A. **Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971).** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2. Natal, 2002. Anais... Natal: Offset Gráfica e Editora Ltda., 2002. v. 1, p. 21-31. 1 CD-ROM.
- BLOCH, M. L. B. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- BURKE, P. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929/1989),** São Paulo, Ed. UNESP, 1991.
- BURKE, P. História como memória social. In: BURKE, P. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CASTRO, C. O. **Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das Idéias sobre a Escola nova no território federal do Acre (1946/1951).** 2011. 239 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2011. Disponível em

<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-8M6JHG>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994

CURY, C. R. J. **Os Fora de série na escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República**. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1º ed., Col. Tudo é História, 1989.

CARVALHO, M. M. C. **Molde moral e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira da Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. O Mundo como representação. In: CHARTIER, R. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, A. M. **Discours sur la lecture (1880-2000)**. Paris: BPI – Centre Pompidou, Fayard, 2000.

CIRILO, T. Das teorias às práticas jornalísticas. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.). **Jornalismo além da notícia**. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2003.

COELHO, M. I. M.; BELLICO DA COSTA, A. E. (Orgs.). **A educação e a formação humana: tensões e desafios da contemporaneidade**. Porto Alegre: Art. Med., 2009.

CORDEIRO, A. B. **Luz e Caminho aos Pequenos: primeiros congressos americanos da criança americana e a pan-americanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922)**, 2015, 379 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas. Curitiba, 2015.

CURY, C. R. J. Educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CURY, C. R. J. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008 1207, Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em 10 jan. 2016.

DAMAZIO, M. **Arquitetura dos Grupos Escolares e a Configuração de Práticas Corporais nas Primeiras Décadas do Século XX** – Estado Do Acre. Disponível em: < <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/217.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FARIA FILHO, L. M.; GONÇALVES, I. A. Processos de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, L. (orgs). **A Infância e sua educação**: materiais práticas e representações [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FARIA FILHO, L. M. **Cultura e Prática escolares**: ensino da escrita, escolarização dos corpos e produção do aluno como sujeito escolar. Disponível em http://www.educacaoonline.pro.br/cultura_e_pratica.asp?f_id_artigo=160. Acesso em 12 out. 2006.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. mai-ago, número 014, 2000, pp.19-34.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios**. Passo Fundo: EUFPF. Publicação 2000.

FREITAS, M. C.(Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p

GINELLI, G. **História da Educação do Acre**. Rio Branco, Acre: SEE, 2008.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, J. G. “José Ricardo Pires de Almeida”. In: FÁVERO, M. de L.; BRITTO, J.M. (org). **Dicionário de Educadores no Brasil**: da colônia aos dias atuais. 2ed. Rio de Janeiro. UFRJ, 2002.

HORTA, J. S. G. Baía. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cad. Pesquisa** n. 104, p. 5-34 – jul. 1998.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.1, n.1, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

LE GOFF, J. Antigo/Moderno. In: **Enciclopédia Einaudi** Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, J. **História e Memória**, São Paulo, SP: Editora Unicamp, 1990.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 6, 137-155.

LOPES, E. M. T. **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII**. São Paulo: Loyola, 1981.

LONZA, F. **História do uniforme escolar no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. p.176

LUCA, T. R. História dos, nós e por meio de periódicos. In: PINKSY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALDI, A. M. B. M. A escola e as reformas sociais: a família em questão. In: FARIA FILHO, L. M. de; NASCIMENTO, C. V. do; SANTOS, M. L. **Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, volume.10, 1993.

NOGUEIRA, F.A.R. **Relatório apresentado ao governador Epaminondas Jácome pelo chefe da seção de Instrução Pública**. O Sr. Francisco Aprígio Riquet Nogueira. Ano de 1921.

OLIVEIRA, R. S.; BITTENCOURT JUNIOR, N. F. **A fotografia como fonte de pesquisa em História da Educação: usos, dimensão visual e material, níveis e técnicas de análise**. RBHE.

ROCHA, H. H. P. Escolarização, higienização e Modernidade. In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, Curitiba, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/492.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

SILVA, V. G. Objetos de Viagens: discurso pedagógico acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870-1920). In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v.13, n.3, p.207-233 – set/dez, 2013.

SOUZA, R. F. **Templo de civilização: a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, R. F. Fotografias Escolares: a leitura de imagens na escola primária. In: **Revista Educar**, Curitiba, n.18, p.75-101. 2001. Editora da UFPR

SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas (SP): Autores associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

SIQUEIRA, A. M. Conceito de família ao longo da história e a obrigação alimentar. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2664, 17 de out 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17628/o-conceito-de-familia-ao-longo-da-historia-e-a-obrigacao-alimentar>. Acesso em: 26 jan. 2016.

VAGO, T. M. Reformas do corpo na escola. In: FARIA FILHO, L. M. de; NASCIMENTO, C. V.; SANTOS, M. L. (orgs). **Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. 1ªed. São Paulo: Ática, 2007.

VILLELA, H. O. O mestre-escola e a professora. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica. 2000: 95/133.

VIDAL, D. G. Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v.1, n.1, p. 73-74, 2001.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. La escuela y la escolaridad como objetos históricos: Facetas y problemas de la historia de la educación. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, pp.9-54, 2008

WARDE, M. J. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v.25, n.1, 21-39, jan./jun.2007.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

APÊNDICE 1 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E TERRITORIAL

- Resolução n. 27. Rio Branco, 1922. (Datilografado)
- Decreto n. 58. Rio Branco, 1926 (datilografado)
- Resolução n. 6. Rio Branco, 1928(datilografado)
- Resolução n. 5. Rio Branco, 1930(datilografado)
- Resolução n. 13. Rio Branco, 1931 (datilografado)
- Portaria de serviço n.2. Rio Branco, 1934 (manuscrito)
- Portaria de serviço n. 6. Rio Branco, 1934 (manuscrito)
- Portaria de serviço n. 21. Rio Branco, 1934 (manuscrito)
- Portaria de serviço n. 27. Rio Branco, 1934 (manuscrito)
- Portaria de serviço n. 46. Rio Branco, 1934 (manuscrito)
- Portaria de serviço n. 53. Rio Branco, 1934 (manuscrito)
- Decreto n. 133. Rio Branco , 1935 (datilografado)
- Constituição Federal de 1937. Brasil, 1937. (On line)
- Decreto n. 2.848. Rio Branco, 1940 (datilografado)
- Decreto n. 42 de 14 de novembro de 1947. Rio Branco, 1947 (datilografado)
- Decreto n. 07 de 28 de janeiro de 1949. Rio Branco, 1949 (datilografado)
- Anteprojeto de regularização da Instrução Pública acreana. Rio Branco, 1949 (datilografado)
- Projeto de regulamentação da instrução Pública acreana. Rio Branco, 1950
- DECRETO PRESIDENCIAL, 5.188, O Acre foi incorporado ao território brasileiro.** Datado de 07 de abril de 1904.
- DECRETO PRESIDENCIAL, 9.831 1, Divisão dos três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Por meio do, o Alto-Juruá foi desmembrado em Alto-Juruá e Departamento de Tarauacá,** de 1906.
- DECRETO PRESIDENCIAL nº 58, Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações p. 1, 1926**

DECRETO LEGISLATIVO nº 1.181, **o Território do Acre passa a ser incorporado ao território brasileiro, os primeiros pequenos povoados foram os de Empresa, hoje Rio Branco, em 1882; de Xapuri, em 1894, e o de Puerto Alonso, hoje Porto Acre, em 1898, de 25 de fevereiro de 1904.**

DECRETO-LEI nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

DECRETO PRESIDENCIAL nº 14.383, **As comissões foram constituídas, de 1º de outubro de 1921.**

APÊNDICE 2 - RELATÓRIOS OFICIAIS

AGUIAR, José Lopes de. **Relatório do diretor do departamento de Educação e Cultura para o governador territorial.** Rio Branco, 1923. (datilografado)

ARNOUD, Cristovão. **Relatório enviado ao govenador territorial.** Rio Branco, 1958 (datilografado)

ANTUNES, Juvenal. **Relatório de inspeção escolar enviado ao Departamento de Educação e Cultura.** Rio Branco, 1936 (datilografado)

BRASIL, Antonio Ferreira. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Rio Branco referente a 1915-1925.** Rio Branco, 1925. (datilografado)

CARNEIRO, Hugo. **Relatório do governador Hugo Carneiro para o Ministro da Justiça e Negócios Exteriores relativo a administração de 1928-1929.** Rio Branco, 1930 (datilografado)

CASTRO, Maria Angélica de. **Relatório publicado no jornal O Acre.** Rio Branco, 1947 (datilografado)

CASTRO, C.O. **Relatório elaborado por Maria Angélica de Castro e apresentado ao governador territorial Major Guiomard dos Santos.** Datado do ano de 1947. Arquivado no CDIH/UFAC.1947. (datilografado)

FERRANT, M. J. **Relatório do Sr. Jeronymo Miguel Ferrante, diretor do Departamento de Educação e Cultura, enviado ao presidente João Kubistchek narrando a situação da educação acreana.** Datado de 1952. (datilografado)

COSTA, Sizina. **Relatório enviado ao departamento de Educação e Cultura.** Rio Branco, 1939. (datilografado)

DUARTE, José Bezerra. **Relatório de inspeção escolar enviado ao Departamento de Educação e Cultura.** Rio Branco, 1936 (datilografado)

NOGUEIRA, Francisco Aprígio Riquet. **Relatório do Chefe de Instrução Publica para o governador territorial Epaminondas Martins.** Rio Branco, 1921. (datilografado)

SOARES, J.R. **Relatório de inspeção escolar enviado ao Departamento de Educação e Cultura.** Rio Branco, 1935 (datilografado)

VASCONCELOS, Domingues. **Relatório do diretor da instrução pública enviado ao Ministro de Negócios exteriores.** Rio Branco, 1923 (datilografado)

VASCONCELOS, Domingues. **Relatório de inspeção escolar enviado ao Departamento de Educação e Cultura.** Rio Branco, 1938 (datilografado)

APÊNDICE 3 – CORRESPONDÊNCIAS

Carta ao governador Major Guiomard dos Santos. Rio Branco, 1947 (manuscrita)

Carta a Ligia Hammes (esposa do governador Major Guiomard dos Santos). Rio Branco, 1949

Carta da irma Escolástica Frucalso enviada ao governador territorial. Sena Madureira, 1930

APÊNDICE 4 - JORNAIS

- O Purus, 04/06/1918.
- O Juruá, 09/06/1927.
- Cruzeiro do Sul, 1927.
- Rebate, 02/12/28.
- Jornal Orgam Intendente. s.d.**
- O Acre, 18 de agosto de 1927
- O Acre, 18 de maio de 1928
- O Acre, 28 de novembro 1929
- O Acre, 14 de setembro de 1930.
- O Acre, 15 de março de 1931
- O Acre, 18 de novembro de 1931
- O Acre, 06 de dezembro de 1931
- O Acre, 17 de dezembro de 1931
- O Acre, 01 de janeiro de 1932
- O Acre, 21 de fevereiro de 1932
- O Acre, 23 de novembro de 1932
- O Acre, 03 de dezembro de 1933.
- O Acre, 28 de abril de 1935.
- O Acre, 19 de abril de 1936.
- O Acre, 10 de maio de 1937.
- O Acre, 18 de agosto de 1938
- O Acre, 12 de fevereiro de 1939.
- O Acre, 27 de agosto de 1939.
- O Acre, 22 de outubro de 1939
- O Acre, 08 de dezembro de 1939.
- O Acre, 12 de dezembro de 1939
- O Acre, 25 de fevereiro de 1940
- O Acre, 13 de abril de 1940.
- O Acre, 25 de maio de 1940.
- O Acre, 13 de julho de 1941.
- O Acre, 16 de julho de 1945.
- O Acre, 03 de outubro de 1946.
- O Acre, 06 de janeiro de 1946.
- O Acre, 05 de janeiro de 1947.
- O Acre, 12 de janeiro de 1947.
- O Acre, 14 de março de 1947.
- O Acre, 03 de abril de 1947.
- O Acre, 13 de abril de 1947.
- O Acre, 25 de abril de 1947.
- O Acre, 01 de maio de 1947.
- O Acre, 10 de agosto de 1947.
- O Acre, 08 de agosto de 1947.
- O Acre, 18 de agosto de 1947.
- O Acre, 23 de setembro de 1947.
- O Acre, 05 de outubro de 1947.
- O Acre, 19 de outubro de 1947.
- O Acre, 23 de novembro de 1947.
- O Acre, 09 de março de 1948.

- O Acre, 14 de março de 1948.
- O Acre, 30 de março de 1948.
- O Acre, 04 de abril de 1948.
- O Acre, 09 de junho de 1948.
- O Acre, 22 de agosto de 1948.
- O Acre, 22 de agosto de 1948.
- O Acre, 09 de janeiro de 1949.
- O Acre, 13 de janeiro de 1949.
- O Acre, 16 de janeiro de 1949.
- O Acre, 30 de janeiro de 1949.
- O Acre, 25 de abril de 1949.
- O Acre, 08 de maio de 1949.
- O Acre, 07 de junho de 1949.
- O Acre, 28 de agosto de 1949.
- O Acre, 10 de setembro de 1949.
- O Acre, 02 de outubro de 1949.
- O Acre, 09 de outubro de 1949.
- O Acre, 13 de novembro de 1949.
- O Acre, 31 de dezembro de 1949.
- O Acre, 01 de janeiro de 1950.
- O Acre, 29 de janeiro de 1950.
- O Acre, 14 de maio de 1950.
- O Acre, 01 de novembro de 1950.